

cadernos de

CAMPANHA

1977

OFENSIVA DA DITADURA
CONTRA OS SETORES AVANÇADOS



foto de s.f.p

INVASÃO DA UNB

colaboraram com este numero do CAMPANHA:
voluntariamente...

M. E. P. (seção exterior)

Antonia de Souza

Paulo Canetti

Camila Valladares

Raul Villa

M. Garcia

Maria Mikaela

G. B. M. R.

Pierre Julien

involuntariamente...

Jornal do Brasil

Organizando

Novo Rumo

União e Luta

Comite Bolivia

C. de Mulheres Latino-americanas

INVESTIDA REPRESSIVA CONTRA SETORES AVANÇADOS DO M.E.

800 presos no 3º E.N.E., 300 presos na Universidade de Brasília, 20 presos no Rio de Janeiro, presos em Porto Alegre, São Paulo e outros estados, invasões de casas de estudantes, ocupação militar da Universidade de Brasília, punições expulsões, denúncias de torturas e violações de residências, a repressão ganha espaço nos jornais e recupera expressão na realidade política nacional.

Quebrar o movimento, isolar sua vanguarda, passa a ser para a Ditadura militar a primeira tarefa da ordem do dia, e no refluxo de férias ela esperava sem maiores repercussões diminuir o ímpeto do movimento no segundo semestre.

A repercussão desta repressão não parece ser exatamente a esperada pelos seus executores. Em Brasília a greve se amplia, uma manifestação foi feita dentro do Congresso, e uma carta a Nação foi lida e republicada em quase toda a imprensa nacional: "Quando o movimento estudantil se mobilizou - dizia o manifesto - expressava o sentimento nacional. Se as mobilizações percorreram todo o país, é porque estão generalizadas a insatisfação e a intranquilidade públicas, constantemente realimentadas pelos atos de excessão, como o AI-5, a Lei de Segurança Nacional, o Decreto 477, a Lei de Imprensa, a Lei de Greve, como um aparato punitivo que tenta amordaçar a Nação ... A questão estudantil não pode continuar sendo tratada como uma questão de polícia".

Do mesmo modo, em outros estados, os estudantes começam a se manifestar ainda no período de férias, e nos primeiros dias de agosto já se esboçam grandes mobilizações como é o caso de São Paulo aonde os estudantes de todas as universidades organizariam no dia 4 de agosto uma greve geral e o enterro simbólico do reitor Azevedo.

No Rio, no dia 26 de julho, a reitoria da PUC fechou a Universidade para impedir um debate e não permitir que esta se "transforme em palco de movimentos populares, já que para a reunião tinha sido convocada toda a população, em campos de futebol, portas de cinema, portas de igrejas, etc." A Reitoria pretendia assim impedir a solidariedade aos estudantes acusados de pertencerem ao Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP).

Todas estas manifestações representam a disposição do Movimento Estudantil de resistir às ten-

tativas de reprimir suas manifestações e organização independente, impedir a prisão e repressão de suas lideranças e vanguarda. A resistência à repressão passa a ser assim a maneira como se manifesta no atual momento a luta pela liberdade de organização e manifestação dos estudantes, trabalhadores e oprimidos. Passa a ser um elemento decisivo na continuidade da luta pela construção das organizações livres do movimento estudantil, e da capacidade de sustentar esta luta depende a continuidade do movimento.

A libertação de 7 dos oito operários e estudantes presos nas vésperas do 1º de Maio, as vacilações na própria Universidade de Brasília aonde a Ditadura faz o principal teste de sua capacidade repressiva, o fato da repressão no Rio ter sido obrigada a quebrar a incomunicabilidade dos 20 estudantes presos, tudo isto representa as dificuldades da ditadura para exercer abertamente sua repressão em função da resistência do movimento popular e das contradições no próprio interior das classes dominantes.

Os estudantes do 6º ano da Faculdade de Medicina da UEG, mostraram a compreensão de que na libertação dos companheiros não está em jogo apenas os interesses desses companheiros. Publicaram uma declaração referindo-se a um de seus colegas, acusado de pertencer ao MEP, dizendo que este colega tinha os mesmos anseios, lutava pelas mesmas coisas que eles e que "a repressão ao colega preso significava uma repressão a todos os estudantes".

Fora com os policiais e militares da Universidade de Brasília, revogação das expulsões e punições na UNB, eliminação dos processos aos estudantes do III ENE de Brasília e do Rio, liberdade aos estudantes acusados de pertencerem ao MEP, são as bandeiras que devemos levantar decididamente neste momento.

- REVOGACAO E FIM A TODAS AS PUNICOES
- ELIMINACAO DOS PROCESSOS
- LIBERDADE AOS PRESOS POLITICOS
- FIM DA REPRESSAO E DISTRUICAO DA MAQUINA REPRESSIVA
- LIBERDADE DE MANIFESTACAO E ORGANIZACAO PARA OS ESTUDANTES, OPERARIOS E OPRIMIDOS
- FORA COM OS POLICIAIS E MILITARES DA UNIVERSIDADE

POLICIA EXIBE MATERIAL SUBVERSIVO APREENDIDO



Na entrevista convocada pela policia foram exibidos cartazes apreendidos com membros do MEP

noticia do JB 30/7

Explicações

Depois de seis meses de investigação, o DPPS obteve os dados para desbaratar o Comitê Regional RJ/MEP e a operação começou no dia 19 de julho, com várias prisões, a descoberta de seis aparelhos e a apreensão de documentação.

O delegado Antônio Malfitano disse que o Movimento de Emancipação do Proletariado funcionava há bastante tempo no Brasil e visava, sobretudo, a classe operária, mas "é muito atuante no setor estudantil, no qual conseguiu penetração muito forte e intensa, sentida logo no início do ano pelo DPPS, devido às inúmeras ameaças de greves que começaram a ocorrer e ao aparecimento de panfletos em vários pontos da cidade".

Criação

O Movimento de Emancipação do Proletariado, segundo o DPPS, "foi criado em fevereiro de 1976, a partir do grupo denominado Fração Bolchevique da Política Operária, cujas origens remontam a dissidências do PCB, tendo decidido mudar sua denominação para ampliar com isto a sua área de ação. É uma organização marxista-leninista, prega a ação violenta para a tomada do poder, procurando realizar uma permanente mobilização de massa, atuando nas áreas estudantil e operária".

É ainda, segundo as autoridades, uma organização muito bem estruturada e os estudantes que pertencem ao Movimento de Emancipação do Proletariado, formaram verdadeiras células dentro de suas Universidades, as quais possuem, inclusive, denominação própria. Explicaram que no caso, por exemplo, a Universidade Federal Fluminense tem três: *Perspectiva*, *Noto Rumo*, *Lutação e Luta*; Universidade Federal do Rio de Janeiro, duas: *Participação e Resistência* e a PUC uma: *Organizando*. Estes grupos defendem e difundem as ideias do MEP no meio estudantil, através de reuniões, assembleias, publicações e panfletagem.

Estratégia

Entre a documentação apreendida, existem diretrizes sobre a estratégia de ação que domina "a grande política" e que reconhece a existência de uma massa atrasada e outra avançada, além da necessidade de uma maior aproximação entre as classes estudantil e operária. A título de esclarecimento, o DPPS informou que "para os que não estão afetos à terminologia da subversão, convém registrar que a expressão Movimento Estudantil (ME), usada pelas organizações subversivas, não diz respeito às ações próprias e específicas da juventude estudantil, e sim àquelas atividades que visam subverter a ordem, derrubar o regime vigente, para posterior adoção de um regime marxista-leninista sob a denominação eufêmica de "República Popular Democrática do Brasil".

Ainda de acordo com os órgãos de segurança, alguns dos aparelhos desativados funcionavam, também, como escola de teoria política marxista-leninista e de técnicas revolucionárias. Muitos encontrados serviam de subsídios para cursos especiais. Entre eles, está *Chile, Três anos de Resistência Popular*, edição de janeiro de 77. Este livro, aberto com um discurso de Fidel Castro, pronunciado em 28 de setembro de 1973 em homenagem a Salvador Allende, focaliza, segundo as autoridades, a política, estratégia e ações táticas de organização do movimento subversivo marxista-leninista no Chile. Outro documento apreendido — *Estratégia e Programa do Movimento de Esquerda Revolucionária (MER)* organização subversiva que atua no Chile, estabelece:

"Só a revolução proletária, ou seja, a conquista do Poder pela classe operária, pode levar adiante a gigantesca tarefa de tirar o país do atraso."

Táticas

Nos cursos de debates políticos ministrados nos aparelhos subversivos, com vista a alicenciamento ideológico e preparação dos quadros subversivos, era ensinada a chamada *Tática de Alianças Sociais* que, em síntese — disseram os policiais do DPPS — "diz ser a aliança social fundamental para poder criar a for-

ça social capaz de derrubar o regime e restabelecer sob outra forma e conteúdo, a "democracia política".

Um outro documento apreendido, *Resoluções Sobre Política de Organização*, diz que "o recrutamento atende às necessidades de fortalecimento da estrutura da organização. Os planos regionais devem estabelecer a política de crescimento de modo a organizar ou fortalecer as células da organização, nas áreas mais importantes do trabalho político."

Com relação aos métodos político-pedagógicos de formação dos quadros subversivos, estão contidos nos seguintes documentos básicos do MEP: *Tese Sobre a Tática, Resoluções Sobre Política de Organização e Política Sobre Militância*. Uma das referências sobre a formação dos quadros subversivos diz que "podemos ainda utilizar para a capacitação, cadernos práticos de formação, apropriados ao trabalho de massa que tragam temas como, por exemplo, salário, FGTS, desemprego, reforma universitária, etc.

Outro documento apreendido nas células do MEP tem o título *O Momento Atual e a Segurança*. Trata-se, afirma o DPPS, de uma verdadeira avaliação estratégica da conjuntura brasileira atual com vista a trabalho de mobilização de massa, em particular nos campos operário e estudantil. Uma das citações do documento, diz: "Não podemos permitir de modo algum, que o Governo obtenha os seus intentos de descobrir e destruir as Organizações Comunistas que gloriosamente atuam na clandestinidade, nem podemos permitir que o Governo saiba dos companheiros que têm ligação com o movimento."

A organização, segundo o DPPS apresenta adiantado padrão de estrutura e técnicas de Guerra Revolucionária marxista-leninista e *O Momento Atual e a Segurança* contém detalhadas normas de segurança a serem cumpridas pelos militantes nas operações. Aborda, ainda, tópicos relativos a cobertura de pontos, cuidado com o estoque de material, segurança das informações, orientações sobre cuidados com a documentação, aparência pessoal, procedimentos em caso de um militante ser seguido e como proceder em caso de prisão.

SOBRE A REPRESSÃO NO RIO DE JANEIRO

COMUNICADO OFICIAL DO M.E.P.

(SEÇÃO DO EXTERIOR)

Após as manifestações estudantis e populares de maio-junho, a Ditadura Militar Brasileira aproveita o refluxo das férias de julho para reprimir e se recompor. Primeiro, ainda em junho, houve a prisão de cerca de 800 estudantes no III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE). De pois, em meados de julho, a expulsão de 30 e a suspensão de mais 34 alunos da Universidade de Brasília. Agora são pelo menos 20 estudantes, jornalistas, professores e um bancário, acusados de pertencerem ao Movimento pela

A Nota Oficial

"O Secretário de Segurança Pública comunica que, em decorrência do inquérito instaurado no DPPS, por sua determinação, para investigar as atividades desenvolvidas pela organização clandestina Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), foram neutralizados seis aparelhos que operavam no Rio e em Niterói e detidas as pessoas neles envolvidas, conforme já é do conhecimento da Justiça Militar.

Para esclarecimento da população, informa que, dos depoimentos e do material apreendido, já puderam ser apurados os seguintes dados sobre a referida organização:

— O MEP teve sua origem em 1961, quando dissidentes do Partido Comunista Brasileiro organizaram o Partido Operário Comunista, tendo adotado sucessivamente as denominações de Organização de Combate Marxista-Leninista da Política Operária e Fração Bolchevique da Política Operária, até chegar a atual.

— Está estruturada em um Comitê Nacional, Comitês Regionais e Células.

Suas atividades vinham sendo identificadas no setor operário e no estudantil.

— Seus meios de divulgação, as publicações intituladas Nova Luta, Marcha Operária e a revista MEP vêm circulando clandestinamente.

— As ações policiais, das quais resultaram as detenções, atingiram basicamente o Comitê Regional do Rio de Janeiro, que atua na área estudantil, através de vários grupos de aliciaamento político — ideológico, como Novo Rumo, (UFF), Organizando (UFRJ e PUC), Trabalho e Luta (UFF), União e Luta (UFRJ), e Perspectiva (UFF).

— As bases doutrinárias e ideológicas do MEP estão contidas nos "estatutos da Associação Internacional dos Trabalhadores" e na orientação do Partido Comunista Brasileiro e do Partido Comunista do Brasil.

— Informa, finalmente, que as averiguações prosseguem com a finalidade de identificar outros grupos operários ou estudantis, envolvidos e aliciados para organizações clandestinas já citadas.

Emancipação do Proletariado (MEP) que estão recolhidos aos cárceres da Ditadura.

A OPOSIÇÃO BURGUESA TENTA RECUPERAR A INICIATIVA

Após as medidas restritivas de Geisel ao nível parlamentar (fechamento do Congresso por 15 dias, "reforma política", "reforma jurídica", etc.) a oposição burguesa, restritos os meios institucionais de oposição, perdeu a iniciativa. Criaram-se assim as bases para que a prisão de 8 operários e estudantes em maio, fosse o estopim de uma explosão de massas estudantis e populares (1). Diversas jornadas de luta se organizaram desde então, dezenas de milhares de estudantes saíram às ruas e mais de uma centena de milhar entraram em greve nas principais cidades do país.

A explosão de massa por sua vez, serve também para ressuscitar a oposição burguesa. Se ela não se dispõe a resistir combativamente à Ditadura, ela está mais do que disposta a "aproveitar" as lutas de massas, para reforçar suas posições. E no rastro das manifestações, setores do MDB e mesmo da ARENA, aproveitam a ocasião para levantar a palavra de ordem de Assembléia Constituinte como uma solução para a crise da Ditadura, e tentar canalizar o movimento popular para pressionar a Ditadura para que es

ta convoque uma Constituinte.

O movimento estudantil porém não abre mão de suas reivindicações e formas de luta, e a maior parte de sua vanguarda não se mostra disposta a lutar por uma Constituinte convocada pela Ditadura. Mesmo prendendo e soltando, por do milhares de policiais e militares nas ruas, o aparato repressivo não consegue impedir as mobilizações estudantis e de populares. Às vésperas das férias estudantis a ordem vem de cima para reprimir o III ENE. Mas as mobilizações estudantis e a oposição popular não permitem que a Ditadura mantenha os estudantes presos; todos são liberados mas um processo se abre para os "responsáveis por sua organização".

Imediatamente após a repressão do Congresso estudantil, as atenções se voltam para Brasília onde 20.000 estudantes mantêm desde o dia 3 de junho uma greve exigindo a suspensão das punições de 16 estudantes. As ameaças, as invasões do Campus, as prisões, não conseguem fazer com que os estudantes voltem às aulas. A única solução encontrada pela reitoria foi então... suspender as aulas a té segunda ordem e instaurar uma comissão de inquérito. O resultado do inquérito veio já em meados de julho: 30 estudantes expulsos e 34 outros suspensos.

A REPRESSÃO AOS SETORES COMBATIVOS

A punição na Universidade de Brasília é apenas um exemplo de uma política. Na impossibilidade de conter mobilizações estudantis e populares através da repressão massiva, o que faz o governo e os organismos repressivos é tentar golpear as suas lutas exemplares, os seus setores combativos e a sua vanguarda.

A repressão ao III ENE não visava manter em prisão os estudantes, o que seria impossível pelo risco de desequilíbrios políticos maiores. Ela visava demonstrar que o governo "não permitirá a reorganização da UNE". A repressão em Brasília visa golpear um exemplo de tenacidade e resistência. E é baseado nesta mesma política que no Rio de Janeiro, após o dia 19 de julho uma série de prisões são feitas.

No dia 20 de julho em nota oficial, o secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro comunica "ter dado ordem para investigar as atividades de uma organização clandestina com o nome de Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP), cuja presença vinha sendo identificada no setor operário e estudantil". Segundo a nota, "o MEP teve sua origem em 1961 quando os dissidentes do Partido Comunista organizaram o Partido Operário Comunista tendo adotado sucessivamente as denominações de 'Organização de Combate Marxista Leninista', 'Fracção Bolchevique Política Operária' até obter o nome atual". Segundo a nota ainda, o comitê estudantil do MEP do Rio de Janeiro, "atua na área estudantil através de varios grupos de aliciamento politico-ideológico: 'Novos Rumos' (UFF), 'Organizando' (UFRJ e PUC), 'Trabalho e Luta' (UFF), 'União e Luta' (UFRJ), 'Perspectiva' (UFF)". Os organismos de segurança comunicaram ainda a prisão de 18 pessoas, mas segundo as organizações estudantis do Rio de Janeiro, o número seria bem maior.

AS ORGANIZAÇÕES DA VANGUARDA ESTUDANTIL

Os grupos citados como de "aliciamento" por parte do MEP, são alguns dos diversos grupos de vanguarda e ma-

sa avançada que atuam no movimento estudantil. São a forma de organização em tendência dos seus setores mais combativos, agrupados em torno de suas plataformas políticas.

Têm estes grupos algo a ver com o MEP e com outras Organizações Revolucionárias? De fato têm. Basta ver a declaração política apresentada para o terceiro ENE por três destes grupos (NOVO RUMO, ORGANIZANDO e UNIÃO E LUTA): "As lutas e manifestações estudantis são uma recusa em sermos transformados em meros instrumentos do poder econômico. (São) um repúdio face a pretensão do governo de nos tornar cúmplices de suas tentativas de perpetuação da miséria social, da opressão política, da subjugação moral e intelectual dos trabalhadores. Estas lutas e manifestações são também um protesto enérgico contra a repressão desencadeada pela polícia política do regime a fim de impedir que nossas manifestações e as bandeiras que nelas empunhamos, sirvam de estímulo e exemplo aos oprimidos para que organizem publicamente seus protestos e reivindicações. (Nossas lutas e manifestações) são um protesto enérgico contra as leis que sancionam esta repressão e contra a inexistência de direitos políticos para trabalhadores e oprimidos. Nestas lutas temos conquistado vitórias parciais tanto no campo do ensino como no da resistência à política repressiva do governo. Mas as grandes vitórias só podem ser obtidas pela luta de todo o povo, principalmente dos trabalhadores".

Mas significa isto que estas organizações da vanguarda estudantil têm vinculações orgânicas com o MEP e outras Organizações Revolucionárias? Evidentemente que não. O que a existência destes grupos demonstra, não é outra coisa que, no processo de lutas reivindicatórias e políticas setores de vanguarda do movimento estudantil se aproximam das posições políticas proletárias. Este fato, é demasiado profundo para ser compreendido por aqueles que têm uma compreensão policial da história: independente dos vínculos orgânicos, começam a existir vínculos políticos entre os setores combativos do movimento operário e estudantil com as Organizações revolucionárias. E estes vínculos são muito mais profundos do que pode ser qualquer vínculo simplesmente orgânico. Eles são a garantia de nossa segurança hoje, na medida em que dificulta externamente a ação da repressão. E são a nossa vitória futura na medida em que preparam as condições para a formação do Partido Revolucionário que poderá levar nossa luta, da resistência à revolução.

A defesa destes companheiros presos está agora na ordem do dia, e é tarefa do movimento operário e dos revolucionários em todo o mundo se unir às manifestações que já se organizam e se desenvolvem no interior do país para liberá-los. A experiência recente da luta pelos oito operários e estudantes presos demonstra que isto é possível. Somente um daqueles camaradas continua na prisão e possivelmente ele deverá ser libertado nos próximos dias.

movimento pela emancipação do proletariado (SEÇÃO EXT.)

nota

(1) Na possibilidade de ter sido encontrado material do MEP com algum dos elementos presos, não significa que esses companheiros sejam militantes dessa Organização, muito menos que haja vinculação entre os grupos estudantis citados e o MEP. Se os documentos são clandestinos para a repressão não o são para a vanguarda do movimento de massas.

REPRESSÃO NA U.N.B.

Se apoiando em uma investigação policial (através de curriculum acadêmico, fotos tomadas nas manifestações, etc.) dirigida contra os estudantes que mais haviam sido reprimidos por sua combatividade, o reitor da UNB decidiu punir 64 estudantes: 30 expulsos, 7 suspensos por 90 dias, 25 suspensos por 30 dias e 2 suspensos por 5 dias. Todos os estudantes tiveram suas bolsas de estudos anuladas e devem sair do alojamento universitário antes de 3 de setembro.

Segundo um comunicado do reitor, estas punições são devidas a "anarquia e guerra chegaram a UNB de forma lenta"... "pela primeira vez em 7 anos e meio um grupo de estudantes veio a reitoria para insultar com gritos e com palavras de ordem ao governo em conjunto e esta Instituição em particular. Isto não tinha nunca acontecido. O que mudou? Nem um grupo de pessoas, mesmo por mais eficaz e articulado seria capaz de mobilizar a UNB e seus dez mil estudantes, duas horas somente, depois que a notícia das punições fosse publicada pelos jornais. Muito menos de a manter em greve durante duas semanas sem que um estudo detalhado da situação tenha sido feito."

Apesar de parecer que desconfia se tratar de um problema social, o reitor o que faz é levar à prática a máxima burguesa que diz: "Problema social é um caso de polícia".

Mas as ofensivas opressivas do reitor não tem até o momento resultado. Imediatamente ao reinício das aulas, os estudantes responderam as novas punições dando continuidade a sua greve, fazendo assembléias e concentrações. A frequência no início das aulas era de 40% (em 10 dos 34 departamentos), a 0% nos outros.

No dia 25 de julho a polícia voltou a reprimir prendendo 151 estudantes que estavam reunidos e até o dia 31 as prisões já alcançavam 300 alunos da UNB (a maior parte foi liberada e 28 foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Imediatamente nos cursos menos afetados pela greve a frequência as aulas se reduziu praticamente a zero.

Em diversas Universidades do país os estudantes se solidarizam.

Em São Paulo, dia 4 de agosto os estudantes universitários de todas as escolas iam a greve e em manifestação iriam enterrar simbolicamente ao Reitor Azevedo.

A greve e as mobilizações na UNB continuam e a solidariedade em diversas Universidades do país se desenvolve, exigindo a anulação de todas as punições, a liberdade de todos os estudantes presos, e a retirada do aparato policial da Universidade.



REACÇÕES ÀS PRISÕES NO R.J.

Após a prisão, no último dia 19, dos 20 estudantes acusados de pertencerem ao comitê estudantes de uma organização política clandestina, o MEP, várias manifestações se realizaram pela sua liberação.

O Comitê 1º de Maio pela Anistia reuniu numa Assembléia, no dia 21, 150 pessoas, representantes da OAB, da ABL, de diretórios e DCEs, para uma tomada de posição frente às prisões. Duas posições se colocaram: a primeira pela convocação imediata de uma manifestação de solidariedade aos companheiros presos. A segunda, defendia a posição de fazer um amplo debate sobre a Anistia na semana seguinte. Saíndo majoritária a segunda posição, foi decidido a organização do debate a ser feito na PUC no dia 26.

No dia 26, por ordem do reitor e cercada por tropas de choque da Polícia Militar, a PUC foi fechada, às 18h30m, visto o debate estar marcado para as 20h. Os estudantes que iam chegando, se aglomeravam diante do portão principal da faculdade. Pouco depois das 20h, uma formação de 60 soldados com escudos e capacetes atacou um grupo de 150 pessoas, numa "operação para esvaziar a área".

Os estudantes da PUC distribuíram um comunicado "Manifestação Reprimida" assinado por sete entidades da PUC, pelo DCE da UFF, onde colocaram: "Infiltrações existem sim, mas de policiais. Policiais infiltrados em sindicatos, em Reitorias, em salas de aula, em grandes jornais, enfim, em toda a parte. Mas, nossas vozes não serão caladas! E as outras se juntarão: basta de opressão! E libertem nossos presos."

ALUNOS DA COPPE PARALIZAM ATIVIDADES

Como 7 estudantes eram ou foram da COPPE (Coordenação dos Programas de Pós-graduação em Engenharia) da UFRJ, ela se mobilizou bastante. O Conselho de Representantes da COPPE aprovou uma moção de apoio à atitude do diretor Sérgio Monteiro, que pediu acompanhamento do processo junto ao DPPS.

Os estudantes da COPPE organizaram uma campanha de coleta de fundos para o custeio das despesas dos advogados. No dia 26 de julho, em assembléia geral, foi decidido a paralisação das atividades escolares por um dia e ao mesmo tempo a organização de um debate sobre Ciência e Democracia, para marcar a solidariedade aos 7 colegas presos. Estavam presentes representantes do DCE da UFF, diretório de Engenharia da PUC, graduação e pós graduação da UFRJ e pós graduação da Biofísica.

ENGENHEIROS PEDEM POR COLEGA

O Clube de Engenharia e o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, dirigiram cartas ao Secretário de Segurança Gen. Brum Negreiros, pedindo informações "que permitam tranquilizar a família do eng. Franklin D-Codho detido pelo DPPS no dia 19 de julho e contra quem não consta nos registros destas entidades qualquer informação que o desabone".

MEDICINA DA UERJ

Alunos do 6º ano da Medicina da UERJ também se solidarizaram com os estudantes presos, pedindo por seu colega José Mendes. Fizeram uma declaração, mostrando que ao tentarem calar seu colega, "estavam tentando calar a todos nós", e fizeram uma coleta de dinheiro para pagar advogado para o companheiro preso.

ANTONIA DE SOUZA

REGISTRO DE LUTAS



Esta seção é um "REGISTRO DE LUTAS" e não um noticiário. Neste sentido não nos obrigamos a agilidade de um noticiário, para podermos registrar as lutas que se tem informação pela imprensa clandestina mesmo que com alguns meses de atraso. Assim os leitores de Cader nos Campanha poderão formar um quadro do desenvolvimento das lutas de resistências. Uma última ressalva. No caso do movimento estudantil, a multiplicação de conflitos e lutas, nos leva a limitarmos o registro às mais importantes.



MANIFESTACOES OPERARIAS NO DIA 1º DE MAIO

As pequenas reuniões localizadas ainda foram a tônica nesse 1º de MAIO. Mas esse ano a multiplicação dessas reuniões foi notável, assim como o aumento do número de panfletos onde grupos operários, oposições sindicais, entidades de bairro chamavam a fazer do 1º de maio um dia de luta.

As mobilizações mais importantes registraram-se em São Paulo. Houve dezenas de pequenas reuniões nos bairros operários e populares com 50, 100 e mesmo 200 trabalhadores e, além dessas, duas grandes assembléias com mais de 1.000 pessoas. Em uma delas, realizada no auditório do Colégio Santa Maria, na Zona Sul, havia entre 1.200 e 1.500 pessoas. A manifestação começou com uma conferência do presidente do sindicato dos jornalistas de São Paulo sobre a situação dos sindicatos no Brasil. Depois foram abertos os debates e muitos operários falaram inflamada e combativamente, contrastando com a frieza do conferencista, denunciando o desrespeito dos sindicatos pelos interesses dos trabalhadores, a carestia, as péssimas condições de vida e de trabalho, a ineficácia do INPS. Até que a mesa deu por encerrados os debates e passou a palavra para representantes dos bairros, das oposições sindicais e outras entidades presentes. A manifestação que começara fria vai tomando o aspecto de um comício, questões políticas foram levantadas e foram denunciadas as prisões dos estudantes e operários quando distribuíam panfletos no dia 28 de abril no ABC de São Paulo. Por aclamação, a assembléia aprovou uma carta de protesto contra a repressão. No final o bispo D. Mauro tomou a palavra e tentou fazer uma crítica do "radicalismo" das intervenções.

Tanto as duas grandes assembléias quanto as reuniões pequenas foram unânimes na denuncia das prisões dos estudantes e operários no ABC e, em algumas delas foram a

provadas resoluções de levar até o povo através de panfletos, a denuncia dessas arbitrariedades, exigindo a liberação dos presos.

OPERARIOS DESTROEM REFEITORIO

Duzentos operários da construtora Carvalho Hosken, no Rio de Janeiro, destruíram o refeitório da companhia em protesto contra a péssima qualidade da comida e das condições de trabalho. Como disse um operário "eles dão comida pouca e estragada e depois nos obrigam a trabalhar do brado". Um pouco mais de meia hora, os trabalhadores revoltados quebraram todo o refeitório e tiraram da despensa, frutas, pacotes de biscoitos, refrigerantes, etc.

Os guardas de segurança que se encontravam na obra no momento da revolta, ao se darem conta da indignação dos operários e de sua própria inferioridade numérica, foram obrigados a fugir.

VITORIA DA OPOSICAO SINDICAL EM PERUS (SP)

A oposição venceu as eleições no Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, após três anos e meio de intervenção.

A apuração realizada na manhã de ontem pelo representante da Justiça, revelou 155 votos para a chapa encabezada por Milton de Souza Felix, ex-interventor, e 463 votos para a de João Breno Pinto, presidente do Sindicato até março de 1974. Houve ainda 27 votos nulos e em branco.

MANIFESTO DA PASTORAL "MUNDO DO TRABALHO"

Arquidiocese de São Paulo
Região de Santo Amaro
CARTA ABERTA

A Pastoral do Mundo do trabalho da Região de Santo Amaro, em comemoração à data do 1º de Maio, reuniu-se

com 1500 pessoas, nossos companheiros trabalhadores e povo das comunidades da região, contando também com a participação de diversos setores da sociedade e do mundo do trabalho: a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, a Oposição Sindical dos Gráficos de São Paulo, representantes dos trabalhadores da Construção Civil de Osasco e estudantes representados pelo DCE da USP.

Lembramos que o dia 1º de maio é um dia de luta porque a classe trabalhadora está pagando sozinha o preço do "desenvolvimento":

Todo desenvolvimento tem um preço social, mas é uma exigência ética indeclinável que esse preço seja justo, seja equitativamente distribuído e socialmente destinado. Tal preço não é socialmente destinado, quando, sem se traduzir em vantagens proporcionais para promover as condições de vida do povo, dá ensejo à formação de classes privilegiadas.

O arrocho salarial, como instrumento de combate à inflação, impede o aumento real do salário e leva, na prática a volta da jornada de trabalho de até 15 horas por dia, através das horas extras.

O custo de vida que dispara e o desemprego, levando à fome a milhares de companheiros, piorando as condições de vida do povo. Como consequência disso o povo é doente e o INPS, atendendo cada vez pior, não vale o dinheiro que come na nossa folha de pagamento.

Há falta de liberdade para que a gente possa se organizar em Sindicatos Livres, sem interferência do Ministério do Trabalho, que possam realmente unir os trabalhadores na defesa dos nossos direitos e interesses.

É sentindo toda essa situação que denunciamos e nos solidarizamos com os trabalhadores e estudantes presos no ABC às vésperas do 1º de maio.

Protestamos contra essas prisões arbitrárias e exigimos a sua imediata libertação.

- Pela Liberdade de Organização Sindical e Democracia para o Povo.
- Por melhores condições de vida e melhores salários.
- Pela imediata libertação dos trabalhadores e estudantes presos no ABC e anistia a todos os presos e exilados dos políticos.

São Paulo, 1º de maio de 1977

Pastoral do Mundo do Trabalho - Região de Santo Amaro.

MANIFESTO DA OPOSICAO SINDICAL

"PROTESTO DOS ESTUDANTES" E A ORGANIZACAO DOS OPERARIOS

As prisões de operários e estudantes em todo o Brasil, é a tentativa do governo dos patrões de impedir que se denunciem as arbitrariedades nas empresas, a falta de verbas para o ensino, liberdade de organização dos operários, e a alta corrupção dentro do governo.

Os estudantes organizados saíram às ruas pedindo mais verbas para o ensino, contra a alta do custo de vida, liberdade para os presos políticos. Para nós, operários, isto é o início de uma jornada que já começamos, fortalecendo um trabalho de base nas empresas através das comissões, e a intervenção constante no sindicato; fortalecendo a unidade dos operários através de uma luta sindical para come-

çar a tirar este amontoado de leis que foram colocadas sobre nós, para explorar cada vez mais o trabalhador e amoldar cada vez mais o estudante.

Estas leis foram colocadas aproveitando a falta de organização dos operários nas empresas, organizados em comissões para defender seus direitos nas empresas e exigir uma participação na vida da empresa e da sociedade.

Assim teríamos evitado: 1º, o arrocho salarial que diminui os salários todo ano; recebemos menos que a alta do custo de vida. 2º, a intervenção nos sindicatos combativos que tentam orientar a classe no dia a dia. 3º, repressão policial impedindo as mínimas manifestações nas fábricas, tanto por melhores condições de trabalho, como por atraso de pagamento, como foi o caso da Fundação SAAD, ajudando os patrões a impor seus regulamentos internos como se fosse lei. 4º, uso do dinheiro do Fundo de Garantia e do INPS como quiser, sem consulta dos trabalhadores, beneficiando as empresas com o BNH, que faz a maioria das casas para os ricos e hospitais com mal atendimento, com convênios miseráveis, como o Hospital Zona Sul, para mascarar e dificultar o atendimento, fazendo a polícia defender este mal atendimento.

Neste 1º de Maio, baseados na insatisfação geral e nos trabalhos das empresas e dos bairros, operários e estudantes foram às portas das fábricas fortalecer a união dos operários, e desmentir que o 1º de Maio é um dia de festa, mas sim, um dia de luto e de lutas para levar pra frente a organização operária.

Estas prisões de operários e estudantes são contra a lei de melhores condições de vida, por um sindicato livre e representativo dos operários, pela organização independente dos operários dentro da empresa e por um ensino livre e gratuito.

Hoje, a maior solidariedade que podemos prestar a estes companheiros é nos organizando nas empresas, de acordo com cada realidade, em comissões de salário, para exigir a antecipação do meio do ano; em comissões de resistência contra as dispensas para garantir nossos empregos. Fortalecendo as organizações de base poderemos engrossar o protesto nacional por uma vida melhor nas empresas, uma verdadeira educação nas escolas:

- 1) FIM DO ARROCHO SALARIAL; 2) ESTABILIDADE DO EMPREGO; 3) MAIOR SEGURANCA E MELHORES CONDICÕES DE TRABALHO; 4) DIREITO DE GREVE; 5) LIBERDADE DE ORGANIZACAO SINDICAL NAS FABRICAS; 6) PELA LIBERTACAO

A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo - maio/77



GREVE DE FOME
DE PRESOS POLITICOS

Segundo notícia publicada na imprensa clandestina re

volucionária em JUNHO de 77 os presos políticos ROMÃO GOMES, MARCOS CARDOSO FILHO, ALESIO VARSOLA e ROBERTO COLONI entraram em greve de fome por 15 dias protestando contra a decretação de sua prisão preventiva. Hospitalizados em virtude de seu estado geral de fraqueza, os 3 companheiros receberam a solidariedade dos presos comuns através de um abaixo-assinado ao Superior Tribunal Militar onde apoiavam as suas reivindicações.

PROFESSORES EM LUTA

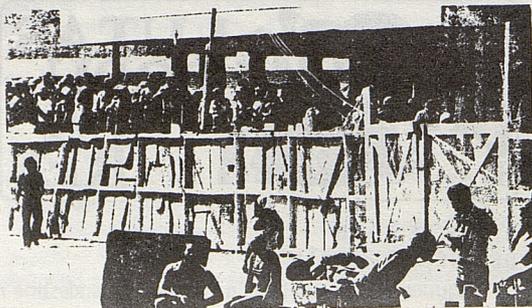
Conforme notícia divulgada na imprensa clandestina revolucionária mais de 1.000 professores secundários reuniram-se em assembleia onde decidiram exigir 65 de aumento salarial, passar um abaixo-assinado entre todos os professores e marcar concentração em frente à Secretária de Educação. Os professores elegeram uma comissão para garantir o encaminhamento das decisões da assembleia, e vitando que os pelegos que dirigem a Associação da categoria impeça o encaminhamento das decisões da assembleia. Eles resolveram também que, a partir de agora o jornal da Associação deve abrir suas páginas para artigos dos associados.

ATRAZO DE TREM GERA ENFRENTAMENTO COM A POLICIA

Na estação de Carlos de Campos, na Vila Matilde (São Paulo) se deu um dos mais graves conflitos devidos a problemas de transportes desse ano:

Segundo notícia publicada na imprensa clandestina em abril de 77, os usuários deste ramal, na maioria trabalhadores, tiveram que esperar mais de 35 min. por um trem que, ao chegar, já não dava vazão à multidão que se havia formado. Pressionados pelo horário, pelos patrões que não aceitam justificativas na hora de bater o ponto, muitos tentaram viajar na locomotiva que rebocava a composição mas foram impedidos pela polícia ferroviária. No entanto, um vigilante particular insistiu e foi violentamente agredido pela polícia. Os demais passageiros, revoltados vieram em seu auxílio. O conflito durou meia hora, com a população armada de pedras e paus.

Os guardas ferroviários, que chegaram a disparar alguns tiros, acabaram, no entanto, encurralados pela revolta dos trabalhadores. E só com o reforço da PM, que desacou varias viaturas para o local, conseguiram dominar o conflito. Um menino foi baleado, sete pessoas saíram gra-



vemente feridas e foram feitas algumas prisões por "suspeita de agitação".



II JORNADA NACIONAL DE LUTA

O DIA NACIONAL DE LUTA (15/6) foi um dia de greve geral em quase todas as universidades do país. Em vários estados os estudantes organizaram concentrações, e passeatas no Rio e em São Paulo onde houve a mais importante manifestação da JORNADA.

No RIO DE JANEIRO os estudantes, impedidos de realizar a manifestação pública em frente à Assembleia Legislativa, onde seria lido um manifesto para depois ser entregue aos deputados, fizeram uma passeata no centro da cidade que durou meia hora, antes de ser dispersada, na Cinelândia. Nessa passeata foi divulgado um manifesto aos trabalhadores e à população reivindicando o "fim das prisões e torturas, fim dos atos e leis repressivas e a libertação dos presos". Ao mesmo tempo houve, na Praia Vermelha, uma concentração com mais de 1.000, sob ameaça da polícia.

Em BRASÍLIA houve uma manifestação com cerca de 1.500 pessoas no campus da UNB e em BELO HORIZONTE, SÃO CARLOS, SANTOS, CAMPINAS, SALVADOR e PORTO ALEGRE os universitários organizaram pequenas concentrações nos campi de suas universidades. Em SALVADOR e ARARAQUARA houve atos religiosos aos direitos humanos.

Em SÃO PAULO apesar esquema policial (cerca de 20.000 policiais, tanques, carros de bombeiros e tático-móveis) que ocupava a praça Fernando Costa, a Faculdade de Medicina e vários pontos do centro da cidade, a repressão só conseguiu impedir a concentração marcada para a praça; os universitários paulistas realizaram uma série de passeatas e comícios relâmpago:

Da praça Fernando Costa cerca de 1.500 pessoas saíram gritando "Abaixo a carestia" e "Queremos liberdade" com duas faixas. Logo em seguida a polícia entrou em ação. Algumas pessoas foram violentamente agredidas e presas mas a marcha não se desfez. Os manifestantes eram cerca de 2.000, descendo, na direção do viaduto Sta. Efigênia. Já bastante engrossada por populares a passeata tomava os passeios de ambos os lados da AV. Prestes Maia, assim como os canteiros centrais até o viaduto.

Um helicóptero acompanhava a manifestação e transmitia as informações ao comando das operações. Dos edifícios, caíam papéis picados e a população repetia as palavras de ordem dos estudantes.

O primeiro grupo de 300 pessoas que chegou à praça Correio, invadiu a praça e os estudantes subindo nos bancos, gritavam "A luta é do povo", "Esta manifestação é do povo", "Abaixo a carestia". No entanto a ocupação durou menos de 5 min.: dois soldados da tropa de choque jogaram três bombas de gas lacrimogêneo dispersando a concentra-

ção.

Logo depois um outro grupo, que também vinha da rua 25 de março chegou à praça do Correio e sem se deter, chegou ao Largo do Paissandu. Ai, tentaram reunir-se em frente à Igreja do Rosário mas foram dispersados a golpes de cassetete.

Enquanto isso, um grupo de 500 pessoas percorria outros pontos da cidade, gritando "O povo unido jamais será vencido" e "queremos liberdade". Sem intervenção da polícia essa passeata percorreu em 30 min. várias ruas do centro. Só ao chegar ao largo Paissandu ela foi dispersada pela polícia.

Já às 7.30 h. da noite, um carro de bombeiros e duas viaturas da Rota subiam a rua Conselheiro Crispiano na contra-mão para fechar o Viaduto do Chá, quando 500 estudantes desceram para o meio do Vale Anhangabaú parando o trânsito e chegando até a parte baixa da praça Ramos de Azevedo. O grupo, já bastante engrossado por populares desceu para a avenida 9 de julho que ficou parada durante 20 minutos. Quando se dirigiam ao viaduto da praça 14 bis, foram atacados por um pelotão de 40 soldados da P.M. Uma moça recebeu um violento golpe de cassetete na boca e desmaiou ou outras pessoas foram também feridas.

O Ato público marcado pelos estudantes terminou por acontecer no Largo São Francisco onde os alunos se concentraram por quase duas horas e meia, lendo seu manifesto falando à população. Jatos de tinta vermelha e bombas de gás lacrimogêneo fizeram os manifestantes, cerca de 5.000 recuar para a Faculdade de Direito. Os estudantes que debatiam sentados a conveniência de sair ou não em passeata pela cidade, levantaram-se e receberam a polícia gritando "abaixo a repressão", "o povo nos apoia" e "assassinos", repetidos por populares que assistiam das imediações e do alto dos edifícios em frente à Faculdade de Direito.

O III ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES E SUAS REPERCUSSÕES

Depois de várias semanas de reuniões preparatórias em todo o país, onde foi aprovada a (4/6) e uma pauta de discussões constando de três itens (1 - condições de ensino e assistência, 2- formas organizativas estudantis, 3- situação política do país) e foram escolhidas as representações de cada Estado, centenas de estudantes de São Paulo, Rio, Brasília, Rio Grande do Sul, Campinas, Bahia, Paraná, Sta. Catarina, etc., começaram a se dirigir a Belo Horizonte, onde deveria ter lugar o III Encontro Nacional dos Estudantes, cujo objetivo principal era iniciar os debates para a reorganização da UNE. O Encontro havia sido confirmado desde o dia 1º de junho pelo Diretorio Acadêmico da Medicina da UFMG, apesar da proibição do Ministro Ney Braga e da nota do reitor Eduardo Cisalpino proibindo o congresso e desautorizando reuniões nas instalações da Universidade.

O Governador Aureliano Chaves, após reunião com o comandante da 4a. divisão do exercito Gal. Antonio Bandeira de Melo na manhã do dia 3 de junho e com o reitor da UFMG à tarde, decidiu bloquear o acesso a todas as escolas superiores de Belo Horizonte e barrar com uma tela de dois metros de altura a entrada da Faculdade de Medicina o que deixaria claro que "quem entrar estará invadindo a Faculdade". Os estudantes, no entanto, retiraram imediatamente

as telas, levando os rolos para a frente do D. A.

Mais de 300 universitários de vários Estados que já se encontravam na UFMG resolveram ficar em vigília no diretório a partir da noite do dia 3, para garantir o local do encontro. Apesar do cerco policial, que impedia a entrada ou a saída de qualquer pessoa no campus e da ameaça de invasão do D. A., eles decidiram em assembléia continuar a ocupação quando a policia chegasse e sentarem-se todos no chão em pequenos grupos no caso de tentativa de agressão.

Enquanto isso, a policia ja fiscalizava as barreiras de acesso a B. H. e munidos de uma lista de nomes, identificava os passageiros prendendo muitos estudantes.

As 9 hs. da manhã, um jornalista conseguiu se comunicar por telefone com os estudantes que disseram que condicionavam sua saída ao cumprimento de algumas reivindicações:

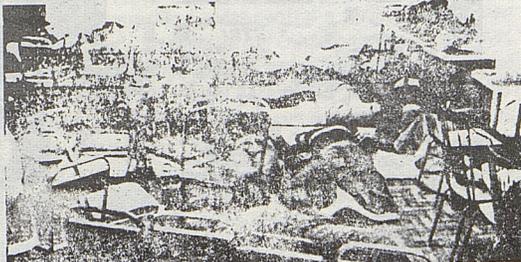
- LIBERDADE PARA TODOS OS ESTUDANTES PRESOS
- AUTORIZAÇÃO DO CONTATO ENTRE OS ESTUDANTES SITIADOS E SEUS COLEGAS
- TOTAL DESMOBILIZAÇÃO DO APARATO POLICIAL
- GARANTIA PARA A REALIZAÇÃO DO IIIº ENE

A essa hora ja se sabia, por informação do proprio DOPS, que 500 estudantes haviam sido presos tentando entrar na Universidade e nas barreiras de acesso a B. H.

As 13 horas do dia 4 de junho um pelotão de choque invadiu o campus da UFMG cercando a área do diretório e incitando os estudantes a se entregar e formando um "corredor polonês" da entrada da universidade até a frente do D. A. Duas horas depois os estudantes resolveram se render e começaram a sair, sendo embarcados em ônibus que os levaram ao parque de exposição da Gameleira, sede do 3º Distrito Policial, onde seriam triados.

Um pouco antes da prisão dos colegas sitiados no D. A., cerca de 1.000 estudantes organizaram um "pedagogio" na via central da avenida Carandaí, para comprar comida para os sitiados. Os carros eram parados e, explicado o problema aos motoristas, a maioria deles contribuía. Aos poucos os estudantes foram se sentando no canteiro e iniciaram uma assembléia. Nesse momento a Policia Militar soltou seus cães pastores contra o grupo ao mesmo tempo que um grupo de policiais contra eles a golpe de cassetete.

Cinco estudantes foram presos enquanto os demais se refugiaram nos jardins da Igreja da Boa Viagem onde fo



Durante a longa vigília de 40 horas, os estudantes dormiram no chão, em mesas e cadeiras



ram também perseguidos com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo, fugindo então para o interior da igreja. Alguns deles foram presos antes de conseguirem entrar apesar da intervenção do padre Bartolomeu Spini. Refugiados no salão paroquial os estudantes decidiram permanecer em assembléia em solidariedade aos companheiros.

Depois da promessa do delegado Ariovaldo, levado pelo padre Bartolomeu até o salão paroquial, de que ninguém seria preso, os estudantes resolveram sair em pequenos grupos. A promessa, no entanto, não foi cumprida. Dois estudantes foram detidos e embarcados numa viatura da polícia.

OS ESTUDANTES DE TODO O PAÍS PROTESTAM

No RIO DE JANEIRO os estudantes de todas as Faculdades do Grande Rio realizaram no dia 7 de junho uma concentração no campus da PUC em protesto contra a repressão do III° ENE e nessa concentração, de cerca de 1.500 universitários, resolveram convocar greve geral em todas as faculdades e preparar um manifesto de repúdio à repressão do encontro a ser divulgado no dia 15 de junho, Dia Nacional de Luta.

Em SÃO PAULO mil estudantes reunidos em A.G. na frente do prédio da Reitoria decidiram convocar uma greve geral para o dia 8 de junho, em protesto contra a repressão do III° ENE e a detenção de 800 colegas. Foi marcada uma concentração para o dia 9 para a organização das atividades durante a greve, entre elas, a elaboração de uma carta aberta à população denunciando a repressão do encontro e convocando para o dia 15, a jornada de luta, uma manifestação pública ainda em local não definido.

Na BAHIA uma greve de 48 horas foi votada numa A.G.

que reuniu 1.500 estudantes da UFB, que aprovaram também novas palavras de ordem para a luta: "Luta pela realização do III° ENE" e "pela organização independente dos estudantes". Uma nova A.G. foi realizada no dia 8 para discutir sobre um novo ENE.

Em BELO HORIZONTE, numa reunião realizada no D.A da Escola de Engenharia, os universitários organizaram uma assembléia metropolitana no dia 8 em que foram discutidas três propostas:

- realização de um novo ato público
- elaboração e distribuição de uma carta aberta
- realização de uma semana de luta que culminaria com o DIA NACIONAL DE LUTA a 15 de junho.

Nos restaurantes universitários da UFMG e das demais escolas superiores de B.H. foi distribuído um "manifesto de repúdio à repressão do III° ENE".

Cerca de 120 professores da Faculdade de Ciências e Letras da UFMG divulgaram uma nota "em defesa da universidade" afirmando que "a violenta repressão policial impediu o exercício da liberdade de reunião, desrespeitou a autonomia universitária e desacatou diretamente a autoridade do reitor".

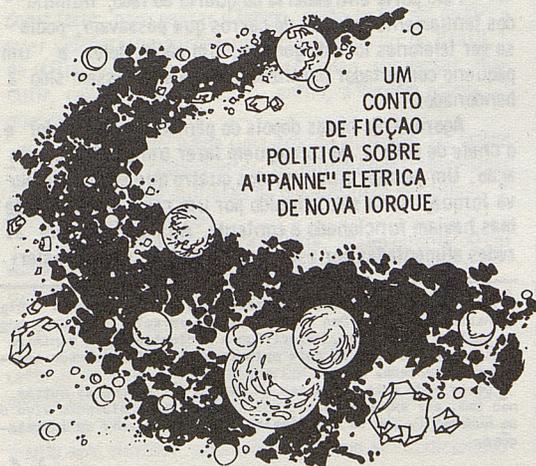
A REORGANIZAÇÃO DO III° ENE

Uma reunião realizada no dia 13 de junho para confirmar para o dia 21 em São Paulo a realização do III° ENE e para a aprovação de uma pauta de discussão, os representantes dos DCEs de vários Estados decidiram adiar o encontro para o 2° semestre. Segundo eles as férias dificultariam muito a mobilização dos estudantes.



paulo canetti

“NEM TODOS ERAM NEGROS E HAVIA GENTE DE BOA FAMILIA...”



UM
CONTO
DE FICÇÃO
POLÍTICA SOBRE
A "PANNE" ELÉTRICA
DE NOVA IORQUE

I CAPÍTULO

Quarta-feira, 13 de julho de 1977

Em seu escritório na Casa Branca, o presidente Jimmy Carter analisa um relatório sobre atividades ilícitas da ITT no Afeganistão. Eram 20 hs. e 43 minutos, quando um zumbido curto se ouve repetidas vezes. Voltando os olhos para o telefone à direita de sua mesa, o Sr. Carter visualiza uma luz vermelha que pisca, anunciando tratar-se de um telefonema especial.

O Presidente levantou o fone e ouve a voz apressada de seu Secretário de Estado que após uma rápida saída comunica que cerca de sete minutos antes haviam sido cortadas todas as comunicações com Nova Iorque. "Dois minutos após o primeiro corte, a comunicação foi reestabelecida" explicava Sirius Vence, "mas antes de se ter qualquer explicação foram novamente cortadas."

Com o telefone ainda na mão, o Secretário de Estado da maior potência mundial, recebe com diferença de segundos, altos responsáveis da CIA, do Pentágono, do FBI e de outros serviços militares. Os relatórios são os mesmos: todas as suas centrais em Nova Iorque haviam cortado comunicações.

Recebidas estas informações, o Presidente dos Estados Unidos da América convoca uma reunião do Conselho de Segurança e, alguns minutos depois estão todos em uma sala especial, o Telefone Vermelho sobre a mesa, discutindo as hipóteses:

A possibilidade de uma "pane técnica" é rapidamente afastada. Afinal depois da "pane" de novembro de 1965, todas as providências e sistemas alternativos tinham sido organizados para que a coisa não se repetisse. E depois, mesmo naquele momento, as comunicações não tinham sido cortadas.

"Um ataque exterior?" Mas era impossível que tivessem sido rompidos todos os sistemas de defesa e feito um ataque a Nova Iorque, sem que nenhum sinal fosse detectado pelos diversos serviços de inteligência e pelas defesas estratégicas.

"Um ataque interior!" avança o Secretário de Estado impulsionados por agentes soviéticos, setores sindicais que de algum tempo para cá vêm tomando atitudes de disciplina e de oposição ao sindicalismo livre teriam se levantado em armas?"

"Mas dificilmente uma insurreição popular poderia colocar em questão o poder central e seria inevitavelmente derrotada", argumenta um conselheiro político. "Mas um motim deste tipo poderia ser suficiente para desacreditar-nos como a principal garantia da paz e da civilização ocidental", contrargumenta um dos responsáveis de estudos estratégicos. "Afinal não tem sido mais ou menos esta a nossa política atual? Levantando a bandeira dos Direitos Humanos, desmorrar a imagem dos Soviéticos? E nem por isso temos algum objetivo dentro da União Soviética. A derrota de uma batalha pode ser, às vezes, um recurso para realizar uma estratégia", concluía um responsável militar.

A hipótese ganha corpo rapidamente e, em alguns minutos são tomadas as decisões: Primeiro, ordenar que uma esquadilha de reconhecimento sobrevoe Nova Iorque. Segundo, tomar as medidas militares que permitam resolver a situação o mais rápido possível. Terceiro, colocar em alerta em todo o mundo, todas as bases. Quarto, ameaçar os soviéticos.

A reunião é suspensa e todos voltam às suas salas para encaminhar as medidas de sua responsabilidade. Den

tro de dez minutos a reunião seria retomada.

Tendo ao lado o Secretário de Estado e um "soviético go" o Presidente Carter levanta o Telefone Vermelho.

Do outro lado responde um "elemento do segundo rango", que informa que Brejnev está de férias, que o soviético está reunido, e portanto "não há ninguém" que possa atender, mas que após rápidas palavras "reafirma os interesses de paz e de detente entre os povos dos dois países".

Carter se volta para Sirius Vence com um ar preocupado. Não era uma maneira muito habitual de responder ao Telefone Vermelho que somente era usado em caso de urgência-urgentíssima e quando existiam riscos de guerra nuclear. "E essa referência à 'amizade dos povos' que os bolches há muito tempo tinham abandonado em troca da amizade entre Estados?"

Era verdade que as relações entre os dois países estavam um pouco tensas devido à política dos "direitos humanos" e que há alguns dias haviam sido traçadas notas violentas acerca da disposição americana de desenvolver a "bomba de neutrons" (1).

Mas seria isto razão para tal comportamento que poderia levar a "detente" à decomposição?

Os dois líderes do Estado ainda trocavam comentários quando os diversos representantes dos Organismos militares, serviços de Inteligência, secretários e conselheiros já se sentavam na grande mesa e o presidente interrompen do subitamente suas observações ocupa o seu lugar.

Os informes vão sendo dados:

Todas as bases estavam de prontidão. Os esquemas de urgência já haviam sido acionados em todo o mundo. Os aviões carregados de armamento nuclear, permanentemente em voo e reabastecidos em pleno ar, se deslocavam para diferentes pontos fronteiriços da União Soviética.

As defesas no interior dos Estados Unidos, do mesmo modo, já tinham sido ativadas. Alguns batalhões de infantaria e motorizados se deslocavam para reforçar as bases militares próximas a Nova Iorque e porta-aviões já tinham estacionado a algumas milhas do seu porto. Alguns dos mísseis apontados permanentemente para Cuba haviam se voltado para a maior cidade do mundo. Tudo em ordem, tudo sob controle. Apenas um dado preocupante. Dos dois aviões de reconhecimento, apenas um tinha retornado à sua base. E o que o piloto que retornara poderia ver e falar, era apenas que Nova Iorque estava completamente às escuras, somente clareada por grandes incêndios em diversos pontos.

O outro avião em voo rasante, havia se aproximado para observar melhor e ao sobrevoar uma refinaria de petróleo, foi transformado em pó por uma explosão. Pouco antes, pelo microfone, o piloto desaparecido observava que imensos engarrafamentos paralizavam quase todas as grandes avenidas, sendo que "uma multidão imensa podia ser vista em alguns pontos da cidade; em particular na 5ª Avenida".

Após um rápido confronto com alguns dos responsáveis militares que propunham que os EUA tomassem a iniciativa de um bombardeamento nuclear à União Soviética, são decididas as novas medidas. Preparar o ataque a Nova Iorque para "restabelecer a ordem".

O telefone vermelho toca, e o silêncio se estabelece na sala.

Carter procurando manter a calma e aparentar tranquilidade, deixa o sinal por alguns minutos, aperta um botão que liga a um sistema de som, que permite a todos ouvirem a conversa, levanta lentamente o fone e responde: "Hello !"

Imediatamente se ouve por toda a sala, através do sistema de som, uma voz grave em um inglês um pouco enrolado: "Here is Brejnev speaking" e após um breve silêncio a voz continua: "Nossos serviços de informações detectaram mobilizações de vossas forças nucleares em direção a nosso país..."

A ameaça tinha surgido efeito.



II CAPITULO

Iluminados por uma pequena lâmpada elétrica, o governador e o chefe de polícia de Nova Iorque tentam formar um quadro da situação.

Sobre a sua mesa de trabalho, ainda estão uma série de faturas e um relatório inacabado sobre a possibilidade de "falência" de Nova Iorque no qual o governador trabalhava quando fora cortada a eletricidade. Nem bem ele verificara que nenhum dos diversos telefones que estavam sobre a sua mesa davam sinal e se dirigira a porta, quando as luzes se acenderam, mais forte do que antes, para depois se apagarem novamente.

Nestes poucos segundos de claridade, um sorriso lhe veio ao rosto e um pensamento passou por sua cabeça: "Ah! Apenas uma rápida 'pane'". Mas o sorriso largo deu lugar à preocupação, e cambaleando por entre os luxuosos móveis, o governador consegue sobrepassar a porta e após abalroar meia dúzia de pessoas, chegar até o gabinete aonde se localizava a sua segurança.

Na pequena peça, três pessoas se agitavam correndo de um lado para o outro e fazendo comentários aos quais nenhum dos outros dava a menor atenção. Ao entrar, o governador foi cercado rapidamente pelos três homens, que, à sua pergunta: "de que se trata?" responderam com a mesma cara de interrogação.

Pela porta entreaberta do quarto ao lado, iluminados tenuamente pela luz de carros que passavam, podia-se ver telefones fora do gancho, um rádio, telex, e um pequeno computador paralizados como se tivessem sido abandonados.

Agora, três horas depois do pânico, o governador e o chefe de polícia, já conseguem fazer um quadro da situação. Um gerador nuclear, dos quatro que alimentam Nova Iorque, havia sido atingido por um raio. Todos os sistemas haviam funcionado a contento. Automaticamente as redes alimentadas por este gerador tinham sido transferi

NOTA

(1) A "bomba de neutrons" é a mais nova arma do arsenal nuclear norte-americano. Dos três elementos característicos da bomba nuclear (explosivo, calorífico e radioativo), ela minimiza praticamente a zero os dois primeiros. A radioatividade também é controlada.

Deste modo esta bomba tem um efeito tático que as outras não tem, por exemplo permitindo eliminar todo elemento vivo de um quartel (...ou de uma fábrica...) sem destruir as instalações.

das para um dos outros três. Apenas um imprevisto. Era uma noite quente. Demasiado quente. Os condicionadores estavam todos ligados, as tevês estavam todas ligadas, muita gente tinha saído para aproveitar o ar puro ou para jogar um "flipper", tomar sua "coke" bem gelada, ou um "wisky on the rocks". A carga fora demasiado forte e estourou o segundo gerador, precipitando Nova Iorque novamente no escuro (2).

O segundo gerador, mais seguro que o primeiro, era o responsável pelos serviços de comunicação e, ao estourar, havia deixado a grande cidade isolada do mundo. Agora, já se podia descartar as duas hipóteses com a qual haviam trabalhado no primeiro momento: a primeira de uma "invasão do exterior" e a segunda de "uma invasão do interior" após um golpe de estado em Washington levada a cabo por agentes soviéticos infiltrados. Esta última hipótese aliás, tinha ganhado força, quando um, entre os dois misteriosos aviões militares que haviam sobrevoado a cidade de "disfarçados com as cores americanas", haviam feito um pique e explodido com uma refinaria (3).

Reatadas as comunicações com Washington, e tendo conseguido pôr em marcha os serviços mais importantes (os centros de inteligência, os serviços de polícia, etc.) sem os quais a cidade não poderia sobreviver, tratava-se agora de preparar-se para uma longa noite, já que a eletricidade não poderia ser restabelecida senão dali a 24 horas na cidade, e dali a cerca de 10 horas, nos hospitais: "Tratava-se então de preparar-se para recompor a ordem!"



III CAPÍTULO

Após o segundo corte as pessoas começaram a sair às ruas, e os passantes continuavam seus passeios. Desligada a tevê, suspenso o "conforto" do ar condicionado, as pessoas não tinham outra coisa a fazer do que sair à rua. E na rua, sem boates, sem fliperamas, eram obrigados a fazer, para passar o tempo, como se faz em qualquer cidadezinha subdesenvolvida do interior do Brasil, da Itália, ou de um país qualquer: falar, conversar, discutir, contar histórias... enfim, a "ordem estava quebrada".

Na Broadway havia uma grande multidão. Os teatros os cinemas, os restaurantes, os inumeráveis "sexy-shop" aonde se agrupam milhares de pessoas para ver filmes pornôds, estavam vazios.

A noite estava bonita e quente. Muito quente. O céu estava claro. Ninguém tinha pressa de voltar para casa. De toda maneira ainda se acreditava que isto seria uma pane passageira.

Subindo para o Central Park, Nova Iorque tinha um certo ar de festa. Os faróis dos carros faziam suficiente luz para que os passantes continuassem seus passeios sem medo. E depois para que entrar em um apartamento sem elevador, sem televisão, sem ar condicionado

e sem gelo?

Descendo na direção da Columbia University perto dos dois Harlens, o negro e o portorriquenho, era a festa. Os jovens, na maior parte estudantes habitando no bairro "recebiam os estranhos" comendo e bebendo agrupados em torno de um transistor ou de uma vela plantada em uma lata de conserva vazia. Discutia-se, fazia-se conhecimento entretiam-se mesmo, o que em Nova Iorque é um símbolo de crise.

Poucos eram os que não se divertiam com a situação.

Era o caso por exemplo no hotel Algonquin, um velho hotel granfino que acaba de se modernizar. Lá as fechaduras são eletrônicas. Abrem-se introduzindo-se um cartão que muda de "chave" com cada ocupante. "Absolutamente garantido contra ladrões", anuncia a publicidade. Mas não contra as panes de eletricidade e os clientes do Algonquin só encontraram suas camas e valises 25 horas mais tarde.

Do mesmo modo, não se divertiram alguns comerciantes que desconfiados, tinham posto seus carros sobre as calçadas, faróis acesos e dirigidos para suas vitrines. Alguns tinham mesmo ido buscar seus revólveres. Parece que o Deus tão invocado na frase "In God we trust" (em Deus nós confiamos), não era outra coisa que a eletricidade de (ou quem sabe este Deus não agia no escuro).

No meio da festa, os populares começaram a organizar sistema de distribuição direta. Pequenos "comandos" tomam a iniciativa. Enquanto alguns vigiam, outros jogam uma lata de lixo contra a vitrine ou contra o automóvel que o comerciante deixara em frente. Imediatamente após, em grupos mais amplos, alguns com um guardanapo na mão para evitar cortes e outros com tochas, os populares penetram pela vitrine e se servem como estão habituados nos "self-service".

Súbito, alguém que tinha ficado na segurança grita: "Atenção companheiros, aí vem os 'azuis'". Os mais desorganizados correm, os mais combativos resistem jogando garrafas ou outros objetos.

Para "recompor a ordem" o prefeito de Nova Iorque ordenara que todos os agentes da polícia em repouso se juntaassem aos postos mais próximos.

Nos dias a seguir se tomou conhecimento que 10.000 agentes em repouso (sem contar os por causa-doença) haviam ficado tranquilamente em suas casas sem-mexer (ou quem sabe haviam ido organizar em outro ponto qualquer um "self-service").

O fato é que há muito tempo a polícia de Nova Iorque ameaça se por em greve porque "não ganha salários suficientes e pelas más condições de trabalho". E naquele dia "as condições de trabalho eram particularmente ruins". Um agente, Garry Bartlensky, saindo de uma loja aonde pouco antes tinha se organizado um "self-service", afirmou a um jornalista: "Eu tive medo. Nosso uniforme não lhes faz medo. Quando chegamos eles nos recebem a garrafadas". E depois, continua o agente: "Se os prendemos,

(2) Um conjunto de geradores colocados em pontos estratégicos da cidade, como segurança depois da pane de 1965, não funcionaram, pela simples razão de terem ficado 12 anos... inativos.

(3) Somente depois de instaurada uma comissão de inquérito é que foi constatado que tudo não passara de uma casualidade já que no exato momento aonde o avião sobrevoava a refinaria, um incêndio a fizera explodir.

eles não compreendem porque. Achem que não estão fazendo nada de mal. Eu preendi um pouco que me disse: 'Deixe-me partir. Eu não tenho trabalho. Eu pego simplesmente o que não posso comprar'!..



IV CAPITULO

Pouco a pouco a ordem vai sendo restabelecida. As TVs, as Rádios começam a funcionar, ensinando o que é bom e o que é mal, o que é certo e o que é errado. O prefeito de polícia pela TV aconselha aos pais "nem todos eram negros e havia gente de boa família" a explicarem a seus filhos que não é aconselhável a organização de "serviços de distribuição direta" pois poderia prejudicar o bom funcionamento da "economia de mercado e da civilização ocidental cristã". Além, é claro, de "colocar em sério risco a propriedade privada, a partir do que ninguém mais teria garantias de ter o que necessita".

Pouco a pouco as forças de ordem são recompostas: 470 policiais curam em paz seus ferimentos. 3.300 "organizadores de self-services" presos, aguardam a sua reeducação.

Apesar de tudo, durante toda a noite, apenas seis pessoas morrem de morte "não natural". Muito menos que a média de dez ou doze pessoas diárias quando faz calor. Aparentemente a "desordem" mata menos do que a "ordem".

Na manhã seguinte mais pessoas acordaram de manhã, sem ter a barriga vazia, mais pessoas estavam melhor vestidas e conseguiram ajeitar suas casas com coisas que em geral nem passavam em seus planos. Mais pessoas haviam conversado, discutido e festejado e tinham algo a contar para seus amigos, seus companheiros... mas que

importa, a "ordem natural das coisas, devia ser, a qualquer custo restabelecida".

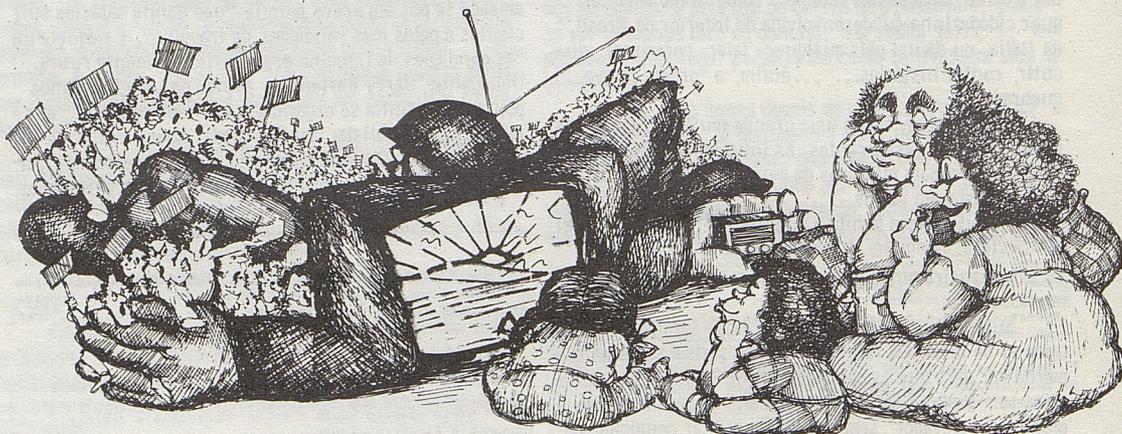
V CAPITULO

Nos dias seguintes, os juizes têm muito trabalho. Os técnicos se encarregam de aperfeiçoar os esquemas alternativos para impedir que a falta de luz venha afetar a ordem. Os policiais e militares reestudam seus planos preventivos e aperfeiçoam um escudo anti-garrafas. Um grupo de sociólogos ganha uma bolsa para pesquisa da "Ford Foundation", para estudar os "sistemas de self-service" utilizados por populares e tentar adaptá-los à economia de mercado. O Governador de Nova Iorque continua a fazer o seu relatório sobre a "possível falência da cidade" adicionando mais cem milhões de dólares aos deficits anteriores. O Senado volta a discutir sobre a "bomba de neutrons" e sobre a política dos "Direitos Humanos". O presidente Carter trata de explicar a Brejnev pelo Telefone Vermelho que tudo não passara de um mal entendido, mas pedindo explicação sobre a tal frase relativa a "amizade entre povos" e não "entre Estados".

A Ordem fora reestabelecida. Apenas uma informação não tinha sido ainda compreendida pelos peritos de segurança que naqueles dias analisavam um relatório sobre uma "aparentemente pequena" organização marxista, independente de Moscou, Pequim, Tirana, Cuba e Iugoslávia. Segundo algumas informações ela poderia ter bases importantes nos setores indisciplinados que a alguns meses quase derrubaram o Sindicalista Livre Mean. E um dado misterioso era que a organização que aparentemente tinha uma frágil infraestrutura, alguns dias após os cortes de luz havia começado a tirar suas publicações em uma gráfica clandestina... e que, segundo os técnicos que as havia analisado, deveria ser extremamente aperfeiçoada tecnicamente.

PAULO CANETTI julho 1977

TODOS OS FATOS E DIALOGOS QUE APARECEM NO CAPITULO III FORAM RECOLHIDOS NA REPORTAGEM SOBRE A "PANNE" ELETRICA DE NOVA IORQUE DO HEBDOMADARIO ULTRAREACIONARIO PUBLICADO NA FRANÇA "JORNAL DE DOMINGO".



A VIDA
E A ARTE
NOS
HOSPÍCIOS
¿Uma
Coisa
De
Lolcos?
camila valladares



Ao falar em reclusão se pensa geralmente nos cárceres. Se esquece assim, que apesar da intenção de mostrá-los como hospitais de institutos neuropsiquiátricos, o hospício são outra forma de prisão. Os ali recolhidos - os internos - estão privados da liberdade por ordem judicial, e sem um novo decreto do juiz não podem recobrar a liberdade. Consequentemente, são privados da patria protestad e do direito de decidir sobre seus filhos e seus bens - se é que os tem - não podendo realizar nenhum ato legal, administrativo ou político. São, em uma palavra, mortos civis.

Seu regime de vida é semelhante ao dos institutos 'carcerários. São considerados literalmente "objetos"

Por outra parte, são comuns os vexames e os castigos corporais que lhes são impostos: aqui o enfermeiro - ou mesmo o médico - substitue o guardião, e o eletrochoque o dínamo de tortura.

O chamado "doente mental" sofre uma dupla situação de opressão.

Em primeiro lugar, uma opressão que se conjuga com a da própria classe social a que geralmente pertence: a que se totalidade dos internos proveem dos setores mais sofridos da classe trabalhadora.

O segundo grau de opressão tem que ver diretamente com a situação que se padece dentro do próprio hospício.

Gostaria de assinalar muito brevemente:

a) O conceito de saúde - e portanto o de enfermidade - é temporal, mutável, e é imposto, como o de legalidade, pelos donos do poder: frente a política e a ideologia.

b) Devem ser considerados, na análise da gênese dos estados espirituais da crise, as fontes de angústia derivadas da evolução da sociedade primitiva e da quebra da unidade entre o coletivo e individual, com o desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho, o nascimento das classes sociais e suas lutas, e as guerras de dominação de umas sociedades por outras. A medida que os seres humanos se foram separando da natureza e a unidade primitiva se foi rompendo pela divisão do trabalho e o nascimento da propriedade privada, se tem fraturado também o equilíbrio entre o indivíduo e o mundo exterior. "E essa perda de harmonia com o mundo exterior levaria inexoravelmente a histeria, a extase a loucura". (Erst Fischer).

c) Em sua maioria, os internos sofreram previamente as consequências de um estado de exploração, com suas sequelas de subalimentação, insalubridade, promiscuidade, alcoolismo. Os internos por alcoolismo constituem uma proporção altíssima nos hospícios.

d) Igualmente tem que se ter presente a repressão sexual e mental, os preconceitos e a ideologia que tem sua base na castração e no bloqueio do desenvolvimento livre do homem.

e) Os psiquiatras atuam, em alguns casos, como funcionários policiais contra quem renega o sistema de valores estabelecido.

Completa a situação, como já dissemos a opressão que os internos sofrem no próprio hospício: fome, maltratos, torturas, trabalhos sufocantes e não remunerados, aban-

(1) Este artigo foi elaborado utilizando materiais da revista argentina "Crisis" e depoimentos, textos, poesias e desenhos (todos que aparecem nestas páginas) recolhidos em hospícios de Buenos Aires por Vicente Zito Lema.

dono total, falta de vestimenta. Nas próprias palavras de um interno:

"Sofremos fome; quando protestamos nos castigam ou nos dão um montão de pastilhas para nos dopar, andamos mal vestidos ou nus; as pessoas nos rejeitam... Aqui dentro andamos como animais. A vocês lhes parecem que poderemos sorrir?"

Nos hospícios se encontram milhares de internos, que padecem situações semelhantes: falta de médicos, de enfermeiros, falta de comida, moscas que invadem tudo, péssimo estado de conservação dos edifícios, paredes estreitas, falta de portas e vidros, odores nauseabundos, inexistência de água quente nos chuveiros, não provisão de roupas para os reclusos que devem andar maltrapilhos ou seminus. Isto sem falar no problema básico que colocam os tratamentos a que são submetidos os internos mais condenados com sua paulatina desintegração mental que com sua reintegração a sociedade.

A ARTE: UMA FORMA DE RESISTÊNCIA A O ISOLAMENTO



Como fazem os oprimidos para transcender, individual e coletivamente, o estado de injustiça que sofrem? O mes-

mo nas condições mais desfavoráveis, continua buscando a comunicação com os demais homens, testemunhando sua situação histórica, gerando emoção e assombro. E faz isto através das formas tradicionalmente aceitas como arte, mas também através da criação de bonecos, tecidos, artesanatos, murais, letras de músicas e cartazes.

Devemos ter consciência que a existência dessas obras - ou sua inexistência ou censura - são parte da luta integral contra o opressor.

É um princípio clássico da guerra: o dominador trata de desmoralizar por todos os meios aos que domina. Portanto não deve nos assombrar o tratamento que se dá aos "internos", apesar da atitude individual correta de alguns médicos ou enfermeiros. O que define uma situação é a sua generalidade, isto é, sua conversão em sistema.

Tampouco deve nos extranhar que os reclusos persistam, obstinadamente, testemunhando e criando. Eles tratam de conservar e de defender sua condição real e efetiva de seres humanos, porque, e aí está o fundo da questão, a opressão nos hospícios pretende justificar-se negando-lhes ou amputando-lhes esta condição.

Mesmo nas piores condições, o homem necessita ser algo mais que ele próprio. Ele busca a totalidade. Não o satisfaz ser um indivíduo dividido. Ele parte do caráter fragmentário de sua vida para elevar-se frente a uma plenitude de destino que não pode conhecer pelas limitações de sua individualidade. Na busca de um mundo mais compreensível e mais justo, na busca de um mundo com sentido, é através da criação que pretende converter em social sua particularidade. Por isso, análise de suas obras utilizando valores estéticos correntes carece de todo sentido, ou tem o sentido encoberto de negá-las ou questioná-las sob critérios culturais elitistas.

Objetivo idêntico, ideologia semelhante, tem a postu-

JUIZO PARA EXÍLIO NO CORPO DOS GRITOS

Isto é algo que escreve um animal: eu. Um homem que não tem poesia; no qual esta morrendo a razão. Quando teve a sensibilidade ficou louco, ficou enterrado. Aquelos dias são a primeira parte; agora odeia as pessoas de bem destruindo com suas iras as caixas de algodão criadas por elas.

Esta morto o poeta?

Quem foi o assassino daquele pedaço de nervos que sabia dessas outras realidades?

Aquí, nisto tento dizer para aquela pessoa que foi estudando as vidas que determinaram sua morte. Mas não veem isto, filhos da puta! Chorando aquelas causas com as quais hoje decido queimar os relógios, as máquinas e as instituições.

É alguém que odeia todos vocês, que leem estas páginas com a credula alegria dos que mijam nos arroios e já satisfeito dos vinhos, creem que se amam.

So entendem a êle alguns loucos que o conheceram no manicômio, e as criaturas. Quando eles querem escuta-lo, so basta dispor de um manicômio... É as poesias do seu ami-

go Daniel.

Não sei das manadas que morrem momentos sem ter a consciência; e dispostos os rituais se assassinam a luz do dia, sem acreditar. Com os espíritos mortos por frases já sabidas de antemão, que servem unicamente para alegrar os prantos dos feridos nessas batalhas.

E depois, quando cheguem aqueles que criam as vidas e logo as tiram no desconcerto da fuga, vão gritar algumas palavras que talvez eu escute.

Sim, porque so nestes momentos, com os horrores se destroem os pobres intelectos e se dizem coisas que saem do espírito.

Irracionais, irracionais, venham a mim!!

Hoje, com tantos calores, apenas posso recordar o que supostos sábios me diziam quando criança destruindo as cores que criavam os olhares das vacas mijando cachorros mortos; que não são mais que estes que se creem maiores e aos quais enormes mentiras dão a aparência de instituições.

Pobres todos nos... Amo as todas mulheres; a aquelas que têm seus ventres com vultos e nas caras a ternura com que alguns cachorros lambem seus amigos depois da morte. A todas as crianças. O inocente de certas pessoas. Que tem o preço de saber somente algumas realidades. A êles, meus amigos; aos loucos e alguns analistas.

A alguns corvos que voam nas praias, e o estudo do tempo sabe envolver aos espaços; que planando tatuava as imagens nas carnes daquela prostituta.

ra -pseudo-científica- dos que chegam a perguntar-se se podem ser consideradas "obras de arte", as produções de pessoas que antes da aparição da enfermidade mental" já -maís haviam exercido atividades artísticas e não haviam recebido formação de nenhum gênero.

Esta postura leva a enfrentar as formas de expressão desta classe de oprimidos em forma negativa ou com curiosidade malsã, privado o receptor do necessário respeito que conduz a assimilação e comunicação, que conduz a real valorização da mensagem.

E também necessário destacar que as suas obras de arte são um rotundo desmentido às teorias segundo as quais o chamado "doente mental" se submerge em um autismo que exclue toda relação com o próximo. Assim mesmo estes testemunhos resgatam a inocência e o sentido das próprias disciplinas tradicionais. A pintura, a cerâmica, a literatura toda a sua arte, é despojada de toda conotação mercantilista, deixando de ser mercadoria de tráfico, bem de consumo fruto de degustação e de prestígio para elites.



Se quisermos saber o que se passa dentro dos hospícios, a quem deveremos nos dirigir? Aos médicos ou aos "loucos"? Qual deles nos apresentará o "real" e o "irreal"? Os depoimentos abaixo, colhidos nos hospícios Braulio Moyano, Melchor Romero e Borda de Buenos Aires poderão contribuir para responder esta pergunta.

"...Onde está o dinheiro que paga o povo para sustentar este hospício?" (...). Minha família, pessoalmente, acreditava, como acreditavam na minha cidade, que aqui se comiam coisas boas. Recordo que uma vez quando falei com eles, lhes fiz a seguinte proposta: Que se eles pensavam que aqui se comia e se estava bem. Porque não se metiam aqui dentro todos juntos uma temporada e eu voltava a Olavarría por 15 dias? Eu viria visitá-los nos fins de semana. Também que roguem ao céu que não lhes toque

nunca cair aqui dentro, porque aí vão saber quantos pares são três botas".

"... Você está fora, é livre, tem trabalho e conhece gente importante, por isso você pode e eu não. Se você viesse em meu lugar, saberia o que o que é realmente a injustiça. A Justiça se move com dinheiro para os advogados ou com amigos que são políticos, militares ou padres. Por isso eu tenho que suportar minha desgraça de estar encerrado aqui dentro. Simplesmente, porque eu não posso. Meu delito é ser pobre, não ter amigos e nem uma família que me ajude. Me meteram aqui por "nervoso". Eu lhes pergunto, o que aconteceria se neste país se prendesse todos os "nervosos"? Indubitavelmente, se necessitaria um hospício maior que a província de Buenos Aires."

"... Os problemas de nossa vida, econômicos e família



TÃO POUQUINHO

Só de ilusões vivemos.

Quantas promessas nos foram feitas e quão poucas foram cumpridas...

Uma delas, foi um carrinho que passaria diariamente recolhendo as sobras de comida, pois é até ridículo que os pacientes do pavilhão tenham que ir todos os dias ao lixo jogar fora os desperdícios.

Se lerem isto que o leam como uma recordação do prometido, do tão pouquinho que foi prometido, mas igualmente negado ou por acaso esquecido.

O CANARIO

Deixou de existir de pena, isolado (o canario deste pavilhão), a solidão o levou. Não é só comer e beber; o ser necessita de outros meios livres e necessários para sentir a felicidade, e este é o único remédio que faz agradável a existência.

Em sua gaiola, nada lhe faltava. Os anos haviam passado e poucas plumas adornavam seu corpinho de ave vistosa e sonora. Seus cantos não deixavam de alegrar mediante o esforço de sua própria eficácia e a mão do destino casual, não por descuido, fez que o doce canto em tempos posteriores não se escutasse mais, adeus, adeus, doçura; que o infinito

res, não se resolvem com insulina, pastilhas e eletrochoques, ao contrário, nos embrutecem e nos fazem mais difícil encontrar as soluções".

"O pior do hospital são as horas que passamos sem fazer nada, porque nos obrigam a pensar em nossos problemas que não tem solução, que nos obrigam a mastigar nos sa amargura e desespero..."

"... Você vai festejar o dia da primavera, convidará seus amigos, mas lembrar que tem gente que não pode festejá-la, que lhe gostaria, mas desgraçadamente não pode (...). Me espanta que em um país como o nosso, havendo tanta riqueza, a maioria inexplorada, exista tanta gente procurando trabalho por todos os lados. Nosso país exporta para o exterior a melhor carne de vaca, enquanto nos ficamos com a pior. A você, que parece? Não ponho a culpa em ninguém, mas tem algo que não funciona".

"... Com toda as tarefas que faço na sala e nos outros lugares, teria que receber um salário. Mas em troca, estou trabalhando por um prato de sopa miserável, e uma jarrinha de leite com água. Agora me fudi..."

"... Acredito que agora estou pior que quando entrei, pois tenho os mesmos problemas que antes, com a diferença que atualmente tenho medo de sair la fora e enfrentarme com o mundo. Neste lugar nos distanciam tanto do mundo, que depois se algum dia saímos não saberemos viver entre as pessoas "sadias..."

"... Não queremos que vocês publiquem coisas para dar pena. Queremos que se movam para que seja feito algo. Eu tenho 10 anos aqui. Muitos tiveram piedade e me prometeram um montão de coisas. Mas eu continuo aqui, igual que antes. Nós necessitamos de ação, não de sentimentos. Já estamos cansados de promessas. Todos têm boas intenções mas não fazem nada. Assim funciona este país".

HORA DE TRATAMENTO PSQUIATRICO

Tratamento senhores queridos enferminhos tratamento vamos, quero vê-los a todos, avancem; apressem-se um pouquinho estendam as mãos pedindo tratamento é assim que eu gosto portas que abrem e fecham pares de pés se arrastando pelo chão mãos postas pedindo um pouquinho de Saude Mental por favor anti-convulsivos anti-depressivos anti-opressivos muita opressão aqui, é verdade? entre tantos doentes psiquiatricos; hoje anti-dedo duro anti-burocratas anti-sociais anti-higiênicos anti-regulamentarios e a mim por favor a esta altura muito, muito anti-emético



raul villa

ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE AS RESOLUÇÕES DE MARÇO DO PCB

Não há quem - no exterior - não se surpreenda com a pujança das forças que hoje no Brasil se mobilizam contra a ditadura. Apesar de todos esses anos de repressão mais brutal e sistemática, apesar do bombardeamento massivo da propaganda oficial, nossos generais assistem outra vez o extraordinário crescimento de uma nova vaga de protestos populares. Um novo 68? Não.

De parecido há a disposição e os objetivos, mas a maturidade diante de cada engajamento, a discussão precisa acerca das alternativas táticas, revelam que - seja qual for o resultado dos enfrentamentos mais imediatos - presenciemos o surgimento de uma nova esquerda no país, que busca conscientemente vincular seus objetivos revolucionários à dinâmica viva das massas. Em tudo se manifesta esse empenho, a começar pela própria linguagem dos jornais e manifestos, ou pelo esforço em conhecer os mecanismos específicos de nossa sociedade.

E o PCB? A Resolução Política de seu CC de março deste ano parece uma peça de museu no quadro do Brasil de hoje. Desde o modo de analisar a situação até as proposições, tudo parece emanar, não das entidades estudantis combativas, das oposições sindicais, das comissões de luta, mas dos embolorados textos de sempre. Vejamos.

A Resolução constata o crescimento das "lutas do povo contra a política da ditadura" e do "movimento nacional de oposição ao regime" e passa a detalhar, referindo-se às lutas da classe operária, dos assalariados agrícolas, dos posseiros, da Igreja Católica, dos estudantes, das mulheres e dos intelectuais; ao descontentamento das "camadas médias urbanas e amplos setores de empresários pequenos e médios"; ao "mal-estar e o desacordo existente entre os militares com o papel de carrasco do povo que o regime

(...) lhes atribui, assim como com a política entreguista". Além disso, "diante da crescente vulnerabilidade e instabilidade política do regime e do fortalecimento da oposição, forças consideráveis, tanto na ARENA como entre os grandes empresários e no seio do próprio governo, passaram a criticar aspectos fundamentais do regime fascista e a procurar um outro caminho que resguarde mais seguramente seus interesses econômicos e políticos de classe".

O primeiro inconveniente sério desse tipo de enumeração aparentemente inocente de fatos reside na uniformização de processos que possuem conteúdos bem diferentes e às vezes até opostos entre si.

É fato que há um crescimento das lutas operárias? Sem dúvida.

É fato que há um crescimento das críticas do próprio grande empresariado ao governo e ao sistema político atual? Sem dúvida.

Mas infeliz daquele que ficar nesta constatação e, a partir daí, avaliar a correlação de forças e a base social do regime. Porque tal apresentação linear das oposições na da falou acerca do sentido de cada uma das oposições, para verificar se elas se somam ou se opõem.

No "Conjuntura Brasileira" de fevereiro-março encontramos um bom material para avaliarmos o significado das "insatisfações dos empresários". Vemos aí transcrito um editorial de L. A. Bahia na Folha de S. Paulo, onde o autor se põe a defender a "abertura democrática", tentando demonstrar a burguesia a estreiteza de seus pontos de vista, já que, "a maioria empresarial continua pleiteando o diálogo de tipo corporativo". Ou seja: quando falam de "abertura" pensam simplesmente em maior diálogo entre eles e a burocracia estatal. Noutra matéria, da revista "Exame", intitulada "O que querem de fato os empresários", os articulistas constatarem que "são bem poucos (...) os que questionam o projeto político que norteia as diretrizes estratégicas da economia, pretendendo influir na sua formulação. Mas mesmo entre os empresários que advogam a abertura política, há diferenças significativas de grau e de intensidade (em que despontam os defensores da democratização estritamente controlada). Em sua grande maioria, os empresários não advogam mudanças substanciais na natureza do regime... por não querer correr os "riscos implícitos num projeto de abertura política ampla". Quer dizer: criticam a ausência de canais de expressão mas o critério decisivo para a definição de qualquer projeto é sua capacidade para manter caladas e submetidas as massas trabalhadoras. Ainda uma outra matéria do mesmo "Exame", "Pesquisa analisa ideologia do empresário", confirma e reforça esse perfil autoritário e antidemocrático largamente predominante na burguesia brasileira.

Ao fazer silêncio sobre os antagonismos e diferenças de classe, o PCB assume a luta democrática do ponto de vista da democracia pequeno-burguesa. A democracia é tomada abstratamente, ou seja, abstraída da trama de interesses e contradições que a definem.

É claro que algo será reservado aos trabalhadores no "regime democrático" que se propõe: a "consequente garantia dos direitos dos trabalhadores". Mas inclusive essa concessão aparece na mais pura tradição da democracia burguesa, como condição para a estabilidade do regime vigente. Assim, no "Manifesto à Nação" divulgado no mesmo "Voz Operária" extra em que lemos a resolução do CC, se explica que "é necessário que se compreenda que o regime atual, baseado na marginalização do povo da vida política, econômica e cultural, é necessariamente instável e precário e não

responde aos imperativos da soberania e da independência nacional". Seria excessiva má vontade se interpretarmos que essa frase é dirigida às classes dominantes para tentar convence-las que a democracia burguesa corresponderia melhor aos seus interesses? Ou será apenas uma enorme incidência que essa "cantada" infeliz e suplicante vem logo depois de outra passagem não menos ingloria, onde se promete que "O regime a que os brasileiros aspiram deve garantir às Forças Armadas uma posição importante na construção da democracia e da defesa da soberania popular?" Assim mesmo. Quem duvidar vá ver na pag. 4 desse Voz Operária especial de abril de 1977.

Nessa concepção, encontramos o PCB concentrando suas atenções na luta "pela manutenção do calendário eleitoral, pelas eleições diretas em 1978, pela anistia e, ao mesmo tempo (pelo prosseguimento e ampliação do) combate contra o AI-5, a censura, a repressão e o terrorismo". Está bem manter a luta contra o AI-5, pela anistia, contra a repressão, a censura e o terrorismo mas o fato de não tomar por eixo a luta pela liberdade de organização e manifestação para as massas trabalhadoras, é o que caracteriza o PCB como expressão - e não das mais combativas - da democracia pequeno-burguesa.

E não será por acaso que suas atenções estarão concentradas na capacidade de "resistência" do MDB, nos conflitos no interior do aparelho de Estado, enquanto que é no interior do movimento de massas que se vai gerando a única possibilidade de uma saída verdadeiramente democrática - e portanto revolucionária - para a conjuntura atual: a organização autônoma dos trabalhadores. Não sera por acaso que, sendo obrigado a reconhecer as oposições sindicais, o VO de maio tentara defini-las como um movimento "situado no interior da legalidade sindical", ou seja da atual estrutura sindical, submetida ao controle rigoroso do Estado burguês.

Não será tampouco por acaso que nas lutas de maio - primeira grande expressão de um movimento popular autônomo desde 68 - essas concepções foram tão significativamente ignoradas.



Uma velha política no CBA, como em outras frentes, tem sido o problema das "liberdades democráticas". Por darmos um combate ao fato de diversas tendências levantarem esta bandeira, deixando-a no geral, muitas vezes temos sido caracterizados simplesmente de... doutrinarietas. Respondíamos sempre que não ignorávamos as lutas por liberdades políticas e por liberdades democráticas, mas que, pelo contrário, considerávamos importante esclarecer quais eram as reivindicações pelas quais lutávamos e para

quem exigíamos liberdades democráticas. A este argumento alguns diziam que pediam liberdades democráticas para todos, inclusive para os "patrões nacionais". Outros se esquivavam ao problema dizendo que era evidente que lutava pelos interesses dos oprimidos, mas que hoje não era interessante, e seria mesmo esquerdismo precisar este problema, já que as massas ainda pediam liberdades democráticas assim mesmo, em geral.

Recentemente alguns fatos novos permitiram que esta polêmica saísse do campo teórico. Após as últimas manifestações estudantis, o próprio movimento de massas levantava quatro palavras de ordem:

- Libertem nossos presos
- Anistia geral e irrestrita
- Liberdades democráticas
- Liberdade de manifestação e expressão para todos os trabalhadores e oprimidos.

Passamos à ofensiva e, nas discussões de apoio às mobilizações estudantis, tratamos de exigir que o CBA fizesse eco das quatro palavras de ordem, usando o argumento, que até aqui tinha sido usado para deixar as coisas no geral, de que "trata-se de apoiar as palavras de ordem levantadas pelo movimento de massas, e não censurá-las". Alguns concordaram de boa vontade; outros não tiveram outra solução que deixar passar. Mas eis que, nas publicações feitas imediatamente após estas discussões (um cartaz e um dossier) só apareciam as três primeiras palavras de ordem, e a de "Liberdade de manifestação e organização para os trabalhadores e oprimidos" misteriosamente tinha desaparecido. Colocamos em discussão, exigindo que os acordos anteriores fossem cumpridos. Ironizaram-nos dizendo: "pensam que só vocês defendem esta palavra de ordem?" pensam que alguém quer boicotar vocês? Trata-se apenas de um esquecimento". Respondemos que talvez não fôssemos os únicos a levantá-la mas éramos nós que estávamos tratando de que ela encontrasse um eco aqui fora enquanto a maioria não tinha nem notado a omissão.

Apesar de algumas "dificuldades técnicas" apontadas - para colocar a palavra de ordem em uma brochura que estava para sair, tudo ficou como um esquecimento.

No entanto, abrindo a revista "Debate" n.º 26, pag. 8, lemos o seguinte texto: "os primatas do radicalismo verbal que riem desdenhosamente, diante da palavra de ordem de democracia, podem medir o seu isolamento nas faixas que encheram as ruas e que abriram caminho à mobilização unitária: "liberdade de organização", "anistia", "pelas liberdades democráticas..."

Misteriosamente desapareceram as referências que, no entanto eram tão claras nas faixas, em relação aos "trabalhadores e oprimidos" e que serviram para tirar esta palavra de ordem "liberdades democráticas" de sua generalidade e remarcar o seu conteúdo de classe.

O mesmo acontece nas "notas de leitura" de "Conjuntura Brasileira" n.º-17, onde se lê: "10.000 estudantes de São Paulo saíram as ruas conclamando a todos os oprimidos e explorados a se manifestarem abertamente pelas liberdades democráticas, pela liberdade de organização e manifestação, pela libertação dos operários e estudantes presos no final de abril, pela anistia ampla e irrestrita a todos os prisioneiros políticos, banidos e exilados.

Casualidades! E a menos que descubramos que a Dita dura conseguiu montar um "bureau" de censura em Paris atingindo as publicações de exilados (de uma parte delas é claro), teremos que constatar pesarosos que... esquecemos to pega!

**OS
PARTIDOS
COMUNISTAS
NA
AMERICA LATINA
ANTES DA
REVOLUÇÃO CUBANA**

M. Garcia



m. garcia

**SOB
O SIGNO
DA "BOLCHEVIZAÇÃO"**

Dois de março de 1919. Vladimir Ilich Lenin sobe à tribuna do Palácio de Justiça de Moscou, sala Metrofanovsky para, em nome da jovem República dos soviets e do Partido Comunista Russo saudar os delegados ao Primeiro Congresso da Internacional Comunista. Suas primeiras palavras neste breve discurso de abertura são para homenagear a memória de Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, "os melhores representantes da III Internacional" (1) assassinados pouco antes pelos esbirros da reação e da socialdemocracia alemã.

Por este ato todos aqueles que haviam estado "contra a corrente" durante os anos da guerra imperialista, opondo-se às orientações social-chovinistas hegemônicas no movimento operário mundial, tiravam as consequências práticas daquilo que o próprio Lenin havia chamado tempo antes de falência da Segunda Internacional.

É pouco provável, no entanto, que as dezenas de revolucionários que conseguiram, superando inúmeras dificuldades, chegar até esta Moscou mergulhada ainda em um renitente inverno, tivessem condições de avaliar perfeitamente a significação e implicações desta ruptura fundamental que se produzia no interior do movimento operário internacional.

O mundo destes primeiros e frios meses de 1919 diferia radicalmente daquele dos calorosos meses do verão europeu de 1914 quando os canhões de agosto fizeram escutar sua voz.

A toda poderosa Alemanha, centro imperialista emergente do fim do século passado, se encontrava mergulhada no caos social e político, pagando o preço da derrota militar e das humilhantes cláusulas impostas em Versailles pelos vitoriosos.

Pela primeira vez o imperialismo em seu conjunto se havia visto confrontado com uma crise que afetava não somente seu sistema econômico, mas as condições mesmas de sua dominação política. A cadeia se havia rompido em seu elo mais fraco (Rússia), o que punha em evidência a incapacidade da burguesia de encontrar uma solução global para o conjunto do sistema.

Mais ainda: a instabilidade social e política se instaurara no continente europeu provocando bruscas alterações na correlação de forças. O proletariado ocuparia o poder ainda que transitoriamente - na Hungria e Finlândia e a crise revolucionária se revelaria em situações insurrecionais ou pré-insurrecionais na Alemanha, Áustria, Itália etc.

Os efeitos da crise se faziam sentir, através de complexas mediações, além das fronteiras do velho mundo. A agitação social ganharia China, Japão, Índia e Coreia e o movimento operário se mostrava particularmente combativo na América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, para citar alguns casos. Direta ou indiretamente, é deste quadro social e político que se vão gestar os principais partidos comunistas de nosso continente (2).

Mas é difícil estabelecer uma relação de causa-efeito com valor efetivamente explicativo entre a revolução de outubro, seu prolongamento internacional (a Comintern) e a formação dos PCs latinoamericanos; menos ainda com as lutas impulsionadas pela classe operária neste momento no continente.

O quadro político-ideológico do movimento operário latinoamericano era radicalmente distinto daquele existente na Europa. Esta diferença recobre um problema fundamental: o lugar real ocupado pela classe operária nas socieda-

des latinoamericanas (e, evidentemente, no processo de luta de classes) que em nada poderia ser assimilado àquele verificável na Europa.

Se é certo que, como vimos em outra nota, o peso das posições anarquistas começava a declinar de maneira irremediável a partir de fins da segunda década, não se poderia dizer que esse declínio fosse compensado por um ascenso correspondente das posições comunistas.

O que se verifica é que o processo de articulação dos partidos comunistas que se formam neste momento com a Internacional, é sumamente formal.

A exceção talvez do Chile, onde o PC existia 10 anos antes de sua denominação (tanto que tal como Partido Operário Socialista) e onde sempre nutria profundas relações com um sindicalismo de marcado sentido classista (expresso na Federação Operária do Chile/FOCh), a maioria dos Partidos Comunistas que se formam no continente é expressão de correntes minoritárias do movimento operário e que não se inscrevia necessariamente em uma dinâmica social significativa, como prolongamento expressivo das agitações de 1917-20.

O PC brasileiro surge em um momento de refluxo da classe operária (1922), resultado antes de tudo de um ato de ruptura ideológica de um pequeno grupo com seu passado anarquista.

O PC argentino, fração minoritária e de esquerda de um Partido Socialista irremediavelmente submerso na tentação parlamentarista, não conseguiu quebrar em seus primeiros anos, nem no plano político, nem no plano sindical, a hegemonia das correntes anarquistas no seio do movimento operário. A história futura do PCA não será outra coisa que a história de um fracasso continuado em suas tentativas de hegemonizar a classe operária deste país.

Mesmo no Uruguai, onde o PC sai da maioria do PS, deixando os partidários de Frugoni em posição minoritária, sua capacidade de condução é relativamente discreta.

No Peru, o que será mais tarde o Partido Comunista, existiu durante muito tempo sob forma dispersa, resistente às 21 condições de adesão à Internacional, sobretudo àquela que especifica que os Partidos deverão necessariamente chamar-se "comunistas". Isto não impediu que aí se desenvolvesse no plano político concreto uma das mais ricas experiências deste período. Menos ainda que, ligada a esta experiência, despontasse o pensador mais original que o marxismo latinoamericano produziu: Juan Carlos Mariategui.

No México, a fundação do Partido Comunista foi provocada em grande medida pela intervenção dos homens da Internacional, que se põem à cabeça da nova organização. Dentro deles o hindu Roy, mais tarde figura fundamental da política da Comintern da China. (3)

Em outros países o processo de formação é mais tardio.

Em Cuba ele será resultado da fusão das lutas estudantis, que têm em Mella seu dirigente mais significativo, e das lutas operárias. Carlos Baliño, operário, antigo companheiro de José Martí na guerra de independência e Júlio Antonio Mella serão as figuras centrais da formação do PC cubano, em 1925.

Na América Central, os Partidos Comunistas se formam em estreita ligação com a "Seção do Caribe" da IC e com o Socorro Vermelho, ambos funcionando em Nova Iorque. As relações dos PCs com os movimentos anti-imperialistas e revolucionários nesta parte da América não serão sempre claras. Se é certo que em 1932, o PC Salvadore-

nho está à frente da grande insurreição camponesa, que terá o saldo trágico de mais de dez mil mortos, não é menos certo que as relações do movimento comunista com um homem como Sandino, comandante das guerrilhas nicaraguenses, não serão sempre idílicas. Farabundo Martí, dirigente do PC salvadoreño, fuzilado em 1932 quando do fracasso da insurreição, depois de ter sido o mais próximo colaborador de Sandino, rompe com o dirigente nicaraguense por não ter conseguido ganhá-lo para as posições da Internacional.

O movimento comunista latino-americano oscilará entre sua auto-crítica, por não haver apoiado suficientemente a causa de Sandino, conforme se pode deduzir das discussões da I Conferência Latinoamericana de Partidos Comunistas, até a denúncia do guerrilheiro como "agente do imperialismo", conforme insólita nota que aparece na Correspondance Internationale, durante os anos 30.

Nos demais países centro-americanos, apesar da efervescência social e política, os PCs terão aparição tardia: Honduras (1927), Costa Rica, Panamá e Salvador (1930), Nicarágua (1933), República Dominicana (1934), para citar alguns exemplos.

"BOLCHEVIZAÇÃO" IGUAL A "ARGENTINIZAÇÃO"

Uma leitura das atas e resoluções de Congressos e de mais reuniões da Internacional Comunista até fins dos anos 30 nos vão revelar o pequeno espaço ocupado pelos problemas latinoamericanos no seu interior.

O europocentrismo da IC não deixa muito lugar para os fenômenos até certo ponto exóticos que são estes novos, pequenos e pouco influentes partidos comunistas latino-americanos.

Chamam a atenção, igualmente, as dificuldades que estes pequenos grupos teriam de adaptar-se às 21 Condições para ingressar na III Internacional. Além do exemplo antes mencionado do Peru, temos o caso chileno, cuja admissão formal só se dá em 1925, apesar das características do PC chileno, e sobretudo, de sua audiência relativamente importante junto à classe operária do país, fenômeno pouco frequente naquele período em outros países do continente.

O PC brasileiro, igualmente, não é admitido no primeiro congresso da Internacional ao qual assiste (quarto - 1922) porque não aparece preenchendo todos os requisitos exigidos, o que vai provocar o famoso incidente entre a Internacional e o representante do PCB, Canelas, cujo relatório a respeito será desaprovado pela direção brasileira. (4)

Talvez a única exceção a este quadro pouco "ortodoxo" para os requisitos da nova Internacional, fosse o PC argentino. Já vimos como sua formação obedeceu basicamente a razões de ordem político-ideológico mais gerais - ainda que não se possa resumir a estes fatores a constitui-

ção do Partido Socialista Internacionalista que daria nascimento em 1920 ao Partido Comunista Argentino. Mas o certo é que o problema da posição dos socialistas frente à guerra mundial (os partidos da maioria, que seguiam Justo, apoiavam os aliados) e, mais tarde, a atitude frente à revolução de outubro (o grupo justista apoiava os mencheviques) foram decisivos para que se produzisse esta ruptura no interior da corrente socialista argentina.

A formação do PSI e mais tarde do PCA não alteraram no entanto, as relações desta tendência com o movimento operário, nem modificaram a escassa influência que possuía em seu interior.

Mas, a história do PC argentino nos vai revelar outros aspectos interessantes. Durante os seus primeiros anos de existência o PCA se encontrará paralizado por uma crise política crônica. Duas tendências se opõem que, a risco de simplificações, podem ser caracterizadas como de "esquerda" (insistindo mais em uma política anti-capitalista genérica) e de "direita" (pondo ênfase na necessidade de dispor de um programa mínimo). O grupo "verbalista", como era alcunhada a esquerda pelos partidários do programa mínimo (5) foi durante vários anos minoritário, tendo sido batidos em três congressos sucessivos. Esta derrota política nunca se traduziu, no entanto, em modificações ao nível da direção, o que permitiu ao grupo minoritário de ter a hegemonia do Comitê Central. Este grupo era composto, entre outros, por Codovilla, Ghioldi e Penelón, homens que por seu turno, exerciam as funções de representação externa do PCA junto à Internacional.

Não deixa de ser sintomático, assim, que a querela entre as duas tendências, que estava levando o PCA a uma paralisia política, fôsse resolvida pela intervenção da Internacional. Com efeito, no 4 de abril de 1925, A INTERNACIONAL, órgão oficial do PCA publicava uma Carta Aberta da Internacional que faria a balança pender definitivamente em favor do grupo Codovilla-Ghioldi-Penelón. (6)

Mais tarde (1928), quando o então conselheiro municipal de Buenos Aires, Penelón, revela tendências "municipalistas" e resiste ao processo de "bolchevização" do PCA será uma vez mais com a ajuda da Internacional que Ghioldi e Codovilla se livrarão deste incômodo e, talvez, último dissidente importante.

Um exame mais detalhado da história do PC argentino nos revelará em que medida o peso da Internacional

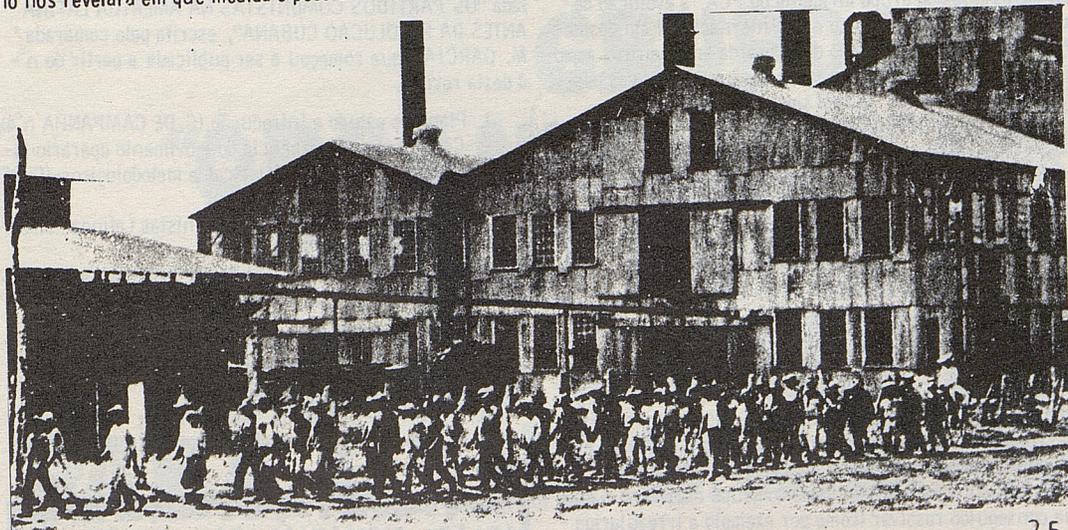
foi decisivo para garantir as posições de Codovilla e seus aliados na direção. Da mesma forma, um estudo do movimento comunista latinoamericano nos anos 20 e começos da década posterior revelará o peso do PCA sobre os demais Partidos Comunistas do continente. Não é exagerado dizer, assim, que para os movimentos comunistas latinoamericanos a "bolchevização" é sinônimo de "argentinização" dos PCs.

E preciso ver, no entanto, dentro de que contexto internacional se dá esta "bolchevização". Trata-se de uma tendência aprovada pelo V Congresso da Internacional Comunista (Junho, 1924) e que buscava alinhar o conjunto dos Partidos Comunistas, no que se refere às questões de organização, na mesma direção do modelo soviético.

Este alinhamento se operava, no entanto, em um momento de profunda convulsão política no interior do PC soviético e, pelo peso deste na IC, na própria Internacional. As inquietações que Lenin havia expressado em seu "testamento" começavam a manifestar-se como fundadas. Uma forte pugna sacudia o mais importante Partido da Internacional. Não só o perfil político-ideológico do conflito não estava totalmente desenhado, como os protagonistas não haviam assumido seus papéis definitivos. Tudo se passava como se fôsse um conflito opondo Trotski a Stálin (ou à "velha guarda") a propósito de questões históricas ou de problemas que ainda guardavam um caráter de generalidade considerável.

Por trás, uma questão fundamental, no entanto: a realidade de uma revolução mundial que se havia empantanhado e que não havia assumido o curso que os fundadores da Internacional haviam imaginado. Ao lado disto, as dificuldades do processo soviético, os "passos atrás" da Nova Política Econômica e, finalmente, o fator subjetivo: a morte do único capaz naquele momento, por sua autoridade política e moral de conduzir o debate por cima das questões pessoais ou secundárias - Lenin.

A "bolchevização", assim, que poderia parecer um instrumento de reforçamento da coesão e da eficácia dos Partidos Comunistas, se transformava em realidade em um elemento de controle dos PCs pelo grupo vinculado na Internacional às posições de Stalin, que, com o correr dos anos se depuraria, sacrificando inclusive, aqueles que haviam sido decisivos para o afiançamento das posições do futuro ditador - Zinoviev, Kamenev, Bukharin e



uma lista sem fim de nomes.

Codovilla, participa em 1925 no pleno do Comitê Executivo da Internacional que se avocara o aprofundamento da política de bolchevização aprovada pelo Vº Congresso. Em junho ele está em Buenos Aires para informar seu partido sobre as decisões adotadas. O peso de sua relação com a Internacional (da mesma forma que nos casos de Ghioldi e Penelón) serão fundamentais para ir modelando o PCA segundo as posições do IC. O PCA se "bolcheviza" e "argentiniz" os demais PCs.

São estas relações internacionais marcadas por um incondicionalismo com o grupo Stalin (Codovilla providenciara que as QUESTÕES DO LENINISMO sejam publicadas já em 1925 em Buenos Aires) que darão aos dirigentes minoritários no seu próprio PC condições para assumir a hegemonia nêle e exercer sobre o conjunto dos PCs latinoamericanos. Ela não está amparada nem pelas dimensões (2.600 membros) nem pela influência (diminuta) do Partido Comunista Argentino.

O PC brasileiro estava estagnado. O PC chileno, em 1925, atravessava uma grave crise interna que culminará com o suicídio de seu fundador e dirigente Luis Emilio Recabarren. O PC peruano não existia enquanto tal, ainda que a influência das idéias marxistas sobre a classe operária de seu país fosse infinitamente superior a de outros países. O PC cubano se estava formando, no quadro de uma dinâmica de massas, mas não dispunha da tradição nem da experiência capaz de influenciar a Internacional.

Tudo isto e mais o europocentrismo da IC, o fato de que somente as questões relacionadas com a China podiam mover os olhos da Comitern da Europa, facilitavam a tarefa dos dirigentes do PCA. Quando outras alternativas pudessem desenhar-se para dar vida à Internacional na América Latina e transmitir-lhes não o fruto das especulações serciais mas as experiências vivas da luta de classes, Codovilla e seus amigos tomaram as medidas necessárias para que estas influências não pudessem chegar a Moscou. E assim, segundo conta Severio Tutino, (7) que o dirigente do PCA se opõe à possibilidade de que Mella se incorporasse ao Comitê Executivo da Internacional. A desapareição do revolucionário cubano depois, assassinado pelos esbirros do ditador Machado, quando voltava da reunião da Internacional em Moscou em que fora vetado por Codovilla, a morte posterior de Mariátegui, uma das cabeças que poderia opor-se às teses do grupo dirigente do PCA, a evolução da luta interna do PC soviético e na Internacional em desmoro das posições da oposição de esquerda entre outros aspectos, deixam o campo aberto para que a hegemonia das posições "bolchevzantes" se faça sem problemas.

Assim, em 1926, Codovilla é membro-candidato do Comitê Executivo da IC. Em 1928, por ocasião do VI Congresso da Internacional, vamos vê-lo como integrante da Comissão de Controle.

PRIMEIRAS ATIVIDADES INTERNACIONAIS

A partir de 28, quando os temas latinoamericanos passam a despertar a atenção de Zinoviev, algumas medidas são adotadas para acelerar o processo de bolchevização e suprir algumas deficiências na atividade da Internacional na América Latina, que a docilidade do grupo argentino não havia conseguido resolver (como por exemplo a irregularidade

de da publicação da Correspondência Sudamericana).

Uma delas é o envio de um emissário da Internacional para se encarregar do Burô Sulamericano. É assim que chega a Buenos Aires, em 1928, Guralski, também conhecido com El Rdstico, ou Juan de Dios.

Em 1929, dois eventos vão marcar o comunismo latinoamericano: a Primeira Conferência Sindical Latinoamericana, realizada no começo do ano, em Montevideo, e a Primeira Conferência Latinoamericana de Partidos Comunistas, realizada em junho, em Buenos Aires.

Ao mesmo tempo que consagram a hegemonia do PCA sobre os demais partidos do continente, as duas reuniões, especialmente a segunda, abrem uma importante discussão sobre problemas estratégicos e táticos, jamais antes estabelecida pela Internacional para o continente. A análise das formações sociais, o problema das classes, o caráter da revolução no continente, as questões relacionadas com a política de alianças são alguns dos temas que aparecerão na reunião de Junho.

Eles marcam um ponto de inflexão no movimento comunista latinoamericano. E abrem um novo período.

NOTAS

(1) *Manifestes, Thèses et Résolutions des Quatre Congrès Mondiaux de l'Internationale Communiste*, p. 6, Librairie du Travail/Reimpression Maspéro, 1934/1970.

(2) Cf. GARCIA, M., *A Formação dos Partidos Comunistas na América Latina*, Cadernos de Campanha n° 6, pp 25-28.

(3) Marquez Fuentes, Manuel e Rodriguez Arnujo, Octavio, *El Partido Comunista Mexicano*, pp. 10 e seqs., Ediciones "El Caballito", Mexico, 1973. Ver também M.N. Roy's Memoirs, *A Mysterious Visitor to Mexico*, in *Contributions à l'Histoire du Comintern*, p. 103, Librairie Droz, Genève, 1965.

(4) Cf. Moniz Bandeira (e outros), *O Ano Vermelho*, p. 407, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1967.

(5) Cf. *Esbozo de Historia del Partido Comunista Argentino*, pp. 34 e seqs., ed. Anteo, Buenos Aires, 1948.

(6) Iden, p. 55.

(7) Tutino, Severio, *L'Octobre Cubain*, p. 45, François Maspéro, 1969.

PLANO DE ARTIGOS

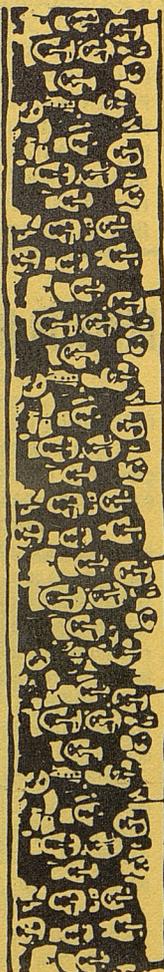
O texto acima faz parte de uma série de artigos, intitulada "OS PARTIDOS COMUNISTAS NA AMERICA LATINA ANTES DA REVOLUCAO CUBANA", escrita pelo camarada M. GARCIA e que começou a ser publicada a partir do n° 4 desta revista.

1. Plano de estudo e introdução. (C. DE CAMPANHA n° 4);
2. Condições de emergência do movimento operário latinoamericano; problemas históricos e metodológicos; (C. DE CAMPANHA n° 5);
3. A formação dos Partidos Comunistas Latinoamericanos; (C. DE CAMPANHA n° 6);
4. A Internacional Comunista e a "bolchevização" dos PCs latinoamericanos; (C. DE CAMPANHA n° 7);

A ser publicados:

5. Os PCs latinoamericanos e a perspectiva do poder: entre insurreições e as Frentes Populares;
6. O ultra-democratismo "browderista";
7. A guerra fria e os novos problemas tactico-estratégicos.

**PROPOSTA
DOS
GRUPOS
"ORGANIZANDO"
"NOVO RUMO"
E "UNIÃO E LUTA"
PARA O III E. N. E.**



AVANÇAR NA RESISTÊNCIA POPULAR

A MELHOR FORMA DE SOLIDARIEDADE A COMPANHEIROS PRESOS, É A SOLIDARIEDADE COM SUAS LUTAS.

E NESTE SENTIDO QUE DIVULGAMOS NESTE NUMERO DE "CADERNOS DE CAMPANHA", O DOCUMENTO APRESENTADO AO 3º Encontro Nacional Estudantil, pelos grupos NOVO RUMO, ORGANIZANDO, e UNIÃO E LUTA atingidos recentemente pela repressão (ver editorial deste numero e a nota oficial do MEP seção exterior).



RESISTIR ORGANIZANDO

CONSIDERANDO

que a educação é elemento preponderante na formação social, cultural, política de um povo, e o acesso a ela é um direito inalienável de todo o cidadão;

que a política educacional do governo norteia-se pela desobrigação crescente do Estado com os problemas da educação do povo brasileiro (desviando verbas para outros setores mais "produtivos"), onde se incluem desde a falta de verbas para a construção e manutenção de escolas e para a formação de um quadro de professores verdadeiramente capacitados a exercerem suas funções - problemas esses que são mais sentidos nos bairros pobres e na periferia dos centros urbanos e em toda a zona rural até o abandono a que estão relegadas as Universidades públicas;

que esta desobrigação do Estado com os problemas da educação tem como resultado as tentativas de implantação do ensino pago e o estímulo à criação de faculdades e Universidades privadas que canalizam parte dos excedentes em troca de mensalidades exorbitantes;

que a política educacional do governo gera o baixo nível de ensino, a sua desvinculação da realidade existente no país, com o esvaziamento dos cursos de Ciências Humanas, a orientação tecnicista como guia para o ensino e a

implantação de cursos de curta duração, a fim de produzir em massa mão de obra especializada para operar tecnologia importada e formar agentes comprometidos com a preservação do atual sistema (professores de "moral e cívica" de "ciências", etc);

que, portanto, a política educacional do governo implica na marginalização da imensa maioria do povo, abandonada à miséria e à ignorância; implica na utilização do ensino superior como meio de criar um grupo social comprometido com aumento dos lucros das empresas e a preservação do regime em que vivemos (e portanto, diferenciado da população trabalhadora); implica na continuidade da dependência de nosso país ao capitalismo internacional e das demais deformações inerentes ao sistema econômico, político e social existente no Brasil.

CONSIDERANDO

que o agravamento das condições de ensino não passa de um aspecto do agravamento dos problemas sociais;

que aumenta a miséria, cresce o desemprego, os salários são cada vez menores e o custo de vida cada vez maior, os camponeses são expulsos de suas terras, nos bairros pobres as filas para conseguir consultas médicas formam-se de noite e estendem-se pela madrugada afora, as condições de higiene, habitação e transportes são as piores possíveis;

que há um completo descaso do governo com relação às condições de vida e trabalho do povo pobre, uma vez que se dedica exclusivamente a adotar medidas para preservar

os lucros e acobertar a corrupção de uma minoria de ricos e parasitas;

CONSIDERANDO

que face aos problemas sociais que se agravam, o governo não tem outra resposta que não sejam as fornecidas pelo seu arsenal de leis repressivas e proibitivas e por uma propaganda falsa e alienadora, reprimindo qualquer manifestação de protesto ou movimento reivindicatório independente, prendendo e torturando os que não se submetem às suas imposições arbitrárias;

que o papel da repressão exercida pelo regime é manter os trabalhadores e o povo oprimido desorganizados, amordaçados e paralisados ante à exploração e às injustiças de que padecem, tal é, em sua essência, a razão principal das leis e atos repressivos, das ameaças e intimidações, da ação dos grupos para-militares fascistas (tipo AAB), das perseguições, prisões e torturas.

CONSIDERANDO

que as lutas e manifestações estudantis são uma recusa em sermos transformados em meros instrumentos do poder econômico, um repúdio face à pretensão do governo em nos tornar cúmplices de suas tentativas de perpetuação da miséria social, da opressão política, da subjugação moral e intelectual dos trabalhadores;

que estas lutas e manifestações também são um protesto enérgico contra a repressão desencadeada pela polícia política do regime a fim de impedir que nossas manifestações e as bandeiras que nelas empunhamos sirvam de estímulo e exemplo aos oprimidos para que se organizem publicamente seus protestos e reivindicações, um protesto enérgico contra as leis que sancionam esta repressão, contra a inexistência de direitos políticos para trabalhadores e oprimidos;

que nestas lutas temos conquistado vitórias parciais tanto no campo do ensino como no da resistência à política repressiva do governo; mas que as grandes vitórias só podem ser obtidas pela luta de todo o povo, principalmente dos trabalhadores; que a resistência dos trabalhadores e do povo é ainda fragil, está dando seus primeiros passos e isto impõe ao movimento estudantil fazer de suas lutas atuais um meio de avançar suas organizações livres e independentes - desde as escolas (reabrindo os CAs ou DAs livres ou fortalecendo a representatividade das já existentes exigindo que suas diretorias comprometam o maior número possível de estudantes com o debate e o enfrentamento de seus problemas, tomando suas decisões em reuniões abertas, etc) até a nível de Universidade (DCEs), municipal (UMEs), estadual (UEEs) e nacional (UNE);

que os estudantes estão do lado dos trabalhadores e da maioria do povo, mas que todos juntos ainda não temos forças para provocar a mudança do regime, não temos forças para convocar uma Assembléia Constituinte livre e popular, não temos força para exigir agora um governo dos trabalhadores; e frente à campanha da oposição consentida - MDB - visando atrair operários, estudantes e o povo em geral para a sua proposta de formar hoje uma Constituinte (que certamente ficaria sob o controle dos setores descontentes das classes dominantes, empenhados em fazer alterações superficiais no atual regime), devemos dar uma resposta clara: o povo explorado e oprimido precisa se organizar de forma autônoma e independente. É hora de união e organização, é hora de resistir à ditadura, conquistando nessa resistência vitórias parciais, aumentando nossas forças e preparando o futuro.

CONSIDERANDO todas essas questões conclamamos

todos a apoiarem a luta:

ESTUDANTES

- Por melhores condições de ensino
- Por mais verbas para a educação
- Pelo ensino público e gratuito em todos os níveis
- Pelas entidades livres e representativas
- Pela participação dos alunos, professores e funcionários nas decisões sobre ensino e administração das escolas
- Contra os decretos 228 e 477

TRABALHADORES E DO POVO

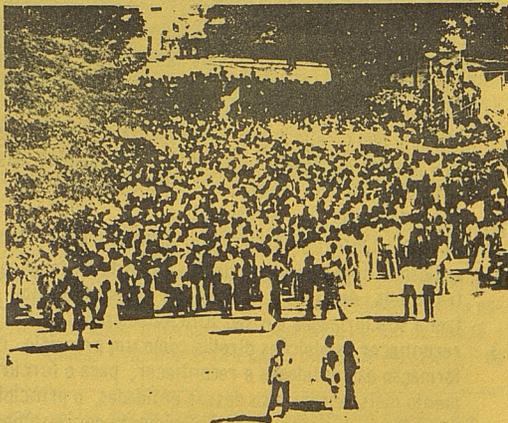
- Pelo fim da repressão e de todos os atos e leis repressivas
- Pelo fim às torturas, pela liberdade aos presos políticos e anistia aos perseguidos
- Pelo fim do arrocho salarial, congelamento dos preços; melhores condições de vida para o povo
- Pela completa liberdade de organização e manifestação aos trabalhadores e oprimidos
- Pela organização independente da resistência dos trabalhadores e do povo

PROPOSTAS DE LUTA

EDUCAÇÃO

Consideramos tarefas permanentes:

- 1 - denunciar publicamente a política educacional imposta pelo governo como contrária aos interesses da imensa maioria do povo brasileiro, uma vez que ela está voltada para garantir altos lucros para as empresas públicas, privadas, nacionais ou estrangeiras, para manter os trabalhadores acorrentados à ignorância, à subnutrição, à miséria social e para preservar o atraso econômico e a dependência de nosso país ao imperialismo internacional;
- 2 - estimular a realização de atividades com a perspectiva



de lutar por mais verbas para a educação e pelo ensino gratuito em todos os seus níveis, através de publicações, debates, simposios, assembleias e concentrações públicas, para as quais devem ser convidados os representantes de todas as classes e setores sociais interessados; combater a argumentação do regime de que precisa conter as despesas em virtude das dificuldades econômicas, quando não faltam recursos para acobertar fraudes e negociações dos capitalistas, quando o governo desvia 18 bilhões de cruzeiros dos impostos pagos pelo povo e os entrega à capitalistas falidos;

Portanto propomos:

- a - formação de comissões de luta pelo ensino público e gratuito abertas e participação dos estudantes universitários, secundaristas, professores e todos os setores interessados nesta conquista.
- b - a redação, divulgação e distribuição a nível nacional de um manifesto com o conteúdo acima.

POLITICA

Consideramos tarefas permanentes:

- 1 - realizar denúncias e mobilizações contra as arbitrariedades policiais praticadas contra os estudantes e outros setores do povo, contra o agravamento da miséria social e contra o regime que assegura esta situação;
 - 2 - exigir de imediato a liberdade dos presos do 1º de maio e o fim das convocações das lideranças estudantis para depor na polícia política;
- Portanto propomos:
- a - referendar a proposta de São Paulo no sentido de fazer do dia 15 de junho mais um dia nacional de luta pela liberdade dos presos políticos e pela anistia aos perseguidos;
 - b - manter os Comitês 1º de maio, transformando-os em plenárias abertas à participação de todos os que apoiaram e participam da luta contra as torturas, pela liberdade dos presos políticos e perseguidos;
 - c - apoiar a centralização de todos os Comitês (1º de Maio, Manuel Fiel Filho e outros) a nível nacional.

REORGANIZAÇÃO

Consideramos tarefas permanentes.

- 1 - fazer do III Encontro Nacional dos Estudantes um meio de aprimorar nossa organização livre e independente e a nossa luta em nível nacional; para isto, seu funcionamento deve ser o mais democrático possível e suas decisões as mais representativas possíveis: todos têm direito de manifestar sua posição e seu pensamento e têm direito a voto 5 representantes de cada escola, eleitos em assembleias ou reuniões amplas das entidades, de modo a proporcionar a votação obtida por cada tendência representativa;
- 2 - luta pela abertura, formação ou fortalecimento das entidades livres e independentes dos estudantes e contra as leis, decretos e normas que impedem ou limitam a sua formação e o seu funcionamento;
- 3 - reconhecer as eleições diretas como um princípio na formação das entidades e reconhecer, para o funcionamento mais democrático dessas entidades, o princípio de se tomar decisões sobre o movimento em reuniões

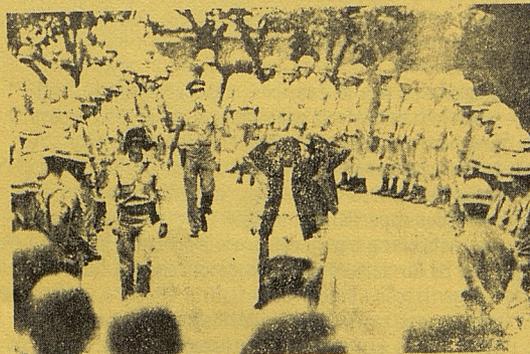
- abertas e amplas ou assembleias;
- 4 - formar comissões regionais pela reconstrução das UEEs por meio de assembleias regionais com delegados eleitos em cada escola;
- 5 - transformar os DCEs, ainda submetidos às normas governamentais em DCEs livres, e onde não houver DCE formar comissões pela reorganização dos DCEs livres;

Portanto propomos:

- a - formar nesse terceiro ENE uma comissão pró-UNE capaz de coordenar a luta e a reorganização do movimento a nível nacional, comissão esta que, embora não seja ainda uma entidade de massa deve ser a mais representativa possível;
- b - que esta comissão deva ser composta por um representante de cada DCE e das comissões Universitárias ou comissões pela organização dos DCEs livres, eleitas em assembleias universitárias; que seu funcionamento seja democrático e para isto cada um de seus membros deve levar para as suas reuniões as posições tiradas em assembleias ou reuniões amplas dos DCEs a que pertencem e, além disso, podem participar das reuniões da Comissão Nacional um representante de cada tendência de oposição aos DCEs, só com direito a voz e sem direito de voto;
- c - participam dessa Comissão as UEEs e UMEs com direito a um voto.

Tarefas da Comissão:

- executar as deliberações do ENE;
 - editar boletins informativos;
 - organizar o IV ENE a se realizar a 8/10 no Rio de Janeiro;
 - divulgar suas atividades na imprensa nacional e internacional;
 - tarefa imediata: editar um boletim informativo com todas as deliberações do ENE;
- Quanto ao funcionamento da Comissão:
- a convocação de reuniões da comissão pró-UNE será feita por um terço de seus integrantes ou por Assembleias Metropolitanas;
 - o quorum mínimo deliberativo da comissão pró-UNE é de 1/3 + 1 de seus integrantes;
 - a cooptação de novos DCEs deve ser feita através de Assembleias Metropolitanas; todo DCE livremente constituído possa integrar a Comissão.
- Quanto à composição da Comissão pró-UNE:
- DU de Brasília, DCE da UFGM, DCE da PUC/Rio, DCEUFF, DCE PUC/SP, DCE USP, UME São Carlos, DCE Federal de São Carlos, DCE UFRS, DCE PE, C.U. UFRJ, C. pro DCE UERJ.



repressão ao III encontro nacional de estudantes

maria mikaela

LUTAR POR UM LUGAR ONDE MORAR

EXPERIENCIA DAS « INVASOES »
NA BAIXA DO MAROTINHO



LUTAR POR UM LUGAR PRA MORAR

Habitare sempre foi um problema e parte do dia a dia do dia a dia do povo pobre no Brasil. A crise urbana no Brasil já vem de muito tempo e a cada dia se agrava. São milhares de pessoas em deslocação contínua, em sua grande maioria rurais, empurrados para as grandes cidades em busca de uma esperança de trabalho. Tudo isto está intimamente ligado ao modelo de desenvolvimento brasileiro e ao problema agrário. Assim, a "invasão" de terrenos baldios, de pequenos morros nas periferias das grandes cidades continua sendo a tentativa desesperada dos setores mais pobres da população de garantir um canto pra morar. E a expulsão violenta passa a fazer parte também de sua vida cotidiana. A experiência dos moradores da Baixa do Marotinho são uma amostra desta violência, mas é acima de tudo a mostra da força da organização destes setores marginalizados (1).

O QUE É A BAIXA DO MAROTINHO

A Baixa do Marotinho é uma área que se localiza num pequeno vale entre as colinas de Fazenda Grande e São Caetano, perto de Salvador. No meio deste vale corre um riacho alimentado pelas águas de chuva e pelas águas vindas dos bairros situados mais acima (é útil recordar que em Salvador ainda não existe uma rede de esgotos). Esse riacho provoca com frequência inundações, morte e a perda da casa para muitas famílias. Exala mau cheiro e transmite doenças para as crianças que brincam ali todo dia. Esse terreno é de propriedade do município e tinha sido abandonado, coberto de mato, e a ocupação pelos seus atuais moradores começou no início de março de 75. As primeiras habitações - uns 20 barracos - começaram a surgir na parte mais alta do terreno, porque era considerada a mais apta, não atingida pela inundação do riacho; mas que nem por isso deixa de ser perigosa, porque a encosta é muito íngreme e na época das chuvas existe a possibilidade de desmoronamento; considerando sobretudo que na área toda o terreno é fácil de ceder.

Pelos primeiros dias de abril de 75 já eram 30 barracos e a polícia passou pela primeira vez, ameaçando a todos de sair porque tudo seria demolido. No dia seguinte voltaram e começaram a destruir. Voltaram mais uma vez um mês depois. "Mas o número de habitações já tinha aumentado" muito e o pessoal tinha aprendido uma forma de resistência e de defesa contra a ação das autoridades: apenas terminada a construção, passavam imediatamente a habitá-la, os homens ameaçaram voltar com o trator mas não apareceram mais.

No mês de julho apareceram dois homens que se diziam funcionários do município e anotaram os nomes dos ocupantes. Diziam que os nomes seriam dados ao prefeito que queria urbanizar e legalizar o terreno. 153 pessoas na esperança de obter uma moradia legalizada deram de boa fé seus nomes. E no Diário Oficial do dia 25 de dezembro de

1-Este artigo foi em grande parte apoiado num folheto que circulou na Baixa do Marotinho.

75, no espaço reservado ao Tribunal de Justiça, salu uma nota do juiz com a intimação às 153 pessoas e outras desconhecidas, acusadas de haverem se apropriado de um terreno do município, localizado na Baixa do Marotinho; com a ameaça de serem despejados em 30 dias. A estas alturas os habitantes já eram 300 famílias. Se reuniam cada semana em assembléia para debater sobre os eventuais problemas da comunidade e levar adiante a luta em defesa do direito de um lugar para habitar.

Uma iniciativa que mostra bem o desejo de realizar uma verdadeira comunidade, foi o início da construção da sede da Associação dos Moradores da Baixa do Marotinho e da construção de uma sala que serviria de escola para as crianças. Uma construção feita por eles mesmos, com sacrifício, e levada adiante apesar das ameaças de destruição do novo bairro.

Por volta de 1º de janeiro de 76 os moradores escreveram uma carta ao prefeito contando sua situação de miséria, de impossibilidade de pagar uma casa alugada: "Sabemos que a lei está com o município mas acreditamos que o homem é superior à lei". O prefeito continuou insensível aos problemas, mantendo a decisão de despejar os moradores.

Nesse momento um grupo de técnicos em colaboração com os moradores da Baixa, fizeram uma pesquisa socioeconômica para preparar um relatório para um advogado de defesa (da Assistência Judiciária gratuita) e que seria apresentada posteriormente ao prefeito.

A situação econômica das famílias moradoras:

No tempo em que foi feita a pesquisa, viviam na Baixa 234 famílias, num total de 1.272 pessoas. Mais de 50 por cento das pessoas tinham idade inferior a 14 anos. 70 por cento dos "chefes de família" tinham um trabalho instável - mas qual era a sua renda familiar?

35 famílias (15 p/cento)	- até meio salário mínimo
93 " (40 ")	- de meio até 1 salário mínimo
75 " (32 ")	- de 1 a 2 salários mínimos
21 " (9 ")	- de 2 a 3 salários mínimos
10 " (4 ")	- mais de 3 salários mínimos.

O fato dessas famílias viverem em barracos construídos de maneira precária, com o esforço dos próprios habitantes, em condições físicas e sociais inferiores àquelas que deveriam ser a condição humana normal, torna espontânea a pergunta: o que levou estas famílias a procurar um tal tipo de solução para o problema habitacional? Para 62 por cento das famílias foi a impossibilidade de pagar aluguel; 9 por cento foram desapropriadas; 8 por cento estavam sem teto. Podemos portanto dizer que as famílias não escolheram, mas foram empurradas para a Baixa do Marotinho



pela impossibilidade de enfrentar a contínua alta dos custos dos aluguéis.

A situação dos moradores era grave e a solidariedade - veio de várias partes: do Clube de Engenharia, do Instituto dos Arquitetos; dos estudantes de Direito da Universidade e de alguns setores da Igreja.

EXPULSÃO E RESISTÊNCIA

No dia 26 de fevereiro os moradores receberam a visita de dois oficiais de justiça acompanhados de 12 policiais que avisavam aos moradores que "os invasores deveriam abandonar pacificamente o local". Como os moradores não obedeceram, na quinta-feira seguinte, as autoridades municipais iniciaram a operação de expulsão. Os invasores não tinham nenhuma intenção de resistir à polícia, mas não obedeceram à ordem mandada pelo município. Esperaram a chegada dos soldados com a inauguração da primeira escola da "invasão", a Escola Boa Esperança, e com a bandeira nacional tremulando na entrada da "invasão". As nove horas da manhã chegaram 50 soldados da polícia e 14 caminhões do município com 100 funcionários para ajudar no transporte do material. Com os "invasores" estavam: os padres da paróquia, o abade de São Bento, deputados; o presidente do Inst. dos Arquitetos e do Clube de Engenharia, o advogado e muita gente do bairro vizinho que ocorria em solidariedade.

A situação dos moradores já era desesperadora e eles buscavam uma solução - desde a apresentação de propostas alternativas ao prefeito, até a decisão de não arrear o pé do local. Mas assim mesmo todos foram desalojados sob a "proteção" de 300 soldados da polícia. Ninguém sabia onde iriam ficar todas essas pessoas. A prefeitura colocara à disposição somente um local para guardar os móveis. "Os soldados estavam armados de fuzis, metralhadoras e bombas de gaz lacrimogêneo. Sua missão, segundo o coronel, era garantir a vida dos funcionários da prefeitura." Os funcionários do município, em grupos de quatro, começaram a entrar nos barracos protegidos por 8 soldados armados e tentavam consolar os moradores. "Analice com o filho de apenas 15 dias, não podia se levantar da cama. Ela morava num barraco muito pequeno, com a mãe, o irmão e 3 filhos. Mais tarde, sobre uma cama sem lençol, era transportada para a pracinha onde já estavam empilhados os móveis, utensílios e roupas... "E o fim do mundo, dizia um soldado diante de uma senhora abraçada com seu filho... eu sou um miserável como vocês..."

Durante os 3 dias seguintes continuou a expulsão e a demolição de casas. Centenas de pessoas dormiam ao relento junto com seus móveis. Os próprios moradores eram obrigados a demolir suas casas tentando recuperar alguma coisa do material de construção. Muitos se haviam refugiado nos barracos de parentes e amigos. Outros haviam perdido o trabalho por terem se ausentado vários dias. Pediam aos soldados, moradores dos bairros vizinhos algum dinheiro para comprar um pouco de pão para as crianças ou para se locomoverem em busca de um teto para morar. A solidariedade da população de Fazenda Grande e São Caetano evitou que ocorresse um caso de desespero. "José trabalhava numa empresa de construção civil, em Feira de Santana, a 100 Km. de Salvador e não sabia o que estava acontecendo com seu barraco. Chegou com a sacola cheia

de viveres e procurava sua família - a mulher e seis filhos. Tinham desaparecido. O barraco estava destruído e ninguém sabia dar-lhe informação. Jogou a bolsa pro lado e saiu sem rumo, correndo e chorando".

A EXPERIENCIA DE AUTO-ORGANIZAÇÃO

Por trás de tanta tristeza, a decisão era de sempre continuar lutando. E todos se lembravam uns aos outros, que na segunda-feira à noite teriam, como sempre, assembléia. "Tínhamos lutado, tínhamos resistido; por hora havíamos sido derrotados, mas não acreditávamos que a derrota fosse definitiva; queríamos continuar pensando em uma nova vitória".

As manifestações de solidariedade continuaram. O Conselho de estudantes da Universidade Federal da Bahia manifestou sua solidariedade: "Mais uma vez a violência e a arbitrariedade da autoridade são utilizadas contra os interesses do povo... enquanto as agressões como a de ontem ocorrem, não sabemos de nenhuma medida das autoridades visando solucionar o problema da fome, do desabrigo, do abandono das crianças, do desemprego, enfim, da miséria dos moradores, que por si só já consistem numa violência... Recentemente, nós, estudantes, quando em greve lutávamos contra as péssimas condições de ensino e o jubalamento, tivemos a universidade invadida pelo mesmo aparato policial-militar, que hoje é lançado contra o povo do Marotinho. Face à isto, os estudantes baianos manifestam irrestrita solidariedade aos moradores do Marotinho, ao mesmo tempo que, entendendo que o problema das invasões, longe de ser resolvido, foi agravado, veem a necessidade de tomar atitudes conjuntas e capazes de fazer frente a tal estado de coisas".

Na Assembléia dos moradores, de segunda-feira à noite, estava quase todo o pessoal sem-teto da Baixa do Marotinho. O clima reinante não era de desespero... "era de

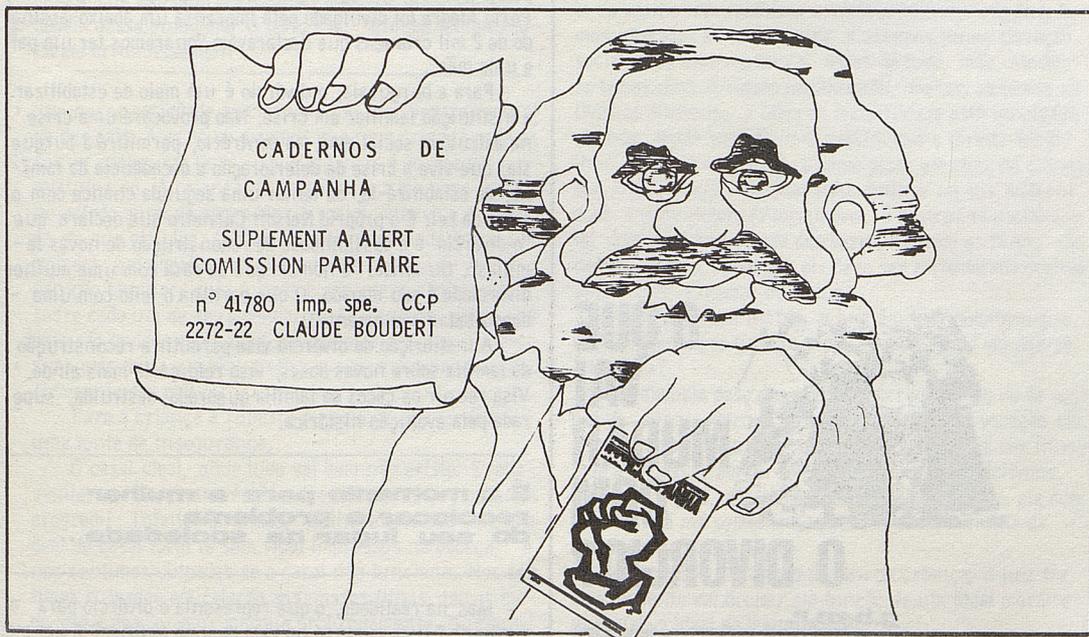
alegria e esperança na vitória".

Nesse mesmo dia, assistentes sociais do governo tinham entrado em contato com alguns dos sem-teto, comunicando que o governador havia decidido ceder em caráter provisório alguns lotes aos que tinham ficado sem casa. A notícia que de início parecia absurda, foi confirmada.

Por que o governador acabou tomando essa decisão, em contradição com a posição do prefeito? "A coisa se torna mais enigmática se considerarmos que o prefeito foi nomeado pela autoridade do próprio governador, tratando-se de pessoa de sua antiga amizade e confiança... O motivo desse comportamento foi a repercussão que a expulsão do Marotinho teve na opinião pública (...). O governo municipal e estadual não esperavam uma reação tão geral e maciça, e o governador, preocupado com as eleições de novembro de 76, prevendo que o partido de oposição podia tirar proveito do fato, tomou uma decisão de última hora. A decisão do governador não é um ato de generosidade mas uma vitória conquistada pelo povo. O pessoal da Baixa do Marotinho jamais perdeu a esperança e está compreendendo - que sua luta foi dando resultado. O resultado mais evidente são os 256 lotes recebidos; mas há um resultado ainda mais profundo, impossível de ser medido: a consciência de sua própria força, o sentimento de que durante todo o desenrolar dos fatos da luta, eles não estiveram sós, toda cidade participou do seu sofrimento e da sua luta".

No domingo seguinte todos estavam trabalhando na preparação do terreno, fizando os paus que tinham sido recuperados na demolição. A união se construiu inicialmente em torno dos problemas imediatos e individuais, como a defesa do lote do vizinho, a ajuda para levantar o barraco, a decisão do alinhamento das casas.

No período depois da intimação e até a demolição, a união se tornou uma necessidade mais amadurecida: (...) o povo percebeu que vale a pena lutar, movimentar-se, organizar-se e estar consciente de que essa lição deverá construir um novo Marotinho.



...o divórcio é a possibilidade de reconstrução de novas famílias

Durante quase trinta anos, o senador Nelson Carneiro brigou para que o Congresso aceitasse a lei que instituiria o divórcio no Brasil. Durante 30 anos o Congresso votou contra. Dia 24.6.77, como por milagre (mais um dos milagres que a ditadura consegue fabricar), o projeto de lei que institui o divórcio no Brasil foi aprovado, com um total de 226 votos a favor e 154 contra. O que o levou à essa tomada de posição? O que representa para o povo brasileiro e, principalmente para a mulher brasileira, a instituição do divórcio no Brasil? O que vai mudar na estrutura social, moral e familiar do povo brasileiro?

Diante da situação contraditória em que a lei foi aprovada, alguns pontos nos parecem claros: em primeiro lugar, a instituição do divórcio no Brasil vem da crise no sistema de dominação. A ditadura em crise, a divisão no seio da burguesia, a situação de descontentamento geral que se vive no Brasil de hoje levaram a ditadura a fazer essa concessão. Uma concessão que não muda em nada a estrutura do sistema e que serve, ao mesmo tempo, para reforçar (ou ao menos tentar reforçar) o poder na sua fase de crise atual. Em segundo lugar, o divórcio responde à necessidade de modernização do capitalismo no Brasil, na sua fase de implantação de uma super estrutura político-ideológica. A ditadura observando a experiência dos países capitalistas avançados, se antecipou. Preferiu não esperar um movimento vindo de baixo, reivindicando o divórcio. Impôs um projeto de cima para baixo, respondendo a expectativa da pequena burguesia descontente.

Se bem que a lei ainda não foi redigida (a redação se fará no mês de julho, durante o recesso do Congresso), o divórcio já está fazendo bastante barulho.

A reação está se mobilizando com todas as forças: manifestações contra o divórcio já levaram milhares de milhares às ruas, bispos reacionários e progressistas tomam posição, e até a manipulação das crianças já começou: em Porto Alegre foi divulgado pela imprensa um abaixo-assinado de 2 mil crianças que declaravam "queremos ter um pai e uma mãe".

Para a burguesia, o divórcio é um meio de estabilizar a instituição familiar em crise. Não provocará uma crise na estrutura social mas, ao contrário, permitirá à burguesia, que vive a crise de deterioração e decadência da família, de estabilizá-la, de tentar uma segunda chance com o apoio da Lei. É o próprio Nelson Carneiro que declara que "o divórcio é a possibilidade de reconstrução de novas famílias". Ou ainda: "o homem que se casa com uma mulher divorciada é seu marido. O que partilha o leito com uma desquitada é seu amante".

A instituição do divórcio visa permitir a reconstrução da família sobre novas bases, visa reforçá-la mais ainda. Visa reunir os cacos da família quebrada; destruída, superada pela evolução histórica.

É o momento para a mulher recolocar o problema do seu lugar na sociedade...

Mas, na realidade, o que representa o divórcio para a mulher? É uma ruptura na vida de uma mulher? É um mo



O QUE VAI MUDAR COM O DIVORCIO?

g.b.m.r.
(grupo brasileiro de mulheres revolucionárias)

mento de radicalização?

O divórcio é o momento em que a mulher se vê frente a todos os seus problemas de dependência, tanto no plano material quanto no plano afetivo em relação a seu marido. É o momento onde as relações que ela tinha com a instituição familiar, com o trabalho, com a família, vão se transformar. É o momento onde ela se recoloca a questão do seu lugar na sociedade.

Segundo a moral burguesa, a mulher deve passar toda a sua vida com um mesmo indivíduo. Daí que toda ruptura desse laço tem que ser e deve ser sancionada. Todas as dificuldades que aparecem na época do divórcio mostram bem a função econômica que preenche a família, e o que representa a servidão doméstica da mulher. A dependência econômica quase total ao marido vem se juntar a dependência psicológica em relação à família, centro da vida de toda a mulher. O momento do divórcio, é o momento para a maioria das mulheres, de enfrentar ao mesmo tempo, as dificuldades financeiras e a solidão. Desde pequena ela fora preparada para a vida em casal, no quadro da família, sozinha ela não é mais nada, ela não existe.

O divórcio revela a dependência da mulher e acentua os seus efeitos insuportáveis. Por isso, para nós, o divórcio

deve ser um momento de solidariedade e de luta coletiva, um momento dentro da luta pela nossa libertação.

O divórcio é ressentido como um erro por ser sancionado pela justiça

Romper os laços do casamento significa um fracasso - para a mulher, que se culpabiliza muito mais quando é ela quem pede o divórcio.

O divórcio é, para a mulher, um momento de isolamento: são as amizades comuns do casal, em geral, que vão se fechar para ela; afinal, o seu estatuto foi sempre o de complemento do homem: ela nunca foi a Sra. da Silva, mas sim a mulher do Sr. da Silva. As relações do casal sempre foram as relações do homem, porque é ele que tem contato com o exterior.

E ela que vai passar a viver sozinha. E ela que vai passar a ser rejeitada pela sociedade. Afinal, não se considera normal que uma mulher vá só ao café, ao bar, ao cinema, ao restaurante. Se faz isso, seguramente, deve ser uma -

AS CRIANÇAS NA RUPTURA DO CASAL



Como a situação das crianças num divórcio não nos é clara, escolhemos aqui um texto das "copines" francesas, que consideramos muito importante para a abordagem desse problema. O texto é do "groupe femmes du 13ème arrondissement".

"Na nossa sociedade as crianças são propriedade exclusiva dos pais. Mesmo se dizemos que uma criança pode escolher com quem ficar, isto nada mais é do que uma mistificação. A criança não pode fazer uma livre escolha no estado atual de dependência social, afetiva e econômica em que ela vive. O divórcio não muda nada entre um homem, uma mulher e uma criança no seio de uma instituição familiar, cuja função é organizar a repressão sobre cada um de seus membros. Os conflitos entre os pais são vividos como uma ameaça pela criança. Ameaça sim, pois toda sua vida afetiva e material depende exclusivamente dos pais.

Para a criança a ruptura no seio de sua família é uma fonte de insegurança.

O casal ideal, onde tudo vai bem não existe. E felizmente, porque é através dos afrontamentos que podemos progredir. Infelizmente nós, mulheres, temos esta imagem do casal ideal (e sem vida) impressos na cabeça, e nos sentimos culpadas se o casal não funciona. Nos sentimos culpadas em relação aos nossos filhos, temos medo que a desunião os marque profundamente. Numero-"

sas mulheres preferem "se anular", evitando assim, toda situação conflituosa, para conservar um "lar" para seus filhos, até que eles sejam suficientemente grandes para "voar com suas próprias asas".

Efetivamente, as dificuldades começam quando a criança se torna um brinquedo dos pais, quando eles tentam se atingir e se atacar através da criança, quando a vida em comum se torna extremamente violenta.

Um bom divórcio vale mais do que uma vida em comum ruim, porque a criança sofre se os pais não estão de acordo para assegurar sua existência, seja no quadro da família, seja no quadro da separação.

Quando o divórcio é decidido, se os pais não estão de acordo, a questão do encargo das crianças é um problema. Uma vez mais é a mulher que sofre por essa falta de acordo. Na realidade a mulher não tem escolha: fomos educadas de tal maneira, e estamos numa situação social onde uma mulher é, antes de tudo, mãe. Mesmo se temos uma atividade profissional, mesmo se temos atividade militante, a idéia da maternidade está inculcada em nós. Neste sentido, não reivindicar o direito aos filhos, para uma mulher, é como pisar em cima de si mesma, é se renegar. Golpear uma mulher na sua maternidade é uma violência formidável, é destruí-la socialmente, visto que na maioria das vezes, quando os filhos são negados à mãe, é porque ela deve ser considerada doente anti-social, incapaz ou louca.

Na falta de um acordo, o juiz é o todo-poderoso que decide quem deve ficar com os filhos. E como vai dar-se a escolha?

Na maioria dos casos, ele encarrega a mãe de se ocupar dos filhos. Porque ele considera que por vocação, ela tem de consagrar o essencial de sua existência aos filhos e de estruturar em torno deles os valores tradicionais.

Para o juiz, a criança é um problema social: ele confia o filho à mãe somente se esta oferece a garantia da boa ordem moral e social.

Assim, sob o pretexto do bem da criança, o juiz frequentemente vai decidir em função de um ideal moral e material: o ideal da burguesia."

puta.

E agora, rompidos os laços matrimoniais", teoricamente ela não depende mais de seu marido, ela terá que assumir sozinha sua própria subsistência, sua própria vida. Um novo mundo de dificuldades vai se abrir: o da procura de um trabalho. Vão aparecer imediatamente todos os problemas que a mulher enfrenta hoje no mercado de trabalho: salário de miséria, ausência de formação profissional, o desemprego, o patrão que não aceita mulher com filhos, a "cantada" dos chefinhos, a competição com outras mulheres para garantir o emprego, etc.

Se antes a sua maneira de viver e o seu nível de vida eram regidos pela origem e pela posição pessoal do marido, agora sua vida passará a ser regida pelo seu único ganhador, o seu "salário de miséria".

E ainda existe o problema dos filhos. Qual é a relação da mulher com as crianças?

A mulher se culpabiliza muito em relação aos filhos quando é ela que toma a iniciativa do divórcio. Na maioria dos casos ela prefere esperar que as crianças cresçam para enfrentar o divórcio. Em geral as crianças ficam a seu encargo, confirmando-a no seu papel de mãe, encarregada da reprodução e da criação dos filhos. Assim, em caso de divórcio, se o homem deve contribuir nas despesas de educação das crianças (pensão alimentar), a mulher será a única a assumir todo o trabalho gratuito necessário à educação das crianças.

A mulher divorciada, como a mulher que trabalha, tem que enfrentar os problemas de ausência de infraestrutura coletiva que se encarregue das crianças: creche, jardim de infância, etc. Condenada ao "vire-se como puder": sair para o trabalho, deixar as crianças com a avó, com a vizinha ou muitas vezes, sozinhas. Preparar a comida, lavar a roupa, cuidar da casa depois de chegar cansada de 8 horas de trabalho. Uma vida de cão, sozinha, isolada, como tantas mulheres.

O divórcio não é um momento pontual na vida de uma mulher (como o aborto, por ex.). O divórcio é um novo e longo período que começa em sua vida. Como tal, é um momento propício à radicalização da mulher e cabe a nós canalizar esta radicalização para a luta pela nossa libertação.

Como se organizar em torno do divórcio no Brasil

É importante aproveitar o momento atual, em que está sendo redigida a lei do divórcio no Brasil para que nos mobilizemos e discutamos o problema. O divórcio foi uma decisão que veio de cima, estivemos fora de sua deliberação. No entanto é um problema que nos diz respeito, que pode ser um passo no sentido de assumirmos o conjunto de nossas lutas.

Nesse sentido vemos a importância das experiências adquiridas pelo movimento feminista internacional.

Que possamos impulsionar a formação de grupos de discussão, nos locais de trabalho, nas escolas, em todos os lugares. Que sejam criados grupos de informação e orientação sobre o divórcio, e que o movimento feminista assuma esta luta no Brasil, levantando posições mais avançadas, comparando o projeto de divórcio no Brasil com os projetos de divórcio de outros países. Fazendo pressão para obter uma legislação o mais avançada possível.

Um peso importante deve ser dado à criação de centros

de Permanência com o objetivo de informar e orientar as mulheres, sobre os problemas jurídicos do divórcio, mas também fazendo face, ou pelo menos tentando fornecer uma infra-estrutura para ajudar a solucionar os problemas materiais com os quais se confrontem a mulher em vias de se divorciar: creches, guarda de crianças, procura de alojamentos, de trabalho, etc.

Neste sentido é importante que os centros de mulheres busquem a informá-las coletivamente sobre sua opressão específica, que o seu problema é o problema de todas as mulheres, e que essa situação só poderá mudar no dia em que todas as mulheres se sentirem parte integrante dessa luta.



Dia 28 de setembro o Campanha completa 5 anos de atividades. Inicialmente como jornal (25 números), depois como revista (7 números), fazendo uma média de um número cada 57 dias, Campanha bateu um recorde de constância em relação a imprensa revolucionária brasileira no exterior.

Enfrentando prisões e repressão, é o único periódico dos exilados brasileiros que sobreviveu ao golpe chileno.

Após o golpe e ainda como jornal, em dois anos de atividades, recobrou as condições para se modificar segundo as particularidades da colônia de exilados e se transformar em revista.

Ja como revista, "Cadernos de Campanha", conseguiu criar as condições mínimas para um funcionamento sistemático, refletindo a realidade do nosso país, refletindo e intervindo na realidade da colônia de brasileiros no exterior e participando na luta política e ideológica no seio dela. Criou uma equipe pequena, mas estável e combativa, como criou uma rede de colaboradores e uma infraestrutura capaz de transformá-lo num instrumento da revolução brasileira e de divulgação e contato com o movimento revolucionário a nível internacional.

Após 5 anos, ao lado de aperfeiçoar e transformá-lo mais ainda em um instrumento de expressão e intervenção de uma corrente da esquerda brasileira, podemos neste ano que começa nos colocar como meta a de abrir e consolidar novas frentes de intervenção. E dentro destas a mais premente será a de construir uma editora que cubra a lacuna de expressão e sistematização da produção teórica e da experiência prática do movimento popular que ganha expressão ao nível nacional.

**EDITORIAL DO JORNAL
"LUTA DE CLASSES" n.º 5**

**DEMOCRACIA
E SOCIALISMO**

ABRIL 77

A ditadura militar burguesa completou 13 anos de existência. Nesse período, o proletariado tem sido submetido a uma feroz e permanente repressão, que se manifesta em todos os fatos da vida diária. Essa supressão das liberdades de organização e manifestação para o proletariado tem o objetivo de impedir a qualquer preço que a classe operária possa se mobilizar e se organizar para lutar contra o arrocho salarial.

Luta de Classes já denunciou que o arrocho salarial é indispensável para que o capitalismo dependente brasileiro possa continuar se desenvolvendo. Hoje, esse desenvolvimento significa reforçar o processo de monopolização da economia e assim acelerar sua integração com o sistema capitalista internacional. Considerando essas circunstâncias devemos concluir que o capital monopolista, que é o setor mais poderoso das classes dominantes e o único que pode continuar desenvolvendo o sistema, não tem o menor interesse em permitir a existência de liberdades políticas para o proletariado.

Porém, para tentar evitar que a opressão política e econômica existente provoque o crescimento das manifestações de rebelião do proletariado, a burguesia preparou o plano de institucionalização da ditadura militar. Esse plano tem o objetivo de fazer com que o proletariado acredite e participe da farsa democrática votando num dos partidos burgueses (ARENA e MDB) criados pela ditadura militar. Assim a burguesia conseguiria reforçar a legitimidade de sua dominação e desviaria o proletariado da luta por seus reais interesses de classe: a abolição do capitalismo e a construção do socialismo.

Para combater e desmascarar as manobras burguesas, devemos mostrar que a democracia e o socialismo são dois objetivos inseparáveis das lutas do proletariado. Devemos mostrar que só o proletariado tem um interesse irrestrito na existência das liberdades políticas porque seu interesse é a abolição da opressão capitalista e sua alternativa política é a instalação da democracia proletária.

Os setores minoritários da burguesia que hoje agitam as bandeiras democratistas são totalmente subordinados e dependentes do capital monopolista e não podem oferecer uma alternativa para a continuidade do desenvolvimento do capitalismo. E por isso que esses setores só estão interessados em manipular o movimento operário, utilizando-se clinicamente das legítimas reivindicações das massas oprimidas e miseráveis para pressionar a grande burguesia. Mas ainda: esses setores só estão interessados na sua sobrevivência como capital que fica particularmente ameaçado nos momentos de crise econômica. Em outras palavras, enquanto defendem sua sobrevivência como capitalistas, os setores minoritários da burguesia demonstram seu "apetite reacionário" e pretendem fazer girar para trás a roda da história. Esses setores minoritários do capital, e em especial os pequenos proprietários, só podem adotar uma atitude re



**TRES
EDITORIAIS
DA
IMPrensa
CLANDESTINA
E
REVOLUCIONARIA**

volucionária se abraçam a causa do proletariado e apoiam a luta pelo socialismo.

Conhecer os interesses dos diferentes setores que fazem oposição ao capital monopolista é fundamental para fortalecer o movimento operário. Para lutar contra a opressão política e econômica, o proletariado deve construir seu próprio instrumento político, pois ele é o combatente de vanguarda que levará as últimas consequências a democratização política e social através da democracia proletária. Compreendendo que não podemos separar as lutas socialistas e democráticas da classe operária, evitaremos confundir os interesses democráticos do proletariado com o democratismo pequeno-burguês. Essa confusão que se pretende introduzir no movimento operário através do apoio ao MDB provoca o enfraquecimento do proletariado, o combatente avançado da democracia social e política. E por isso que os explorados devem criar sua própria alternativa política. No presente momento, caracterizado pela inexistência de um Partido Proletário, essa alternativa consiste na construção de uma FRENTE ANTIDITADURA PELO SOCIALISMO.

Sabemos que o proletariado se encontra desmobilizado e desorganizado, razão pela qual a Frente Antiditadura pelo Socialismo (FAS) não é um ponto de partida para nosso trabalho junto às massas, mas um objetivo a ser atingido através das lutas que serão desenvolvidas.

Depois de vários anos de refluxo, o movimento operário vem se desenvolvendo pouco a pouco. Suas lutas estão começando de forma isolada. As vezes os operários conquistam vitórias por objetivos imediatos. Devemos mostrar à classe que o verdadeiro objetivo das lutas proletárias não é o êxito imediato e sim a união que nasce das lutas. Por isso é necessário reforçar o relacionamento entre todos os proletários para romper o isolamento imposto pela burguesia. Para superar essa situação devemos levantar as bandeiras que permitam unir as lutas localizadas dos proletários numa luta nacional. Essas bandeiras devem ocupar um lugar prioritário em nossa agitação ao lado da propaganda e da agitação das doutrinas do socialismo científico.

- por aumentos salariais e pela derrubada do arrocho salarial;

- por melhores condições de trabalho

- pela liberdade de organização e de manifestação para os proletários;

- pela estabilidade no emprego e contra o desemprego;

- pela supressão das horas extras.

Desenvolvendo essas lutas em cada empresa os proletários poderão transformá-las numa luta nacional que expresse a união de todos os explorados para lutar pela democracia proletária.

A oposição proletária se encontra hoje dispersa. Não existe uma luta generalizada das massas e as organizações partidárias proletárias são ainda pequenas. Mas é claro que há a necessidade de que as massas se mobilizem em torno de seu projeto de classe para combater e desmascarar as manobras políticas burguesas. E por isso que existe a necessidade de criar um instrumento político para ir unindo as lutas que vão se desenvolvendo e atraindo para as posições do proletariado todos os indivíduos que desejam lutar contra o sistema. Então, o objetivo da FAS é integrar a oposição à ditadura militar num movimento político que possa pouco a pouco integrar e coordenar as lutas contra a opressão política e econômica burguesa. Porém, é indispensável ter claro que a FAS ainda não existe e nem poderá ser a curto prazo uma frente de organizações partidárias. Além disso,

ao levantar os objetivos democráticos e socialistas do proletariado, a FAS será um movimento que não terá uma existência abertamente legal.

Como construir a Frente Antiditadura pelo Socialismo hoje? É um fato que o movimento operário, o movimento estudantil, os profissionais liberais e os intelectuais em geral que lutam contra a opressão burguesa têm a necessidade de um instrumento político que una e coordene as lutas isoladas. A inexistência desse instrumento é o que esta permitindo à burguesia confundir importantes setores do proletariado com seu plano de institucionalização da ditadura militar. Nessas circunstâncias, devemos levar a todos os setores que se mobilizam e lutam a proposta de construir núcleos da FAS, pois somente assim se abrirá hoje uma perspectiva para esses setores ainda confundidos pela demagogia burguesa, ao mesmo tempo que se cria as condições políticas e organizativas para atraí-los para o campo revolucionário. A agitação e a propaganda política da FAS como alternativa proletária para lutar contra a opressão burguesa permitira que em cada comissão operária, em cada associação de profissionais liberais, nos comitês de defesa dos direitos humanos, no interior dos setores progressistas da Igreja e no movimento estudantil se constituam os núcleos que irão dar vida à FAS.

MOVIMENTO PELA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA (M.R.P)



JORNAL "MARCHA OPERARIA" n°10

EDITORIAL

ABRIL 77

Após reunir o Conselho de Segurança Nacional, a principal instância decisória da ditadura, Geisel anunciou a decisão de fechar o Congresso por tempo indeterminado. Como pretexto para a medida, foi apresentada a negativa do MDB em apoiar o projeto de reforma do Judiciário apresentado pelo governo. A recusa do MDB se deveu ao fato de que na proposta do governo não estavam incluídos o restabelecimento das garantias da magistratura e a volta do habeas corpus para os presos políticos.

Que ninguém se iluda: a atitude do governo não se deve exclusivamente à questão da reforma judiciária. Liga-se a uma conjuntura política que vem se agravando dia e a dia e que ameaça agravar-se ainda mais.

Realmente, se compararmos os acontecimentos dos últimos meses a períodos anteriores, principalmente a época de Medici, verifica-se uma verdadeira "repoliticização" do país. Num período relativamente curto, o governo cassou o mandato de dois vereadores do MDB do Rio Grande do Sul, vindo logo em seguida uma série de pronunciamentos de representantes de distintos setores das classes dominantes propondo modificações no regime. Primeiro, o representante dos comerciantes, Papa Júnior, criticou o fechamento do regime (não faltou o qualificativo de "regime espúrio") e

se disse favorável a um processo de abertura política. Outro representante burguês, Einar Kok, atualmente em campanha para a reeleição no Sindicato e na Associação Brasileira de Máquinas publicou um documento favorável à "redemocratização" do país, falando inclusive em maiores aberturas ao nível sindical, etc. Logo foi a vez de Jorge de Mello Flores, presidente do Conselho Consultivo do Banco Lar Brasileiro, que encaminhou um documento ao ditador propondo eleições indiretas para 78 e a incorporação dos atos institucionais à Constituição. Nesse meio tempo caiu Severo Gomes, o Ministro da Indústria e Comércio que se declarava a favor da distensão e de uma mudança na política econômica. A inquietação tomou conta dos distintos setores das classes dominantes, preocupados com os rumos da situação econômica e impedidos de influir mais de perto nas decisões políticas. Cada um procura influir em favor de seus próprios interesses e para isso os partidos existentes, MDB e ARENA, pouco servem, o que por sua vez torna ainda mais complicada a situação política.

O governo apressou-se em atender algumas das reclamações das classes dominantes, entre elas a "falta de diálogo e consulta" em relação as medidas adotadas na área econômica. Mandou três ministros para uma reunião com os empresários em São Paulo. Está claro que esta não passa de uma medida de emergência para apaziguar os ânimos. A situação das relações entre as classes dominantes e o governo continua tensa.

As relações internacionais somaram-se à situação interna agravando ainda mais a posição do governo e da ditadura. Carter, preocupado em restabelecer a imagem externa dos Estados Unidos e buscando criar uma relação de forças mais favorável nas disputas com a União Soviética, levanta a bandeira dos direitos humanos. Com isso, pretende apagar as manchas de sangue da guerra do Vietnã e reconquistar a simpatia da opinião pública mundial para seu governo e para o desgastado imperialismo americano. Por outro lado, essa tática tem como objetivo claro melhorar a situação dos EEUU em suas relações com a URSS. De fato, a "defesa dos direitos humanos" é um meio disfarçado de apoiar os dissidentes soviéticos, de ameaçar pelas bases a ditadura burocrática e de complicar a situação dos PCs europeus, obrigados a assumir uma atitude crítica perante a burocracia soviética. Dessa forma, Carter procura socavar as bases internas e externas de apoio ao regime stalinista.

Ora, essa tática que é boa para os EEUU não o é para a ditadura brasileira. Apesar das debilidades, insuficiência e da boa vontade para com o governo Geisel, manifesta no relatório americano sobre a situação dos direitos humanos no Brasil, a ditadura não pode admiti-lo e absorvê-lo. O resultado foi um agravamento das relações Brasil-Estados Unidos que culminou com o rompimento do acordo militar. As divergências entre Brasil e EEUU sobre o acordo nuclear com a Alemanha criaram maiores atritos ainda.

Ninguém se iluda quanto a natureza e o alcance dessas "pressões" externas sobre a ditadura. Entretanto, não resta dúvida de que elas fazem parte de um amaranhado de contradições em que se envolve o capitalismo mundialmente e que não deixam de tornar a situação da ditadura



mais incômoda.

Além disso, não se pode deixar de levar em conta que essa "politização" da vida do país favorece enormemente o movimento de massas em recuperação. As manifestações estudantis do Rio e, principalmente São Paulo, tiveram como causa imediata as reivindicações específicas (mais verbas, contra aumento de anuidades, etc) mas como estímulo a conjuntura dos últimos dias.

Finalmente, é necessário considerar que a conjuntura atual esta sobrecarregada pelos problemas que envolvem as eleições para governadores e senadores em 1978. O clima atual de politização e radicalização da conjuntura política associada a uma situação econômica muito grave para amplas camadas da população, tornam a questão das eleições diretas, previstas na Constituição, um problema gravíssimo para o regime. E essa questão está no centro das preocupações que levaram o governo a adotar as medidas recentes.

O fechamento do Congresso não tem o único objetivo de impor a reforma judiciária como disse o ditador em seu discurso no dia 1º de abril. Na verdade, tem em mira um alvo mais amplo, qual seja o de tentar freiar a radicalização da conjuntura através de um ato de força e amedrontador, bem como criar as condições para enfrentar o problema eleitoral de 78. Nesse sentido, trata-se de uma decisão preventiva e que apenas utilizou-se da situação criada com a reforma do judiciário como pretexto para encobrir seu objetivo (da mesma forma com que utilizou-se o episódio Márcio Moreira Alves para a edição do AI-5, em 1968).

De fato, o discurso do ditador Geisel prepara o terreno para medidas que serão tomadas para enfrentar a próxima conjuntura. Ele afirmou em seu discurso: "Por ato complementar de hoje, o Congresso Nacional foi posto em recesso e o presidente da República, vale dizer, o poder Executivo, passou a ter poderes legislativos. Eu usarei esses poderes transitoriamente não só para fazer a reforma do Poder Judiciário, como também dentro dos limites necessários para as demais reformas de natureza política, que considero indispensáveis ao bem estar, à tranquilidade e à própria institucionalização política do nosso País".

A atitude de fechar o Congresso tem, portanto, um significado importante dentro da situação atual e para o próximo período. Ela se enquadra nas análises que "Marcha Operária" vem fazendo em seus últimos editoriais, bem como nas do suplemento que publicamos, neste número. De um lado, está a necessidade da ditadura militar sofrer reformas ou alterações para se adaptar as contradições os problemas e as tendências da conjuntura atual. De outro lado, os objetivos, os limites e as contradições desse processo de transformações da ditadura que sob hipótese nenhuma significa democratizar o regime.

Não se pode ter ilusões a respeito das reformas que po

COLABORA COM A IMPRENSA CLANDESTINA NO BRASIL



derão advir, nem tampouco confundi-las com uma democratização do país. A reforma do judiciário é o primeiro grande exemplo a esse respeito: imposta por um ato excepcional, acompanhada de fechamento do Congresso, ela será feita deixando de lado o direito de "habeas corpus", questão elementar em qualquer regime democrático. Não se pode esperar mais da "reforma política" que anunciou o ditador em seu discurso. De qualquer forma, ela deverá ser feita de maneira a impedir ou, no mínimo, impor sérias limitações às eleições de 1978. Não devesse admitir, sequer que a oposição burguesa, o MDB, obtenha a vitória esperada para o governo de alguns Estados importantes (Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, etc).

A burguesia precisa de reformas na ditadura militar, como o demonstram os pronunciamentos de alguns de seus representantes. Mas a história não se faz conforme os desejos da classe dominante. Não importa o que a burguesia ou mais precisamente, alguns setores dela quer, mas sim o que pode fazer. Hoje as classes dominantes não podem mais do que realizar reformas institucionais que estão limitadas por sua incapacidade em absorver o movimento de massas. Além de não significarem a democratização do regime, elas são restritas, visando muito mais impedir a radicalização da luta de classes do que facilitar o seu livre desenvolvimento.

A fraqueza do movimento de massas continua sendo elemento mais débil da conjuntura. Nessas condições, as classes dominantes jogam com esse dado a seu favor na busca de uma solução para a crise econômica e para o impasse político. A não participação decisiva da classe operária poderá permitir, a longo ou médio prazo, uma recuperação da burguesia e do capitalismo.

Entretanto, há tempo suficiente para o fortalecimento das lutas e das organizações autônomas das massas. E essa a tarefa em que devem se empenhar com afinco todos os revolucionários.



**EDITORIAL DO JORNAL
"UNIDADE PROLETARIA" n.º 16**

ORGANIZAR E AMPLIAR A RESISTÊNCIA DOS TRABALHADORES

JUNHO 77

O fim da "distensão" foi uma grave derrota para a ditadura. Ela não largou essa política por cima da carne seca, porque quis e no momento que quis. Teve de mudar de passo no meio da marcha. E que já não dava mais conta de resolver os problemas naquela batida. Três anos e meio depois do lançamento da "distensão" por Geisel, a realidade está bem diferente. Hoje a ditadura militar está mais fraca do que antes. As classes dominantes já não se mostram tão seguras. O sentimento oposicionista cresceu em todo o país. Novos setores passaram para a oposição. O movimento operário e popular conquistou alguns es-

paço e vem elevando sua combatividade.

Com o pacote de Abril aumentou o isolamento da ditadura militar, cuja base de apoio não está muito unida. A ditadura continua muito mais forte do que o povo, é claro. Mas esta menos forte do que antes. Tem um espaço mais reduzido para manobrar. Sua ação tende a ser menos coerente, cheia de idas e vindas, na base de dar uma no cravo e outra na ferradura. Num momento manda o pau prá valer. No outro vem na conversa mole. A situação atual apresenta um quadro de instabilidade política crescente, no qual se coloca mais de uma alternativa para a ditadura. Agora a que predomina ainda é a tentativa de congelar o quadro político, impedir que aumente o seu desgaste e ganhar tempo até 78. Aí ela espera trocar o presidente e traçar uma política mais definida.

Alguns companheiros temem que agora a ditadura parta para uma ofensiva selvagem e generalizada em cima de todos os setores da oposição especialmente em cima do movimento operário e popular. Acham que ela vai botar todos os cachorros na rua e soltar o pau prá tudo que é lado. Isso pode acontecer, mas não é o mais provável. A ditadura não está com força para tanto - e está sabendo disso. Ela vai combinar ofensivas repressivas localizadas com manobras para se recuperar do desgaste. Esse vai e vêm não vai durar a vida toda. Vai depender de muitas coisas, inclusive do ímpeto do movimento de massas, cujo alastramento pode tornar inviável essa política, obrigando o governo a fazer concessões ou a um forte endurecimento.

A oposição burguesa, capitaneada pelos moderados do MDB está num ponto complicado. Ganhou força durante os últimos anos mas chegou a um beco sem saída. Depois de ter sido desaguadouro do voto de protesto popular em 74, o MDB esforçou-se esse tempo todo para convencer as massas de que era possível mudar a situação através de eleições. Agora, com o pacote de Abril, a ditadura deu o recado claro: o MDB pode tirar o cavalo da chuva, porque os altos mandos militares pretendem continuar dirigindo o país ao menos por mais 12 anos. E o MDB, como é que fica? Numa situação muito difícil, é claro. Não sabem nem o que fazer. Tem de traçar uma nova tática. A discussão está começando a comer solta no MDB agora, e ainda vai tomar um bocadinho de tempo. Então, a situação da oposição burguesa liberal pode ser resumida assim: sua relação com a ditadura militar está crítica - o que é bom para nós - porque isola mais o governo. Mas ela que ainda encontrar uma saída junto com a ditadura para a atual crise - o que pode ser muito ruim para nós, se chega a dar certo.

Outra característica da situação é o alastramento do descontentamento dentro da pequena burguesia. Nos últimos anos, essas camadas vinham progressivamente se deslocando para a oposição. Mas, alguns setores ainda estavam num compasso de espera. Tinham esperanças de que a situação pudesse melhorar com a "distensão". Com o pacote de abril, essas esperanças foram por água abaixo. A pequena burguesia deve se radicalizar bastante agora e a -



dotar majoritariamente uma atitude oposicionista mais aberta. Entre os setores assalariados de baixa renda - bancários, comerciários, professores, etc., - e certas categorias de profissionais liberais, já estavam despontando movimentações de massa, com bandeiras semelhantes às do movimento operário (ou seja, melhores salários, melhores condições de vida, pelas liberdades democráticas). O pacote de abril, não vai cortar o caminho desses movimentos, mas engrossar mais o caldo. Um dado a mais é o aumento da presença de setores religiosos combativos nas lutas atuais.

O movimento operário e popular segue em franca reanimação. As lutas nas fábricas, nos locais de trabalho, nos bairros, dentro dos sindicatos atrelados aumentam em número. Elas ainda são pequenas, localizadas e desconectadas entre si. Falta muita organização. A unidade ainda é baixa. Mas, a coisa vem melhorando. Já se ensaiam movimentações maiores. Já aparecem formas de coordenação. Já é maior o nível de consciência dos setores avançados. É maior também a simpatia e apoio geral dos operários menos conscientes às lutas que vão se dando. As comemorações do 1.º de MAIO foram uma amostra desses pequenos mas tão importantes avanços. No campo, o movimento está num ponto bem mais fraco, mas vem tomando impulso. Seguem as lutas dos camponeses pobres e posseiros pela terra, em vários pontos do país. Aumentam as atividades reivindicatórias entre os assalariados rurais.

O movimento estudantil vive notável mobilização. Em quase todos os estados, reconstrói suas entidades livres e ganha características de massa. Abril e maio estiveram marcados por vigorosas lutas pelas liberdades democráticas e pela anistia, que culminaram com passeatas e atos públicos em várias capitais. Essas mobilizações elevaram bastante as dificuldades políticas da ditadura e tiveram forte repercussão junto às mais diversas camadas da população, especialmente junto aos trabalhadores.

O pacote de abril não irá breocar tudo isso. Apesar das novas leis repressivas do governo, o movimento de massas pode ganhar mais impulso agora. Hoje devemos organizar e ampliar a resistência dos trabalhadores. Esse é o caminho mais adequado para a formação de um poderoso movimento de massas contra a ditadura. Mas é preciso ter bem claro: nosso objetivo atual ainda permanece sendo o de acumular forças num quadro de defensiva, em cima das lutas de resistência. A situação ainda não permite que a classe operária e o povo passem à ofensiva.

AMPLIAR A RESISTÊNCIA



Qual deve ser a nossa resposta frente à nova situação política?

É hora de aprofundar o abismo existente entre a ditadura militar e o povo, denunciando sem cessar suas novas manobras anti-democráticas. É hora de prosseguir desmarcando a inconseqüência da oposição liberal burguesa, que faz das tripas coração para manter afastadas da arena política e está doida para encontrar uma saída junto com os militares. É hora de elevar ainda mais nossos esforços para atrair a democracia pequeno-burguesa para ações conjuntas com o movimento operário e popular. É hora, mais do que nunca, de organizar e ampliar a resistência dos trabalhadores na luta pela melhoria das condições de vida e das liberdades democráticas, formando um poderoso movimento de



massas de oposição à ditadura militar. E hora de elevar ainda mais a denúncia classista da ditadura e efetuar a propaganda da revolução socialista.

Ampliar a resistência dos trabalhadores, eis a tarefa-chave do momento atual. O descontentamento das massas é imenso e se manifesta por todas as brechas e em todos os locais. Nas fábricas, nos campos, nos locais de trabalho nos bairros, nas escolas, nas conduções e nas ruas há um sentimento unânime: a situação está péssima e não pode ficar como esta. Mas a insatisfação por si só não basta. É indispensável que onde há insatisfação, haja luta. Onde haja luta, haja organização crescente. Onde haja organização crescente, haja também a consciência de que a classe operária e o povo devem ser a espinha dorsal da luta anti-ditadura.

Devemos participar ativamente de todas as pequenas lutas locais, trabalhando para que elas adquiram um caráter cada vez mais massivo, unitário e consciente. Devemos seguir aproveitando todas as brechas legais e semi-legais, manter o terreno já ocupado, não ceder nem um milímetro de graça e ampliar ainda mais nossa ação por aí. Nos bairros, nos sindicatos, nas entidades culturais, sociais e recreativas, nas escolas, na imprensa, etc. os revolucionários devem defender e alargar o seu trabalho, sem entregar de mão-beijada aquilo que custou tanto esforço levantar. Devemos seguir combinando o aproveitamento de todas essas brechas com a formação das organizações independentes da massa - comissões operárias, comissões de luta nos bairros, entidades estudantis livres, oposições sindicais classistas etc. So trabalhando em profundidade poderemos preservar nossos avanços e preparar progressos ainda maiores de nosso movimento. Devemos dedicar uma especial atenção às tarefas de encontrar as formas de coordenação adequadas entre as diversas entidades e organizações de massa em luta, começando a romper com a atomização ainda predominante. É importantíssimo combater toda estreiteza e localismo, que tente manter o movimento na sua situação atual. É imprescindível lutar pela unificação crescente das manifestações de luta, de modo que elas se reforcem mutuamente e aumentem nossa força.

A QUESTÃO DA CONSTITUINTE



Vários setores políticos estão se lançando numa campanha por uma Assembléia Constituinte. De setor para setor, as receitas variam.

A primeira receita é a de alguns setores do MDB - moderados que estão falando grosso como Brossard, ou ex-

têntico" que estão falando fino como Marcos Freire. Quem rem uma Constituinte imediatamente, alegando que o país vive uma crise profunda. Mas quem vai convocá-la? M. Freire dá a dica: "Depende das Forças Armadas". Assim sairia uma Constituição que uniria a todos e evitaria a crise. M. Freire não faz por menos: "Teríamos um Brasil novo, sem revanchismos e desconfianças". Brossard assina em baixo: "É o caminho para a reconciliação e a unidade nacional".

Quem pretende uma Constituinte hoje não tem outro jeito senão apelar para os militares. Mas o povo pode levar a sério uma proposta dessas? Com os trabalhadores debaixo da lei do cão e com a repressão comendo solta, uma Constituinte convocada por nossos carrascos só pode ser um balão de oxigênio para a ditadura militar. Para constituir é preciso força para constituir. Essa é uma verdade tão velha como a pedra. Hoje os milicos emendam, remendam, inventam e rasgam qualquer lei simplesmente porque tem força na mão. Por isso mesmo, para constituir segundo os interesses do povo e contra o despotismo da burguesia, é indispensável destruir a ditadura militar e conquistar a expressão democrática das massas. Brossard e M. Freire falam em Constituinte, mas calam sobre o fim da ditadura. No fundo estão tentando encontrar uma saída burguesa para ditadura militar, num processo controlado pelos milicos e sem a interferência das massas.

NO CENTRO DA PROPAGANDA ?



Outra receita de Constituinte é dada por vários deputados "autênticos" e por certas Organizações e grupos de esquerda. Aham que a Constituinte deve ser precedida de a nistia e de liberdade de discussão e propaganda. Por tanto é uma meta mais de longo prazo. Mas creem que desde hoje ela deve ocupar o centro da propaganda. Dizem que é necessário abrir uma alternativa contra o regime, compreensível para as massas - e que essa alternativa é a Constituinte. Para eles, só dessa maneira será possível formar um movimento de oposição popular forte no país.

Essa proposta também é incorreta, mas por motivos diferentes da anterior. Em primeiro lugar, é preciso dizer que as dificuldades atuais da organização da luta das massas não serão resolvidas por causa do lançamento de palavras de ordem de propaganda. Naturalmente a propaganda é indispensável. Mas não para ocupar o lugar da tática e nos eximir

de organizar e dirigir as lutas atuais, e sim para orientar crescentemente as lutas das massas e auxiliar seu desenvolvimento político. Hoje a ditadura ainda esta muito mais forte que o povo. O movimento de massas esta débil e apenas retoma sua marcha. O que está na ordem do dia é organizar e ampliar a resistência dos trabalhadores, em torno das lutas pelas liberdades democráticas e pela melhoria das condições de vida. Essa tarefa atual deve ser complementada, mas não pode ser substituída pela propaganda de objetivos futuros.

Em segundo lugar, a Constituinte, como alternativa à ditadura, é uma proposta ambigua confusa. Uma Constituinte não é nem um poder nem uma forma de governo. Ela é apenas uma assembléia que elabora a base jurídico-constitucional destinada a reger uma nova situação. Ela não cria essa nova situação, mas é fruto dela. Ela tem de ser convocada e garantida por alguém - esse alguém é um governo que não nasce do éter, é claro. Brossard e M. Freire sabem disso. Tanto que apelam pros milicos. Para quem apelam os "autênticos" e os grupos que defendem a segunda receita? As respostas são muito confusas, o que mostra que, por detrás da ânsia da "alternativa" da Constituinte, o que ha é falta de alternativa.

Nossa propaganda, sem querer ocupar o lugar da tática deve estar centrada na necessidade da derrubada da ditadura militar e a formação de um governo da classe operária e do povo, que garanta ampla democracia para as massas trabalhadoras, de modo que elas tomem em suas mãos seus próprios destinos.

NO VERDADEIRO LUGAR



No momento, as propostas de Constituinte não auxiliam mas confundem a luta popular. E claro que a questão da Constituinte pode vir a ser utilizada pelo proletariado, como um recurso a mais para desorganizar o inimigo. Mas não é essa a situação hoje. Como elemento de ação imediata, ela seria apenas uma ponte entre a ditadura e a oposição liberal. Como elemento de propaganda, não pode estar no centro de nosso trabalho, porque não esclarece os objetivos da luta. Frente a essas receitas respondemos: "Constituinte só sem Ditadura, com Liberdades Democráticas", e esclarecendo que essa não é a questão vital, nem da luta hoje, nem da alternativa operária e popular à ditadura militar.



ASSINE
CADERNOS
DE
CAMPANHA

6 Nºs. . . 35 Fr

PREPARARSE PARA 78

Apesar das drásticas e anti-populares medidas tomadas pela burguesia imperialista (enfeitadas pelo nome de "planos de austeridade"), ainda estamos longe de ver criadas as condições econômicas e políticas para a superação da grave crise que desde 1973 convulsiona a economia capitalista internacional: a inflação persiste, o desemprego aumenta e o nível da produção industrial continua estagnado.

A situação de crise por sua vez, tem como sua consequência o crescimento da luta de classe e o desequilíbrio político nos próprios centros imperialistas.

Esta situação acelera um processo que se verifica na França a partir dos anos 60, aonde o movimento operário e popular, aproveitando as contradições econômica e política que se desenvolve no sistema capitalista, tem manifestado seus crescentes anseios de construção de uma sociedade socialista. Mas este forte movimento de massas vem sendo dirigido ainda por correntes políticas e sindicais reformistas que dirigem todos os seus esforços para a busca da melhor alternativa política que sirva, não a destruir, mas a manter o atual sistema econômico ameaçado pela crise, como uma condição anterior para a posterior passagem pacífica ao socialismo. O processo de integração ao aparelho de Estado burgues da burocracia sindical e dos partidos de esquerda tradicional, se constitui então em um dos novos elementos do processo de degeneração que de há muito tempo se desenvolve nas direções reformistas. Um outro exemplo deste processo é o que ocorre na Itália, aonde o PCI faz parte da coalizão governamental, e participa diretamente da repressão aos elementos de vanguarda do movimento de massa que buscam intervir na crise não para reequilibrar o sistema capitalista, mas para romper com sua lógica, destruir o Estado e passar a construção de uma nova sociedade, a sociedade socialista.

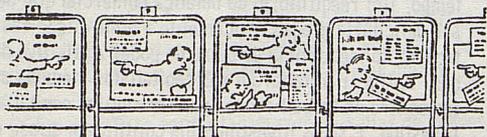
Na luta por uma maior participação e intervenção dentro do Estado capitalista francês, a esquerda tradicional procura evitar toda a possibilidade de radicalização e organizar as suas forças para as eleições de 78. Busca também, desde já criar as condições para impedir possíveis desbordamentos, preparando desde já a classe operária, para melhor controlá-la após a "tomada do poder", ao mesmo tempo que visa reduzir a oposição da burguesia com suas promessas e gestos de moderação. Mas conseguirão os partidos do programa comum, a paz e a conciliação de classes que necessitam para levar a cabo seu programa de reforma do sistema capitalista? Ou uma vitória eleitoral se refletirá na classe operária como uma vitória do socialismo, levando a uma radicalização do processo de luta de classes e de aprofundamento de suas reivindicações? A experiência chilena nos leva a pensar que a segunda hipótese é a mais provável, e cabe aos revolucionários contribuir e se preparar para ela.

A colônia brasileira tem, tradicionalmente se mantido a margem e mesmo desinformada da luta política na França, mas o aumento das tensões e lutas sociais não poderá lhe passar despercebida. Mesmo se considerarmos que o ascenso da revolução e das lutas de massas não fosse suficiente para lhe despertar esperanças e interesse maior por

pierre julien
(comissão política da liga comunista revolucionária)



E DEPOIS DAS LEGISLATIVAS DE 78 ?



esse processo, e consideramos que isto será suficiente, inevitavelmente ela será envolvida por ele. A experiência do Chile nos mostra como a burguesia e os partidos reacionários se aproveitaram de uma forte colônia de estrangeiros para desenvolver uma campanha nacionalista e xenófoba, visando estimular tendências reacionárias nas massas para melhor dividi-las, e ao mesmo tempo isolar as contribuições que poderiam dar estes estrangeiros a revolução chilena. A propaganda anti-estrangeiros, já antes do golpe, era um elemento extremamente importante de solidariedade da burguesia chilena com os regimes reacionários do continente, ao mesmo tempo que era um elemento da luta contra o proletariado de seu próprio país. Os estrangeiros se viram assim, subitamente e independente de sua vontade, envolvidos pelo processo de lutas de classes que se desenvolvia naquele país.

Recentemente, assistimos na França a uma propaganda racista intensa através de jornais, rádio e televisão; a aprovação de leis que impedem que o mercado de trabalho se estenda aos estrangeiros; a proposta "sedutora" de "favorecer" o regresso de todos os trabalhadores aos seus países; a aprovação de leis limitando efetivamente a atividade

política dos exilados e a multiplicação de grupos fascistas que provocam, reprimem e por vezes assassinam a trabalhadores imigrantes. O desenvolvimento da luta de classes na França é um elemento que faz parte e provoca profundas transformações na vida das colônias de estrangeiros, ainda que nem todos os seus setores se apercebam disto. E o acirramento deste processo multiplicará mil vezes este e feito.

Isto já é uma razão suficiente (se não fosse a própria importância do processo francês em si mesmo), para que se abra a discussão em nossa colônia, do que se passa na França, criando assim as condições para que ela não seja submergida e sofra passivamente as suas consequências.

Para os brasileiros residentes na França interessa conhecer a evolução da situação política existente no país e ao mesmo tempo comprometer o maior número possível de forças políticas com a defesa dos interesses dos estudantes imigrantes, refugiados e todos aqueles que por diversas razões resolverem deixar o Brasil para viverem aqui.

GRUPO CAMPANHA

FRANÇA AS VESPERAS DAS LEGISLATIVAS



pierre julien

A burguesia francesa enfrenta já há varios anos uma crise econômica, social e política cujo desfecho, incerto, oferece pela primeira vez depois de muito tempo, uma chance histórica para a implantação do socialismo num país desenvolvido. Pelo menos, condições objetivas perfeitamente detectadas permitem uma tal suposição.

Há três anos o capitalismo francês entrou em crise, como seus vizinhos do outro lado do Atlântico ou do Reno. Depois da fase de forte expansão - sustentáculo do gaullismo - durante 15 anos, a retomada da combatividade operária - no fim dos anos 60 e a greve geral de maio de 68 iriam desfechar os primeiros golpes ao capitalismo francês. Mas, a desvalorização do franco em 1959 viria camuflar, provisoriamente, as contradições próprias do sistema uma vez que mantinha artificialmente a competitividade dos produtos de exportação.

A situação torna-se indistigável nos meados de 1974 - quando a crise que golpeia as principais fortalezas imperia listas atinge a França. Desde então, a produção industrial paraliza, enquanto crescem os preços e o desemprego. Seguindo os sindicatos; a inflação aumentou 45% em três

anos e o número de desempregados triplicou. Paralelamente a balança comercial se deteriorava gravemente e o franco se desvalorizava face ao dólar e o marco.

Em setembro de 1976, a burguesia lança mão de medidas draconianas, numa tentativa vã de remediar a crise: é o famoso plano Barre, conjunto de medidas de austeridade para os trabalhadores. Com efeito, o foco principal da crise está na deterioração das taxas de lucro, o que provoca um retraimento nos investimentos - pela rentabilidade insuficiente - e conseqüentemente, resulta em desemprego e baixa da produção.

austeridade para os operários

A deterioração da taxa de lucro está ligada a uma melhoria gradativa, verificada há alguns anos na repartição salário/lucro, num sentido favorável aos trabalhadores. O Plano Barre se propõe a inverter duradouramente esta tendência, bloqueando os salários e reestabelecendo as margens de benefício dos capitalistas. E deste modo que é preciso encarar os apelos ao congelamento dos salários - já que os aumentos salariais são considerados como responsáveis pela inflação - e as múltiplas ajudas do Estado favorecendo a reestruturação dos trustes industriais.

O plano de austeridade começou a ser aplicado no primeiro semestre de 1977. A média de salários não aumentou em efeito que de 4,5% enquanto os preços, de acordo com os sindicatos, aumentaram de 5,9% ou seja, uma baixa do poder aquisitivo de 1,4% se concretiza.

Enquanto isto; a inflação não baixou sensivelmente em relação a 76 e continua francamente mais elevada que nos Estados Unidos e Alemanha. Verifica-se então, ao mesmo tempo, um reequilíbrio da balança comercial que deixa de ser deficitária graças unicamente à diminuição das importações, consequência da baixa de poder aquisitivo da população. Enfim, não faltaram aos capitalistas medidas suficientes contra os trabalhadores para acumular capital a ser investido. E se os investimentos continuam quase na estaca zero, depois de três anos, é obviamente por razões eco-

nômicas e políticas, face às perspectivas da esquerda no poder em 78.

as contradições da direita

Giscard e Barre estão diante de uma contradição evidente. De um lado, manter uma política de austeridade por vários meses e perder o apoio dos assalariados e outras camadas da população vítimas da austeridade, o que aniquilaria definitivamente as chances da direita nas eleições legislativas do próximo ano. De outro lado, ativar a economia, aumentando os salários, o que poderia conduzir a uma melhora temporária, mas que cairia, a longo termo, nos mesmos problemas que o plano pretende resolver.

Essa contradição se acentua ainda mais no nível da burguesia francesa, revelando uma grave divergência tática - quanto a atitude a ser tomada face à ascensão da esquerda: é a oposição Giscard/Chirac. Giscard, em caso de derrota da direita, pretenderia fazer uso de seu papel institucional de presidente da república, o que, de acordo com a constituição, lhe legaria poderes muito significativos para romper com uma política governamental de esquerda e levar, no fim das contas, à dissolução do PC e do PS.

Chirac por sua vez, não conta com uma divisão da esquerda, mesmo depois das eleições. Na realidade ele teme a dinâmica social que poderia ser desencadeada no caso da vitória da coligação reformista. Ele quer, em outras palavras, enfrentar o movimento operário dispendo de uma força social capaz de resistir; inclusive fisicamente, à esta dinâmica. Neste sentido, o movimento gaullista que ele lidera, tem resquícios fascistas, mesmo se não pode ser classificado como tal hoje em dia, devido à sua fraca penetração social e às condições mesmas da situação política do momento.

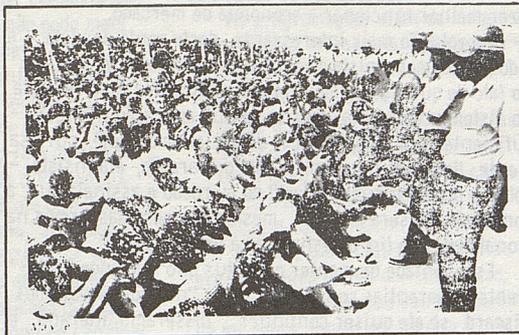
a "união da esquerda" na defensiva

O patronado também está dividido com relação ao apoio a ser dado aos dois homens. Se os pequenos patrões manifestam sua preferência por Chirac, preferência traduzida pela tentativa de constituição de um partido de classe média - com os comerciantes, os profissionais liberais, os agricultores e o pessoal qualificado (cadres) - o grande patronado ainda está indeciso entre as duas opções, esperando para ver o que acontece.

Esta crise política da "maioria" provocou seu enfraquecimento eleitoral, constatado nas últimas eleições. Compreende-se então porque os conflitos tendem a se atenuar à medida em que se aproximam as eleições de março de 78, mesmo se um desacordo fundamental persiste, por exemplo sobre o papel que deveria desempenhar o Primeiro Ministro nestas eleições. Nenhum quer Chirac. Dirigir os contingentes de direita, responde Giscard...

Face à uma burguesia dividida, incapaz de tirar o país do marasmo econômico, os partidos signatários do programa comum e as grandes confederações sindicais operárias adotam uma posição cada vez mais defensiva, em lugar de aproveitar a fraqueza do adversário para desferir golpes decisivos.

A CGT e a CFDT se contentaram com dois dias de greves gerais sem mais consequências - ainda que a segunda de-



las testemunhasse um profundo descontentamento popular pois a confederação FO e o sindicato dos "cadres" a CGC, chamava os operários a pararem o trabalho. Ora, os conflitos sociais mostraram, nestes últimos tempos, que as lutas isoladas se chocam com a intransigência governamental e patronal e que somente um movimento conjunto dos trabalhadores, prolongado até a satisfação de suas reivindicações pode levar à vitória.

porque rever o programa comum

O resultado desta posição defensiva é um sentimento de derrota relativa por parte dos trabalhadores que passam cada vez mais por agruras financeiras. Por outro lado, a ausência de tomada de posição coletiva contra os licenciamentos e o desemprego, levou o número de desempregados a crescer regularmente para atingir atualmente o número de 1.400.000, segundo dados dos sindicatos.

Enquanto as confederações sindicais se preocupam em frear e a desviar o movimento de massas contra a austeridade a fim de evitar todo afrontamento central com o poder, o que precipitaria a crise política e levaria ao poder os partidos operários com base numa mobilização social e não eleitoral, o partido comunista e o partido socialista, juntamente com os seus aliados burgueses - os radicais de esquerda, estão em trabalhos de reatualização do programa comum, assinado em julho de 1972.

O sentido desta operação é ambíguo. De um lado, trata-se de introduzir no texto certas frases exprimindo, de uma maneira deformada, as aspirações à democracia, à autogestão, que são massivamente reclamadas depois da luta dos "Lip" durante o verão de 73. Os reformistas pretendem ainda levar em conta novos terrenos de luta, como a ecologia - se bem que defendam a energia nuclear!, ou a luta das mulheres - se bem que não coloquem em questão a instituição da família!

defendendo uma economia de mercado

Por outro lado, e aqui se coloca um elemento decisivo, trata-se de dar garantias múltiplas à burguesia de que o programa comum não colocará em causa o sistema atual. Há oito meses atrás, os economistas socialistas, convidados pelos patrões para uma apresentação de suas teses, tinham significativamente sublinhado que "o mercado desempenha um papel regulador global na economia" e que as nacionalizações não tinham, de maneira nenhuma, o objetivo de in-

trouzer o coletivismo na França mas, que ao contrário, de fazer melhor funcionar a economia de mercado.

A evolução mais interessante, deste ponto de vista, é a do partido comunista que há algum tempo atrás insistia no fato de que o programa comum provocaria uma ruptura no sistema capitalista, mesmo se sua aplicação não fosse suficiente para a implantação do socialismo. Hoje, curiosamente, deixando na surdina esta declaração, ela insiste sobre o papel "insubstituível" do mercado e assinala que a concorrência será mantida, mesmo nos caso das firmas nacionalizadas, a fim de estimular a produtividade!

Esta vontade de manter o "status quo" abrange igualmente as garantias constitucionais - "nós conservaremos Giscard, se ele quiser continuar", disseram Mitterand e Marchais - através de compromissos ao nível da nacionalização do ensino privado e igualmente pela defesa do armamento nuclear, a fim de não se indispor contra a hierarquia militar geralmente apegada às teses gaullistas da "independência nacional".

pc: o máximo de garantias

A viva polêmica existente hoje entre o partido comunista e o partido socialista a propósito da reatualização do programa comum é, em realidade, uma batalha eminentemente tática por parte do PC que pretende se demarcar de seu aliado a alguns meses de uma possível experiência governamental.

Com efeito, pelo seu peso crescente, o partido socialista - e notadamente sua direção, vem pensando num acesso ao governo com as mãos cada vez mais livres. E o que explica sua recusa - diferentemente da direção do PC, de previamente discutir as medidas que serão tomadas no caso da esquerda vir a ser majoritária e de precisar quais reivindicações dos trabalhadores serão atendidas.

O Partido Comunista, sem colocar em questão sua estratégia unitária e sem tampouco considerar a possibilidade de adotar uma segunda como no passado, isto é, uma possível virada "à esquerda" que o levaria a recusar uma participação no governo, tenta simplesmente dar o máximo de garantias antes das eleições de março próximo. Propondo-se como o melhor defensor dos interesses dos trabalhadores - neste sentido são claras suas propostas sobre os salários ou emprego e sua intenção de acrescentar seis novas nacionalizações à lista das nove já previstas pelo programa comum - e impondo a seus parceiros, antecipadamente, um certo regime de colaboração governamental - veja-se neste sentido suas iniciativas recentes em matéria institucional que visam regulamentar as relações entre os partidos, uma vez no governo o PC tentara evitar uma polí-

tica por demais "bonapartista" de François Mitterrand.

No fundo, num governo de união de esquerda não haveria diferenças fundamentais entre o PC e o PS. Todos os dois pretendem gerar lealmente o sistema capitalista. No contexto da crise atual, isto os conduziria inevitavelmente a praticar uma política de "austeridade de esquerda", política que seus próprios economistas, à semelhança do PC Italiano, já vem assumindo abertamente.

o papel dos revolucionários

Isto não impede de que os trabalhadores, na sua esmagante maioria, confiem nestes dois partidos para satisfação de suas reivindicações e para a transição ao socialismo. Os revolucionários devem partir desta constatação para definir uma política suscetível de canalizar progressivamente o descontentamento das massas em relação aos reformistas. Muito mais que colocar como 1º eixo de luta a ruptura do PS e do PC com o partido burguês dos radicais de esquerda, é preciso exigir com os trabalhadores que os partidos operários se engajem concretamente na luta pela satisfação de suas reivindicações, e criem condições para o rompimento com o sistema capitalista.

Isto implica em se bater por reivindicações imediatas unificadoras em matéria de salários e emprego - pelo mínimo de 2 300 F, escala movel de salários, semana de 35 horas, contra os licenciamentos sem reclassificação prévia no mesmo nível de qualificação articuladas com projetos de ruptura do sistema - nacionalizações de setores chave sem indenização e sob controle operário, anulação da constituição de 1958, etc...

Esse caminho de frente único deve ser objeto de luta permanente na esquerda revolucionária se ela não quiser repetir as experiências oportunistas das Itália ou setárias de Portugal. Além do mais, a união dos revolucionários, que conheceu um certo sucesso por ocasião das eleições municipais quando as listas das extrema-esquerda conseguiram votos às vezes bastante significativas, é um fato essencial para captar a radicalização das camadas de jovens e trabalhadores críticos em relação à política dos reformistas.

A preparação das eleições legislativas pode ser, para a esquerda revolucionária francesa, uma ocasião ímpar para um balanço do resultado das municipais de 77 e assim tentar constituir uma força unitária, firmando-se como um polo político e social credível a largas frações de trabalhadores. Esta é uma das condições básicas para que os revolucionários façam sentir seu peso na evolução da situação política, seja como a continuidade da direita, seja com a vitória da esquerda.

"ESTRANGEIROS ATACAM MALVILLE"

Respondendo ao chamado dos comitês Malville no dia 31 de julho, 50.000 manifestantes realizaram uma marcha contra a "Nuclear" e que resultou em um morto e centenas de feridos. Isto tudo apesar da interdição legal, do mal tempo, do enorme aparato repressivo e da recusa dos partidos e organizações sindicais reformistas em particular (PCF, PS, CGT e CFDT). O clima político que preparou a repressão foi meticulosamente preparado na região: "bandos de alemães chegam à Malville. Elementos treinados no enfrentamento armado teleguiados pela Bande à Baader desembarcam com o seu arsenal de guerra civil em nossos calmos campos (...), treinados em manifestações violentas eles não temem enfrenta-

mentos corporais com a polícia" (Le Figaro-29/7). Ou "há entre eles alguns excitados da Bande à Baader enquadrando verdadeiros comandos, bem treinados no enfrentamento corporal" (L'Aurore-29/7). "Pela segunda vez, Morestel é ocupada pelos alemães" falou o Prefeito Jannin se referindo a ocupação alemã de 1940. Alguns dias antes da marcha um filme da manifestação de Brockdorf mostrando os "terríveis alemães".

A campanha anti-estrangeiro volta a ser um dos elementos da propaganda da burguesia: a francesa pode assim justificar a repressão contra os manifestantes; a alemã prepara condições para repressões futuras lamentando "que jovens alemães tenham abusado da hospitalidade francesa usando a violência".

Nossa solidariedade absoluta pela libertação dos 12 "estrangeiros" presos.

ATIVIDADES



BEZERRA E O CAMPO



Sob o tema "Evolução e Estado Atual das Lutas Camponesas no Brasil" foi realizado dia 20 de maio em Paris, como uma promoção da revista "Etu - des Brésiliens", uma conferência que contou com a participação de cerca de 100 pessoas. Como se não bastasse o tema para atrair boa parte de nossa colônia, a presença de Bezerra, este velho militante do PCB, serviu para "amarrar" os interessados.

O conferencista praticamente não falou sobre o estado atual do movimento camponês, e a exposição histórica ficou em um conjunto de informações relativamente limitadas, aonde não transparecia sequer, o mínimo balanço crítico da prática do PC no campo. Pelo contrário, marcava-se o cunho partidista fechado, onde nenhum acontecimento, que não tivesse relação direta com o PC, tinha importância. Demonstrativo disto, foram passagens como: - "O Julião, das "Ligas Camponesas", foi o nosso maior aliado". Isto depois de uma questão a ele dirigida, onde a pergunta vinha no sentido de que, em toda a sua exposição, o nome desse "ilustre aliado" não lhe passou pela cabeça uma única vez. Voltando, "mas quando ele (Julião), resolveu se meter com esses guerrilheiros-urbanos-com-apartamento-defrente-a-praia-de-Copacabana, e que passavam o tempo todo com lindas mulheres festava se referindo ao período do

militarismo no Brasil), dissemos-lhe: "não Julião, a gente não pode mais caucionar as tuas ações..."

Aí está o que significou para o PC um dos movimentos sociais mais importantes da década de 60. Compreensível se se conhece o fato de que foi um movimento aonde o PC jamais conseguiu ter o controle que desejava, reduzindo-o a uma "atividade disciplinada". Compreensível se se toma uma outra afirmação de Bezerra onde este, orgulhoso, explicava que o PC, quando da greve na zona do canal (200.000 grevistas), assim como em outras greves, "organizara centenas de piquetes, não para impedir que os trabalhadores que quisessem trabalhar fossem à Usina", mas... "para impedir que estes tomassem as Usinas e justicassem jagunços ou usineiros". Resumindo, uma política que, à violência dos latifundiários, que assassinavam friamente os camponeses e queimavam suas casas... disciplinadamente oferecia a outra face.

E qual foi o comportamento da ER perante esta exposição? E o nosso, inclusive? A omissão e o respeito aos cabelos brancos de Bezerra!

Aqui devemos uma autocrítica (a ER). Em primeiro lugar, frisar que uma das bases de nosso comportamento está na debilidade e desconhecimento do campo brasileiro. A segunda, na confusão entre luta política e "desrespeito". Na incompreensão de que o respeito militante pelos companheiros que, como Bezerra, deram sua vida e toda dedicação à luta, só existirá de fato se submetermos a sua experiência ao fogo da crítica política.

Pois esta é a única maneira de fazer com que sua experiência prática, sua dedicação e os seus erros (que têm como base essencial a política de equívoco e conciliação de classes do PC) possam ser absorvidos pelas massas exploradas e oprimidas e por sua vanguarda, como experiências e pontos de partida para a vitória da Revolução.

MEETING SOBRE O BRASIL

Organizado pelo CBA, Comitê France-Brésil e France Amérique Latine, no dia 12 de junho realizou-se em Paris, um ato unitário que congre-

gou cerca de 300 pessoas.

Na programação, além de materiais políticos, artesanato, pratos e bebidas brasileiros e um carnaval; no final houve três debates:

1. sobre o acordo nuclear RFA-Brasil;
2. sobre a situação da mulher brasileira (com a participação do círculo de mulheres brasileiras);
3. sobre a conjuntura no Brasil.

A maior parte dos participantes era brasileira e, em consequência, a única discussão que causou polêmica foi sobre a mulher, já que as outras eram suficientemente genéricas para provocar discussão. Este fato evidencia a dificuldade destas organizações mobilizarem franceses para atividades relativas ao Brasil, ao mesmo tempo que evidencia a lacuna que existe em relação à colônia brasileira, na medida em que nestas atividades não são consideradas as suas necessidades. Uma ambiguidade que ainda está longe de ser resolvida.

Deve ser observado ainda que foi a primeira vez que, em um ato sobre o Brasil, foi organizada uma creche, o que é sem dúvida uma conquista desse movimento embrionário que tanta polêmica vem causando na colônia brasileira.



FESTAS POLITICAS

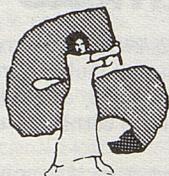
Dias 28/29/30 de maio; realizou-se a festa anual de "Lutte Ouvrière" e dia 4 e 5 de junho, a festa do PSU, em Meriel e La Corneuve; respectivamente.

Fazendo parte já do universo político cultural dos franceses, em particular dos elementos de vanguarda, as festas anuais dos partidos franceses (PC, JC, Lutte Ouvrière, PSU, LCR, etc) assim como as festas políticas existentes na França em quase todos os fins-de-semana (de mulheres, contra o nuclear, etc), são um elemento novo, estranho à esquerda brasileira.

Como há varios anos, estas festas contaram com uma massa imensa de pessoas que, já de antemão, incluem em seu calendário de atividades políticas e sociais, pois esta massa não é obrigatoriamente politizada para entender o caráter politizado da festa.

Do lado da Esquerda e da colônia

brasileira, este gênero de festa não lhes diz muita coisa. A maior parte de seus setores, não compreende a sua potencialidade, e daí a sua não participação. No começo, acreditamos, tratava-se de um problema de falta de ambientação com este tipo de trabalho político para uma esquerda de tradição dogmática, militarista e doutrinária, sem hábito de contato com massas, e onde as barreiras ideológicas não permitiriam associar política... à festa. Hoje, com o tempo, o problema de ambientação não pode mais ser considerado; os fatos políticos passam e os hábitos continuam. A maior parte da esquerda brasileira continua ausente ou com uma participação extremamente burocrática, com a preocupação quase exclusiva de vender alguns materiais, conseguir algum dinheiro. Em consequência disto, a propaganda da Revolução Brasileira no geral, e a superexploração, o regime policial, a tortura, as condições de vida da classe operária, a questão da mulher, o movimento estudantil, enfim, as lutas de resistência perdem um canal de expressão que atinge dezenas de milhares de pessoas, às vezes centenas de milhares, no curto espaço de dois ou três dias. Ao mesmo tempo que se perde a possibilidade de ter acesso a representantes diretos de organizações revolucionárias de diversas partes do mundo, de seus processos revolucionários e de suas experiências.



ENCONTRO INTERNACIONAL DE MULHERES

"NÓS MULHERES DE TODO O MUNDO SOMOS SOLIDÁRIAS"
 "NÓS MULHERES DE TODO O MUNDO DECIDIMOS LUTAR JUNTAS"

Durante 3 dias (28/29/30 de maio - de 1977) cerca de 5.000 mulheres de toda a Europa e ainda da Argélia, Marrocos, Tunísia, Estados Unidos; Canadá, Cameroun, Austrália, Zaire, Mali, América Latina (entre estas o Grupo de Mulheres Latinoamericanas e o Círculo Brasileiro de Mulheres)

se reuniram em Vincennes para a "Rencontre Internationale des Femmes".

O projeto foi uma iniciativa de uma pequena comissão de feministas francesas que se consideravam da "tendência luta de classes" do Movimento de Liberação das Mulheres, e vieram ao encontro como uma "confrontação com outras correntes que, nos outros países da Europa, se diferenciam do feminismo radical (que define a luta de sexos como prioritária) levantando o problema das relações do movimento autônomo com os partidos, os sindicatos, o movimento operário e a luta das mulheres.

"O encontro deveria ser essencialmente uma reflexão sobre as relações do movimento de mulheres com o movimento operário por um lado, mas também sobre as relações entre o movimento autônomo e a luta de massas das mulheres".

E durante 3 dias discutiram, trocaram experiências trabalhando em diversos temas do movimento de mulheres: luta de mulheres na empresa; os sindicatos e os grupos de mulheres; direito ao emprego; equipamentos coletivos; trabalho doméstico, aborto e contracepção, sexualidade, heterossexualidade e lesbianismo; maternidade; relação mulher-criança; centros de mulheres, centros de ortogenia; estupro e violência; justiça e repressão; marxismo e feminismo; as mulheres na política, lutas de bairro, entre outros.

No balanço as feministas apontavam: "apesar das condições diferentes nas quais lutamos, mas unidas pelos objetivos comuns, constatamos que o impacto e a capacidade de ação do movimento de mulheres tornam hoje possíveis campanhas internacionais:

- . contra a repressão política e sexual;
 - . contra o "viol" e todas as violências feitas às mulheres;
 - . pelo aborto e contracepção livres e gratuitos;
 - . pelo direito ao emprego e contra a superexploração no trabalho".
- Ficou também decidida uma cam-

panha internacional pela liberação de todas as mulheres prisioneiras prevista para o Dia Internacional da Mulher, do próximo ano (8 de março de 1978).



UM DEBATE SOBRE A CRISE



Programada inicialmente para o dia 10, na sexta-feira, 17 de junho; houve uma reunião-debate organizada pelos estudantes da Casa do Brasil, contando com a presença de mais ou menos 100 pessoas, e com a animação de Gilberto Mathias, economista e professor no IEDES.

Após uma exposição sobre os elementos estruturais da economia brasileira, Mathias criticou as análises dos neo-clássicos cepalinos que pretendem que a solução para a crise da economia brasileira está numa redistribuição da renda que permita a redinamização do conjunto do sistema produtivo. Criticou então o projeto político dos setores reformistas brasileiros que, apoiados nestas análises, propugnam a idéia de uma frente "nacionalista-democrática" que garantiria, através do parlamento burguês, uma gestão da economia brasileira autônoma em relação às multinacionais e onde o Estado, se constituindo em agente regulador, permitiria por um lado a saída da crise, e por outro, a "redemocratização" da vida nacional.

Esta visão que pretende que o Estado possa se substituir à Lei do Valor e que apresenta-o como um aparelho administrativo neutro, capaz de estabilizar a vida econômica, tem como corolário político a "Luta pelas Liberdades Democráticas" que se limita à reivindicação de volta ao "estado de direito" anterior ao golpe de 1964. A partir desse ponto foram discutidas as perspectivas que se abriram atualmente, pela intervenção na vida política brasileira, de uma série de manifestações de rua por estudantes e po-



ASSINE O CADERNOS DE **CAMPANHA**

culares. Manifestações estas que, pela recusa da luta parlamentar e pelas suas formas combativas, reforçam a perspectiva de desdobram-se em alianças com uma classe operária construída enquanto força política autónoma e independente (através, principalmente, das Comissões Operárias e da Oposição Sindical).

Aberto o debate evidenciou-se que a preocupação dominante das perguntas eram as perspectivas do movimento operário no Brasil e a atitude a ser tomada pelas suas organizações.

UMA SOLIDARIEDADE FORMAL



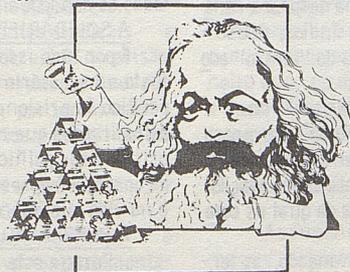
Reunindo quase 40 pessoas, uma delegação da CGT, CFDT, JOC (Juventude Operária Católica) e UNEF (União Nacional de Estudantes Franceses - "proxima" politicamente do PCF) se apresentaram diante da Embaixada Brasileira no dia 14/06 com uma moção de protesto contra as prisões efetuadas em São Paulo durante as comemorações do 1º de Maio (ver Campanha n.º 6) assim como contra os últimos atos repressivos praticado pela Ditadura até esta data (repressão à padres católicos, ao III ENE, fechamento do Congresso, etc.).

A propósito de uma questão colocada aos delegados representativos destas forças sobre o seu caráter resfriado, foi respondido que "os trabalhadores franceses estão em férias e no atual momento estão completamente desmobilizados". Ainda que haja um elemento de verdade nesta afirmação, é necessário no entanto, reafirmar que essa desmobilização da classe operária francesa possui raízes de caráter político. Uma dessas raízes é o abandono e por vezes a subordinação do internacionalismo proletário às necessidades eleitorais por parte das direções reformistas. O simples fato de acenar com uma prática internacionalista causa calafrios aos futuros "governantes de esquerda". E outra é a ausência de um trabalho sistemático de sensibilização política por parte da esquerda brasileira junto aos trabalhadores franceses.

Mas não foram as férias o elemen-

to que impediu a organização de um ato mais massivo. Foi sobretudo a incapacidade da esquerda revolucionária brasileira de entender a tarefa essencial que se colocava para os revolucionários brasileiros aqui no exterior como solidariedade as manifestações massivas que se desenvolviam no Brasil. Vacilando entre o "idealismo propagandista" (organizar uma manifestação com todos os setores e correntes políticas da classe operária francesa - os reformistas aglutinados em torno ao Programa Comum e a esquerda revolucionária e o "realismo pragmático" (é preferível a presença das grandes sindicais operárias francesas que um pequeno grupo de revolucionários), o conteúdo político desta solidariedade tinha que ser evidentemente diluído. A esquerda revolucionária brasileira não entendeu ainda que o mais importante nesta atividade era apoiar o esforço dos setores de vanguarda no Brasil que tentam esboçar um novo caminho na luta contra a ditadura, definindo uma aliança mais consequente e sólida com o movimento operário e colocando desta forma, a oposição liberal pequeno-burguesa na defensiva. Não entendeu ainda que esta atividade significaria lançar as premissas de um trabalho unitário mais profundo entre os setores da esquerda revolucionária brasileira, e lançar as bases para uma discussão mais sistemática não somente entre os setores da esquerda revolucionária brasileira mas também francesas.

Apesar de ter optado corretamente no início por um trabalho político no interior do CBA, sua incompreensão política e a consequente desmobilização deu condições para que vingasse o sectarismo dos aparelhos reformistas franceses, os quais se opuseram a qualquer tipo de participação, seja político, seja orgânico dos setores revolucionários. Preparar as condições para próximas atividades deve passar sobretudo por um balanço profundo da participação da esquerda revolucionária brasileira para superar as enormes limitações manifestadas nesta atividade.



BRASILEIROS NO EXTERIOR DIVULGAM LUTAS ESTUDANTIS

As manifestações estudantis, que desde maio se desenvolvem no Brasil, tiveram repercussões no exterior, em particular na França.

Na colônia brasileira e sobretudo em sua esquerda revolucionária, estas mobilizações foram seguidas atentamente e serviram para politizar bastante estes brasileiros.

Para divulgar as manifestações e buscar uma solidariedade internacionalista concreta, uma série de atividades foram desenvolvidas:

+ O COMITÊ BRÉSIL AMNISTIE (CBA)

- Um manifesto descrevendo as lutas; um panfleto; o envio de uma moção com assinaturas de várias personalidades dirigida à Embaixada do Brasil, protestando contra o regime em vigor.

+ A ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA BRASILEIRA NO EXTERIOR

- Um manifesto editado em francês e português (ver na seção "Comunicados").

+ CÍRCULO DE MULHERES BRASILEIRAS (CMB)

- "O C. M. B. à Paris, lança um apelo às mulheres do mundo inteiro para sustentar a luta do povo brasileiro".

+ GRUPO CAMPANHA

- Murais foram expostos nos restaurantes universitários, nas universidades e um artigo do "serviço de imprensa" publicado no "Rouge Quotidien".

Todas essas formas de propaganda das lutas e de denúncia da repressão, feitas em Paris foram realizadas de maneira ampla e massiva:

- Na "Manifestação - Greve Nacional do 24 de maio"; nos sindicatos e junto às organizações da esquerda francesa; nas livrarias, restaurantes universitários, faculdades; nas festas da esquerda francesa (L. O. e P. S. U.)



NÃO AO TRANSPLANTE DO APARTHEID PARA A BOLÍVIA

O Comitê de solidariedade com a luta do Povo Boliviano dirige-se às forças democráticas, ao povo francês, à toda a opinião pública internacional para derrubar o novo golpe que o governo facista do general Banzer prepara contra o povo boliviano: a assinatura de um acordo com os governos da Alemanha Federal, da Holanda e com o C.I.N.E (Comitê Internacional para as Migrações Europeias), prevendo a instalação de 150.000 colonos brancos da Rodésia, da Namíbia e da África do Sul na Bolívia.

Desde fim de 1976, a mobilização e a reativação da luta armada dos povos do Zimbábue (Rodésia), da Namíbia e da Azania (África do Sul), preocupam os governos dos estados alemão e holandês de onde se origina a maioria dos colonos brancos da África Austral. Com a aproximação da vitória definitiva dos patriotas africanos, estes governos, pouco preocupados em perturbar sua própria economia pelo repatriamento dos colonos, imaginaram seu transplante massivo para a América Latina. A ditadura boliviana acolheu com entusiasmo esta proposta e se propõe a receber 30.000 famílias de colonos brancos originárias da África Austral.

Ela pensa, desta maneira, matar dois coelhos com uma só cajadada.

1) Beneficiar-se da contribuição em tecnologia e em capitais introduzidos pelos colonos da África Austral e da ajuda financeira fornecida por esta operação pelos países europeus. A Alemanha Federal, por sua vez já prometeu um financiamento de 150.000.000 de dólares. Não é interessante para o povo francês saber que o intermediário deste plano entre a ditadura de Banzer e o governo alemão é o sinistro Mazi Clauss Barbie, assassino de Jean Moulin e de outros numerosos resistentes.

2) Apoiar-se nesta camada de "colonizadores" embotados pela ideologia racista e fascista do "apartheid" para conter as lutas populares que se desenvolvem impetuosamente contra sua ditadura.

Os próprios generais fascistas bolivianos, descendentes dos colonos espanhóis, têm um enorme desprezo racialta pelo povo da Bolívia composto de 65% de índios, acusados pela ditadura de serem os responsáveis do "atraso" econômico do país.

O plano de imigração dos colonos da África Austral é particularmente revoltante e odioso quando se sabe que a ditadura fascista, temendo o desenvolvimento da revolta das massas populares que ela oprime, pratica em relação a eles uma política de esterilização forçada da qual os camponeses pobres são as vítimas principais.

Este projeto parece já estar bastante avançado, as ter-

ras onde devem instalar-se os novos "colonizadores" já são tão escolhidas nas regiões agrícolas mais ricas no Sul e no Leste do país. Estas terras serão dadas gratuitamente aos novos imigrantes e as subvenções lhes serão generosamente concedidas. Enquanto isso, quase um milhão de trabalhadores bolivianos de origem camponesa serão obrigados a emigrar para sobreviverem. A maioria do povo boliviano é formada de pequenos camponeses de origem e de cultura indígena, que vivem miseravelmente nas terras pobres ou nos vales super povoados.

O povo francês não pode ficar indiferente a este ato criminoso que visa transplantar a política do Apartheid para a América Latina com tudo que isto implica em exploração dos trabalhadores, em repressão contra o povo, em racismo e em dominação cultural.

O Comitê de Solidariedade com a luta do povo Boliviano chama-o à se mobilizar para derrubar este plano da ditadura fascista, aí está um apoio importante a dar à justa luta do povo boliviano para a independência nacional e para a liberdade.

- Nem um pedaço de terra boliviana para os "colonizadores"!
- Viva a luta revolucionária do povo boliviano!

SOLIDARIEDADE AS MULHERES LATINOAMERICANAS

Hoje, milhares de companheiras sofrem nas prisões e nos campos de concentração, onde a tortura é aplicada de maneira sistemática e científica.

Os carrascos, à soldo da burguesia, fazem cair sobre as mulheres, não somente o seu ódio de classe, mas também sua misogenia.

Uma mulher militante atrai ainda mais o ódio pois ela coloca em questão, ao mesmo tempo que os privilégios da classe dominante, todas as estruturas sobre as quais ela se apoia: a propriedade, a família, a igreja e a "superioridade" do homem, garantia dessas estruturas.

A TORTURA

A tortura das mulheres é composta de tortura sexual, estupro, afirmação selvagem de uma sociedade que considera a mulher um objeto sexual, e que tenta humilhá-la, utilizando-a como objeto.

Esta situação específica tem um caráter ainda mais grave no caso de mulheres que engravidam em consequência de um estupro e que são impedidas de decidir sobre esta maternidade. Na maioria dos casos o aborto lhes é recusado ou então é praticado pelos próprios torturadores com todas as consequências imagináveis.

A SOLIDARIEDADE

É por tudo isso que acabamos de expor que julgamos justo e necessário desenvolver uma campanha de apoio específico às prisioneiras latinoamericanas. Não somente pelas razões que nos levam a ser solidárias com todos os prisioneiros políticos, homens e mulheres, mas em razão da opressão/repressão à que elas são sujeitas nas prisões e na vida cotidiana.

A REPRESSÃO

Porque este tipo de repressão é somente uma parte

dos problemas das mulheres latinoamericanas;

Porque, fundamentalmente, a repressão é social: é a submissão dos trabalhadores às condições desumanas, abaixando seu nível de vida ou condenando-os ao desemprego.

A mulher sofre uma dupla exploração: ela é super explorada no trabalho e, em casa, ela deve se "virar" para nutrir sua família com um salário de miséria. Os problemas econômicos agravam a opressão das mulheres.

A repressão individual e social mantém as desigualdades sociais e se concentra, com formas específicas, sobre as mulheres, para manter os preconceitos de um mundo contra o qual nós lutamos, enquanto mulheres e exploradas.

Fazer frente a esta "ordem natural das coisas", tendo uma participação política consequente, é essencial à luta pela libertação das mulheres.

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Nossa luta pela libertação de nossas companheiras é, então, a continuação de nossa atividade militante pela libertação social, e estamos conscientes de que nossa intervenção e a intervenção de todas as mulheres significa que a duplicação em quantidade e qualidade das forças revolucionárias é um fator determinante na luta e na organização da resistência.

Nós apoiamos as companheiras que lutam nas prisões e fora delas contra as ditaduras. A repressão é cada dia mais forte e não tem fronteiras; a solidariedade entre as mulheres deve quebrar as fronteiras.

A campanha que começamos com as companheiras francesas no dia 4 de março, no debate "Parole aux femmes d'Amérique Latine" continua.

NÓS EXIGIMOS

- A liberdade imediata das companheiras presas e a volta das desaparecidas e sua libertação;
- O fim imediato das torturas físicas e psíquicas;
- Contra o estupro e pelo direito ao aborto para as companheiras grávidas de seus torturadores;
- Pela aplicação dos direitos humanos e democráticos.

Grupo de Mulheres Latinoamericanas.

MOÇÃO AO GAL GEISEL

As notícias recentes mostrando um crescimento da repressão política e antisindical inquietam a opinião pública francesa.

Soubemos que as liberdades sindicais (direito de greve, liberdade de organização e de manifestação, etc...) não são sempre respeitadas e que militantes sindicais e da Pastoral Operária foram presos e estão ainda na prisão.

Centenas de estudantes tiveram o mesmo destino por terem querido organizar um congresso, por terem manifestado sua solidariedade com os operários e pelas liberdades democráticas.

Bispos e padres foram sequestrados e torturados por sua ação de apoio às reivindicações populares.

O Parlamento foi suspenso o tempo de modificar a Constituição por um simples decreto e vários parlamenta-

res perderam seus mandatos e seus direitos políticos.

Diante desse fato grave queremos exprimir-vos nossa indignação pela repressão que se abate sobre os operários brasileiros e sobre todos os que lutam pela liberdade no Brasil.

Queremos também mostrar nossa inteira solidariedade ao movimento operário e popular que exige no Brasil: Liberdades Democráticas, A libertação dos presos políticos, A liberdade de organização para os explorados e oprimidos e A Anistia Geral.

CGT -Confederação Geral do Trabalho (França)

CFDT -Confederação Francesa Democrática do Trabalho

UNEF -União Nacional dos Estudantes da França

JOC -Juventude Operária Católica (França)

SUSTENTAR AS BANDEIRAS LEVANTADAS NAS MOBILIZAÇÕES

...Desde as mobilizações populares de 68, é a primeira vez que o movimento de massas volta a tomar as ruas de assalto. Esse é um passo extremamente importante. Ele se sucede às greves ainda isoladas que começaram a surgir em 73-74, à reorganização do movimento operário que tem uma de suas formas mais importantes, nas oposições sindicais e comitês de fábrica. Ele se sucede à reanimação do movimento estudantil nas lutas dos últimos anos contra a política educacional da ditadura, pelo reforço de suas organizações representativas e que rejeitam a legalidade da ditadura.

Mas este conjunto de manifestações tem a nítida característica de escapar ao controle político e ideológico da oposição burguesa. As formas de luta combativas, a exigência de libertação dos 8 operários e estudantes presos e as palavras de ordem levantadas unem os interesses dos estudantes, dos trabalhadores e de outros setores populares. Através dessas manifestações um passo importante foi dado no sentido de deslocar a oposição burguesa e de colocar os oprimidos e explorados na vanguarda da luta contra a ditadura militar.

O movimento de massas, partindo de suas reivindicações imediatas e mais sentidas mostra que o único caminho para obtê-las é a oposição popular, é a organização independente, é o caminho da luta. Mesmo se isso ainda seja um começo. Mesmo se a estruturação e a consciência do movimento ainda não estejam consolidadas. Mesmo que este seja apenas um passo no longo processo de reorganização e de lutas. Mesmo que ele não tenha forças para impor a sua linha e modificar radicalmente a conjuntura.

No exterior, a luta de apoio a esse movimento e pela libertação dos camaradas deve ser levada com todas as nossas forças. A libertação dos companheiros será uma vitória a que reforçará a disposição de luta e de resistência dos trabalhadores e oprimidos à ditadura militar. Devemos assumir o chamado dos 3 mil estudantes da PUC do Rio de Janeiro que, no dia 6 de maio dirigiram-se aos trabalhadores e à opinião pública internacional convocando "o maior número possível de setores da população de cada país a se manifestar diante das embaixadas do Brasil contra as medidas de repressão que há 13 anos são a tônica em nossa história.

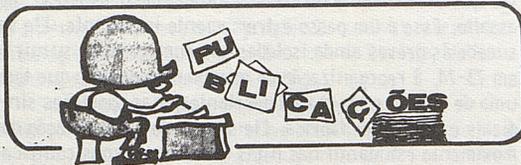
As Organizações de Esquerda Revolucionária Brasileira que assinam este documento chamam a atenção à im-

ortância de, neste momento, apoiar as manifestações que se desenvolvem no interior do Brasil e reforçar este polo, estas lutas que, ainda que embrionárias, apontam um caminho combativo e radical de resistência à Ditadura, Apoiar as palavras de ordem levantadas pelos milhares de estudantes e populares que se manifestaram no dia 5 de maio:

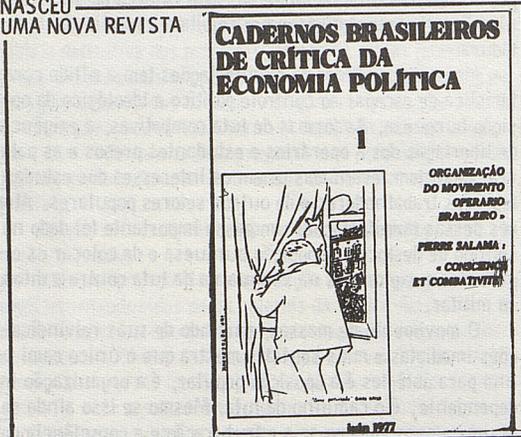
- ANISTIA GERAL PARA OS PRESOS POLÍTICOS, BANIDOS E EXILADOS!
- LIBERDADES DEMOCRÁTICAS!
- PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E MANIFESTAÇÃO DOS TRABALHADORES E OPRIMIDOS!

As organizações Revolucionárias no exterior chamam aos revolucionários e à opinião pública internacional a exigir a:

- LIBERDADE PARA OS 8 OPERÁRIOS E ESTUDANTES PRESOS: Celso Brambilla, Marcia Basseto Paez, José Maria de Almeida, Admir Marini, Fernando Antonio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuna Dwek, Cláudio Júlio Gravina!



NASCEU
UMA NOVA REVISTA



No mês de junho nasceu mais uma revista dele para o "público brasileiro" na Europa.

"Cadernos Brasileiros de Crítica da Economia Política", como se chama o caçula das publicações brasileiras - no exterior "procura divulgar... as orientações da corrente marxista-revolucionária, de que o POC é uma expressão importante no interior do Brasil."

"A publicação conjunta de textos brasileiros e de documentos marxistas-revolucionários franceses, é a expressão de uma orientação internacionalista, que não conhece fronteiras na luta de classes e na elaboração de uma teoria revolucionária. Suas páginas estarão abertas para contribuições de todas as tendências do campo revolucionário e do movimento operário!"

O sumário do primeiro número desta nova revista conta com os seguintes artigos:

- Editorial
- Problemas de Organização do movimento operário bra-

sileiro

- Pierre Salama: Conscience et combativité
- Documentos: Manifesto da oposição sindical dos metalúrgicos de São Bernardo (SP)
- Carta aberta à população: Hoje consente quem cala.

COM AS RESOLUÇÕES DO
1º CONGRESSO DO MR-8



Já está a venda o número especial de Brasil Socialista (nº 9), trazendo uma parte das resoluções do 1º Congresso do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8).

Além de uma carta do Comitê Central do MR-8 dirigida a "Brasil Socialista", este número traz as 3 principais resoluções sobre o congresso que os camaradas realizaram no final do ano passado, a saber:

- resoluções sobre Programa e Estratégia
- resoluções sobre Tática
- resoluções sobre Construção Partidária

Sendo o primeiro posicionamento oficial e sistemático coletivo desde o Pleno de 1972, as resoluções dos camaradas têm a importância de ser o posicionamento de uma das poucas Organizações Revolucionárias que têm uma intervenção sistemática hoje no interior do Brasil, e significam uma contribuição para o debate ideológico e produção teórica que se desenvolve hoje no interior do movimento revolucionário.

Uma leitura obrigatória para o militante revolucionário, independente da Organização onde milita, do mesmo modo que para o militante independente ou para todo aquele que se coloca em uma posição de resistência e combate à Ditadura Militar.

JA ESTA A VENDA
O NOVO NUMERO DE BRÉSIL ÇA BOUGE



CORREIO



U.N.B. EM GREVE: O CLIMA ESTAVA TENSO... MAS GOSTOSO

Brasília, 21 de junho de 1977

Oi Sílvia

Olha eu tô demorando muito prá te escrever, hoje já é dia 20 de junho. É porque tanta coisa está acontecendo e eu não estou tendo cabeça prá fazer as coisas.

A UNB está em greve já há 3 semanas. Hoje, então a coisa tava pegando fogo. Eu vou começar a te contar desde o início, porque senão me perco e não sei o que vocês estão sabendo.

Dia 19 de maio foi o 1º dia Nacional da Luta, então quase todas as universidades do Brasil, em solidariedade a USP organizaram uma passeata para este dia.

Na UNB foi feita uma assembléia (ato público) ao ar livre, com a presença de muitos estudantes do secundário e a presença de gente de fora, etc. Tinha mais ou menos umas 2.000 pessoas. O pessoal do DU e quem quis se manifestar, se manifestou. Não se precisa dizer que a L-2 norte ficou cheia de polícia, e na porta do Pré-universitário, lazer, elefante branco, etc - também tava entupido de guardas prá não deixar a moçada sair da escola e ir pra UNB. Em São Paulo a coisa foi mais feia. A USP marcou passeata e várias universidades das cidades vizinhas aderiram. Só que no dia, proibiram a venda de passagem de ônibus ou trem para jovens que se dirigiam para S.P. Foi o maior rebu. A polícia lá não sabia mais o que fazer prá dispersar a moçada. Porque mesmo com todas as precauções estava chegando gente de tudo quanto era lugar.

Em Brasília, a turma estava reunida em frente

do departamento de educação e aproveitaram prá dar uma cascadinha no reitor. Fomos até a reitoria, aquele bando de gente gritando - "abaixo o Azevedo" - "se houver punição vai haver paralisação" - "anistia para os presos políticos" e outras reivindicações do gênero.

UMAS 20 PESSOAS
ENTRARAM NA SALA
E CONVERSANDO
CONVENCERAM OS OUTROS
QUE ESTAVAMOS EM GREVE

Bem, depois foram as eleições do D.U. e logo depois, dia 30 de maio o reitor solta a lista de punições - 16 pessoas com suspensões de 3 a 30 dias - sendo que destas 13 - 5 pelo menos não estavam em Brasília na época, comprovadamente. Na mesma manhã, houve assembléia geral com mais de 1.000 pessoas e chegaram à conclusão que o negócio era fazer greve. E foi. A tarde fecharam toda a UNB, com cadeiras, (entradas do minhocão e departamentos). Formaram a comissão de manutenção da greve, uma comissão aberta, e uma série de outras comissões que eu não estou sabendo direito. Foi até formado um grupo de teatro - "O grupo Greve", e que se apresentou no outro dia de manhã, com uma pecinha criada por eles mesmos que estava ótima, satirizando ao máximo a situação.

Formaram piquetes que iam ao encalço das aulas. Eu e o Mário assistimos um piquete acabando com uma aula no direito. Ficamos emocionados com a categoria dos colegas. Entraram pacificamente na sala, umas 20 pessoas, e conversando convenceram os outros que estávamos em greve. Lindo! Lindo!

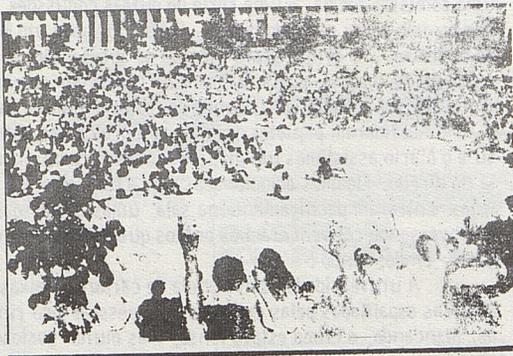
A universidade estava cheia de cartazes, faixas, cadeiras espalhadas pelas entradas, e o pessoal todo rindo, brincando, o clima estava tenso, mas muito gostoso. Houve uma assembléia geral, com a presença de 3 deputados do MDB (que tinham vindo pra fazer uma palestra sobre não sei o que) e acabaram dando a maior força prá greve. Volta e meia tinha um com um alto-falante na mão gritando pela universidade inteira as notícias que chegavam de fora. No mesmo dia, em solidariedade a nós, a USP entrou em greve, dias mais tarde, Sta. Catarina, Salvador, Rio de Janeiro, Minas, (não sei mais quem) também aderiram ao movimento. O Departamento de Comunicação parece que foi o que mais facilmente aderiu à greve - a porta estava até trancada. Acho que nem foi aberta. Ficamos sabendo de um lance engraçadíssimo - um guardinha latinoamericano, que quando viu a baderna toda, ficou emocionado e falou prá uma amiga nossa que agora é que estava começando a entender as coisas. Já estava respirando melhor e que lá na terra dele, as coisas eram assim. Olha, se a greve tivesse acabado no dia seguinte, tinha valido a pena. Eu nunca tinha visto coisa igual.

Mas no dia seguinte, eu o Mário estávamos indo!

Esta carta foi escrita para uma companheira que nos permitiu sua publicação. O interesse que ela desperta é o de ser um depoimento vivo, não apenas da luta dos estudantes da UNB, mas também devido a refletir o estado de espírito - e inclusive as ilusões - daqueles que a viveram.

Por razões óbvias de segurança, todos os nomes foram modificados.

pra UNB, pegar a bóia no bandeirão, quando encontramos um casal de amigos que estavam saindo de carro. Eles pararam prá conversar com a gente e naquilo que a gente tá conversando, começou a chegar carros de polícia, fusquinha, C-14, caminhão de choque, os policiais armados com baionetas, escudos, metralhadoras - aí nós entramos no carro e fomos avisar o pessoal. A esta altura a UNB já estava sabendo da invasão; mas os estudantes não estavam nem aí. Estava acabando outra assembléia e a turma estava fazendo uma passeata pelo Campus. Todo mundo de mãos dadas cantando o hino Nacional. Neste dia, eu e o Mário fomos almoçar na casa de uma senhora que trabalha no gabinete do Ney Braga. E ela contou o clima de tensão que estava o Ministério, vira volta era o reitor de uma universidade deste Brasil, telefonar e comunicar que a universidade estava em greve. Por incrível que pareça o único que não telefonou foi o Azevedo. A turma do Ministério estava achando que isto era um levante a nível nacional, provocado por elementos do PC infiltrados no meio estudantil. Isto foi numa 5a. feira e na 2a. feira, cheguei a Brasília a "senhora dos direitos humanos" - Rosalyn Carter.



ALGUNS PROFESSORES
FICARAM PUTOS COM O REITOR E COM
OS PROFESSORES "BUNDA MOLE" DA UNB

A invasão da UNB foi a pedido do próprio reitor. Se bem que os policiais não desceram não. Ficou todo mundo (Uns 5 choques) em cada saída da UNB. Na entrada da L-2 norte tinha 25 C-14 e ninguém podia entrar pra UNB sem se identificar.

Na 6a. feira, a barra foi muito pesada. Os professores resolveram tomar posição. Teve assembléia de professores e eles se posicionaram a favor dos alunos, elegeram uma comissão prá pedir ao reitor que tirasse o policiamento do Campus. Alfredo, Roberto e Guilherme foram os professores que mais ficaram putos com o reitor e com os professores "bunda mole" da UNB. Ao meio dia as tropas tiveram ordens de invadir o Campus. Chegaram até os estabelecimentos do Minhocão. Os alunos resolveram que iriam esperar pacificamente sentados na entrada do minhocão pra ver o que acontecia. Mas desta vez não aconteceu nada. A polícia fez manobra e recuou para o lugar anterior. Não precisa nem dizer a tensão que estava. A tarde teve assembléia e os alunos resolveram escrever uma carta denunciando a situação, prá "esposa dos direitos humanos". Os professores que estavam de mediadores entre os alunos e o reitor, receberam um comunicado que às 18.00

horas a UNB iria ser de fato invadida. Isso lá pelas 17.00 horas. Foi aquela correria. Os alunos só saíram da UNB às 17.30 horas, quando os professores escreveram uma nota de apoio, que foi distribuída para os jornais da cidade e os professores tiveram que implorar para que todo mundo saísse da UNB.

O reitor deu 3 dias de recesso - 2a., 3a., e 4a. feira - os dias que a Rosalyn estava no Brasil.

Na 2a. feira (do recesso) aconteceram fatos pitorescos. O reitor deve ter calculado, que somente a "minoría" grevista estava no Campus. Então pela manhã mesmo a UNB foi invadida. Espancaram um professor da Biologia que tinha ido continuar uma experiência no laboratório. Prenderam outro, também da Biologia, este por sinal, era um tremendo reacionário. A polícia pegou bem uns 150 alunos. Até o Azevedo, quase entrou na dança: um dia que estava saindo tarde da reitoria quase foi preso. Por que pelos guardas já tinham passado umas 5 pessoas dizendo que eram o reitor, quando passou o Azevedo eles não acreditaram; só quando um sargento o reconheceu é que soltaram.

EM TODO LUGAR TINHA GUARDA
MAS MESMO ASSIM
2a. FEIRA DE MANHÃ
TEVE ASSEMBLEIA GERAL

O pessoal que foi preso passou um dia ou 2 preso, sendo entrevistados e logo depois foi solto. Não sofreram torturas físicas, foi mais pressão psicológica. Muita gente fugiu e Brasília estava insuportável. Todo lugar tinha guarda e muita gente foi barrada na rua pra ver se o nome constava numa lista de 200 (mais ou menos) estudantes que estavam sendo procurados e apontados como os responsáveis pela greve.

Nesta altura dos acontecimentos o Azevedo estava crente que 2a. feira, uma semana depois as aulas iriam voltar à normalidade.

Mas, qual nada, 2a. de manhã teve assembléia geral e os alunos deliberaram a continuação da greve até que as 16 punições fossem suspensas - e exigiam a formação do conselho universitário para julgar as punições. O reitor resolveu formar o conselho e prometeu que até 6a. feira seria dada a resposta das punições. Nesta semana as coisas transcorreram com certa tranquilidade. Foram formados piquetes prá evitar furo na greve. Todos os dias saía no jornal uma nota do reitor dizendo que quem não fosse à aula ia ficar com falta e tirar zero nas provas - mas não adiantava nada, a greve foi mantida sem maiores esforços. A pressão em cima dos professores aumentou. O reitor mandou uma ordem pros departamentos obrigando os professores a dar provas e trabalhos para nota, e dar aulas mesmo que só tivesse 1 aluno na sala.

Um grupinho de alunos calouros foi procurar o professor prá pedir aula. Prá quê? Prof. Roberto soltou os cachorros atrás deles. (acho que estão correpo até hoje) Os outros professores do departamento conversavam com os alunos furões da greve com mais calma. João, Raquel, Pedro, Tereza, Carlos. Uns e outros mais bunda mole, a gente ficava de olho prá boicotar com os piquetes.

Sexta-feira o conselho universitário se reuniu às 16:00 hs. Teve assembléia geral, foi um monte de gente -

(Ah! agora o teatro de Arena aquele entre o minhocão e a biblioteca tem o nome de "teatro da minoria", isto porque o reitor toda vez que as assembléias durante a greve eram realizadas lá, dizia que a greve era "organizada por uma minoria" - e acho que nunca teve menos de 2.000 alunos. O pessoal ficou esperando a resposta do conselho até às 21:00 horas quando saiu o resultado. Nenhuma punição foi revogada!

Você imagina o rebô que deu, todo mundo ficou desorientado, ninguém tinha mais previsão de nada. O Jorge estava no carro, com o advogado - foi pego pela polícia à paisana que tava pelo campus. Bateram no advogado, arrancaram o Jorge do carro e levaram ele preso. O Luís (acho que é da medicina) reconheceu um agente federal passeando no Câmpus aí deu o alarme. Logo depois ele foi no Bandeirão telefonar aí pegaram ele também. Pegaram mais uns 4 alunos que eu não sei o nome. Só nesta 6a feira e no final de semana foram buscar alguns outros em casa. Isto prá abafar de uma vez a greve.

SILVIA 2a. FEIRA FOI O DIA MAIS LINDO DA GREVE

Ninguém sabia ou podia imaginar o que iria acontecer 2a. feira de manhã na UNB.

Sábado e Domingo saiu em todos os jornais notas do reitor dizendo que iria ter prova em todos os departamentos e quem não comparecesse ia ficar com SR. O Dept. de direito soltou outra nota dizendo que os alunos estavam querendo aula e o departamento iria servir de exemplo para os outros.

Sílvia, 2a. feira foi o dia mais lindo da greve!

Voce não pode imaginar. Teve assembléia de manhã e os alunos resolveram manter a greve. Aí saíram em passeata passando por todos os departamentos chamando o pessoal prá engrossar as fileiras.

Na assembléia devia ter uns 2.000 alunos. Chegaram na reitoria mais de 6.000 alunos gritando em altos brados (se ouvia no estacionamento do minhocão) "POE O CAPITAO NA RUA".

Olha, enquanto o pessoal estava já saindo do outro lado da reitoria, ainda tinha gente até a metade do caminho entre a reitoria e o minhocão. E o pessoal cantava:

"Como pode um povo livre

Viver sem democracia

Não poderemos viver

Com o Azevedo comandando a reitoria!"

A esta altura do campeonato os fotógrafos gastaram rolos de filme, o Azevedo deve ter gastado rolos de papel higiênico. Os policiais à paisana não estavam nem mais disfarçando. Tinha um monte com radinho. E os alunos cagavam e andavam prá eles. Todo mundo na maior coesão gritava ainda prá soltar os colegas presos, cantavam o hino nacional de mãos dadas. Tava a coisa mais linda! Muita gente até chorou de emoção.

A tarde correu o boato que a UNB ia ser novamente invadida e às 18:00 hs. não tinha mais ninguém no campus.

Terça-feira teve outra assembléia, confirmando a continuação da greve. Foi marcada uma missa prá 4a. feira.

A turma da engenharia mecânica formou um gru-

po de futebol e outro de xadrez e desafiou o departamento de Civil e Elétrica pra um "torneio da greve".

Os piquetes ficaram prontos pra piquetar qual quer aula possível.

Durante estas 3 semanas as atividades culturais "desbundaram" na UNB. Todo dia tinha alguma coisa. Show de música na entrada norte, exposição de charges e desenhos de alunos; o grupo greve apresentou várias peças de teatro satirizando a situação; tava o maior barato!

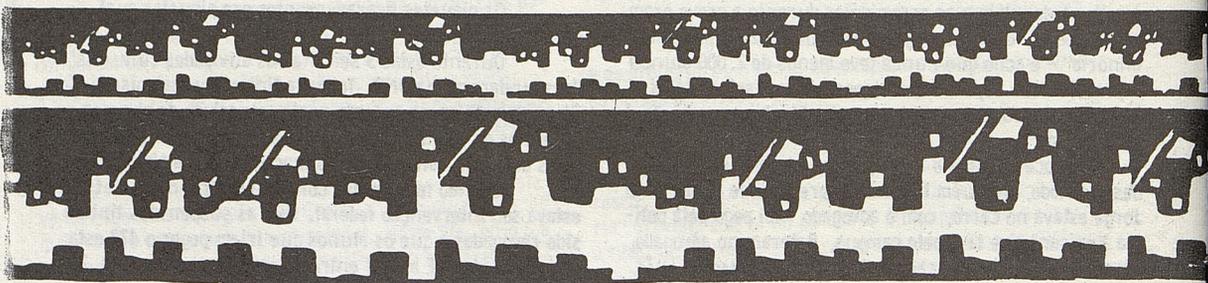
Quando foi a noite, correu a notícia de que a UNB estava sob intervenção federal. Que as suspensões tinham sido revogadas e que os alunos que iriam pegar o 477 estavam perdoados. E a UNB entraria em recesso até o dia 25 de julho.

Quarta-feira de manhã, os jornais somente publicaram que a UNB tinha entrado em recesso e nada foi confirmado sobre a revogação das punições ou anulação do 477.

A missa de manhã, foi no santuário de Fátima. Tinha gente que não acabava mais. Inclusive mães de alunos e os advogados da Ordem dos Advogados do Brasil (que estão de pleno acordo com os estudantes e assumiram com todo vigor a nossa defesa). A missa foi rezada por 3 padres e os três davam o maior apoio ao movimento estudantil. Foi uma das jogadas mais inteligentes esta de rezar missa.

Faltou eu falar do frustrado III Encontro Nacional dos estudantes em B.H.. Bem uns 800 estudantes foram presos e cento e poucos estão em vias de pegar o 477. O reitor da UFMG virou héroi (em vida). Defendeu os estudantes com unhas e dentes. Como este reitor também é indicado para Ministro da Educação, e o Azevedo parece que naufragou achamos que ele será o próximo ministro.





Editorial	3
Polícia exhibe material subversivo apreendido Jornal do Brasil	4
Sobre a repressão no Rio de Janeiro M.E.P. (seção de exterior)	5
Registro de Lutas Antonia de Souza	8
Nem todos eram negros e havia gente de boa família... Paulo Canetti	13
Uma coisa de loucos Camila Valladares	17
Algumas observações sobre as resoluções de março do PCB Raul Villa	21
Sob o signo da "bolchevização" M. Garcia	23
Uma proposta para o III Encontro Nacional de Estudantes "Organizando", "Novo Rumo" e "União e Luta"	27
Lutar por um lugar para morar Maria Mikaela	31
O que vai mudar com o divórcio? Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias	34
Tres editoriais da imprensa clandestina e revolucionária "Luta de Classes", "Política Operária" e "Unidade Proletária"	37
E depois das legislativas de-78 na França? Pierre Jülien	43
Estrangeiros atacam Malville - a manif anti-nuclear	46
Atividades, Comunicados e Publicações	47
O clima estava tenso...mas gostoso - greve da U.N.B.	53